

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO RURAL
DAE/ESAL Cz. P. 37 31.200-000 - LAVRAS-MG

ALEXANDRE DE PÁDUA CARRIERI

A RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA: OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E O PROCESSO DE DECISÃO-AÇÃO EM UNIDADES DE PRODUÇÃO RURAL

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural; Área de Administração e Desenvolvimento, para obtenção do grau de "Mestre".



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
LAVRAS - MINAS GERAIS

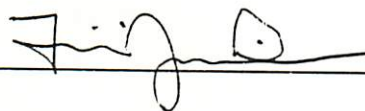
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

LAVRAS - MINAS GERAIS

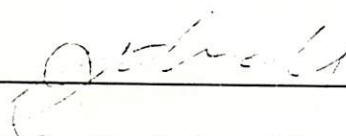
1992

A RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA: OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E
O PROCESSO DE DECISÃO-AÇÃO EM UNIDADES DE PRODUÇÃO
RURAL

APROVADA: em 11/08/1992



Prof. Juvêncio Braga de Lima
Orientador



Prof. José Geraldo de Andrade



Prof. Jovino A. de Moura Filho



Prof. Luís Carlos F. de Souza
Oliveira

"... um dia a gente chega,
no outro vai embora.
Cada um de nós
compõe a sua história;
e cada ser em si carrega
o dom de ser capaz e ser
feliz!..."

(Maria Bethânia -"Tocando em frente")

Para não dizer que não falei das flores...
...para *Ana Rosa*, a rainha delas!

AGRADECIMENTOS

Aos pequenos produtores rurais de Cardoso e Dourado dos Lopes pela calorosa acolhida e por todas informações prestadas.

Aos professores Juvêncio Braga de Lima, José Geraldo de Andrade e Jovino Amâncio de Moura Filho pela orientação na realização do trabalho, e ao professor Luís Carlos F. de Souza Oliveira por sua colaboração.

Aos colegas, em especial, a Ana Rosa e ao Bassinho (Nilvo Basso) pelo companheirismo, paciência e encorajamento.

À Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pelos conhecimentos transmitidos.

À CAPES pela bolsa de estudo cedida.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia pela colaboração.

A todos que contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial aos meus familiares.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Nasceu em julho de 1960.

Graduou-se em Zootecnia em dezembro de 1984 pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - USP.

Foi professor e coordenador de estágios na Escola Vocacional Luís Antonio Machado (2º grau técnico agropecuário), de 1987 a 1990.

Concluiu Mestrado em Administração Rural na ESAL em 1992.

É pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAP. I - COMPREENSÃO DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA: OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE DECISÃO-AÇÃO	6
1.1. O estudo de sistemas de produção	8
1.1.1. Natureza dos sistemas de produção agropecuária	11
1.1.2. Transformação de práticas e técnicas na pequena produção agrícola	16
1.2. O processo decisão-ação	22
1.3. Racionalidade administrativa	27
1.4. O método de reconstrução dos processos decisão-ação	33
CAP. II - A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO: EVOLUÇÃO E MUDANÇAS	37
2.1. Formação agropecuária do sul mineiro	38
2.2. O município de Poço Fundo	40
2.3. Evolução dos sistemas de produção antigos ..	45

2.3.1. A agricultura no bairro de Cardoso ..	45
2.3.2. A agricultura no bairro de Dourado dos Lopes	55
2.4. Ruptura dos sistemas de produção antigos ...	63
2.4.1. A intervenção do Estado: a modifica- ção da agricultura na década de 70	64
2.4.2. Intervenção da Igreja: a organização social na década de 80	83
CAP. III - SISTEMAS ATUAIS: CARDOSO E DOURADO DOS LOPES DE 1991	91
3.1. Novas práticas: agricultura "alternativa" e a associação de pequenos produtores	92
3.2. O bairro de Cardoso e o seu sistema de produção	101
3.2.1. Organização social e base material na prática da agricultura	102
3.2.2. Rítmos e práticas no calendário a- grícola	107
3.2.3. O conhecimento do mercado: práticas de comercialização	120
3.2.4. Organização social do trabalho	125
3.3. O bairro de Dourado dos Lopes e o seu sis- tema de produção	132
3.3.1. Organização social e base material na prática da agricultura	132

3.3.2. Rítmos e práticas no calendário agrícola	137
3.3.3. O conhecimento do mercado: práticas de comercialização	141
3.3.4. Organização social do trabalho	145
CAP. IV - PRÁTICAS AGRÍCOLAS E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS:	
ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO	150
4.1. A integração das práticas agropecuárias e administrativas	151
4.2. Os objetivos dos produtores: as práticas e o processo decisão-ação	159
4.3. As diferentes trajetórias: uma análise das variações dos sistemas de produção	166
4.3.1. As variações do sistema no bairro de Cardoso	167
4.3.2. As variações do sistema no bairro de Dourado dos Lopes	174
4.3.3. As variações das trajetórias e as transformações das práticas e dos sistemas de produção	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
RESUMO	188
SUMMARY	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194
APÊNDICE	206

LISTA DE QUADROS

QUADROS		PÁGINA
1	Porcentagem em relação à cobertura vegetal de Poço Fundo	44
2	População rural de Poço Fundo (%) em relação à população total	81
3	Calendário das tarefas agrícolas em Cardoso	109
4	Gráfico resumido das tarefas para cada cultura no bairro de Cardoso	128
5	Calendário das tarefas agrícolas de Dourado dos Lopes	139

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS		PÁGINA
1	Localização, no sul mineiro, do município de Poço Fundo	42
2	Mapa do bairro de Cardoso desenhado pelo filho do produtor	103
3	Organização interna das instalações da unidade de produção típica do bairro de Cardoso	105
4	Gráfico da venda do café e do fumo, durante o ano agrícola, no bairro de Cardoso .	124
5	Mapa do bairro de Dourado dos Lopes desenhado pelo produtor	133
6	Organização interna das instalações da unidade de produção típica do bairro de Dourado	134
7	Variações ao sistema de produção analisado, suas relações em relação à terra e m.d.o. familiar ativa	168

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa compreende um estudo de Administração Rural a partir da identificação sistemática de categorias elementares à Ciência das Organizações: decisão e ação. Elas estão presentes em um processo único, onde decidir e agir constituem parte de um todo, representado na configuração de sistemas de produção na agricultura da região Sul do estado de Minas Gerais.

Trata-se da apreensão da racionalidade administrativa presente em organizações rurais fundamentadas no trabalho familiar, localizadas em dois bairros rurais do município de Poço Fundo. Buscou-se, igualmente, identificar lógicas do sistema de produção comum às unidades de produção e mercado pela associação da cafeicultura com outras atividades agropecuárias.

Considera-se que os produtores vêm conduzindo e administrando suas unidades de produção, desenvolvendo sistemas de produção integrados à realidade política, social, econômica e ambiental. Trata-se de um gerenciamento específico que integra os

recursos disponíveis, as atividades e as práticas necessárias para a produção agropecuária. Verifica-se um conjunto de decisões e ações integradas entre si, resultantes da prática dos sistemas de produção.

Os agricultores desenvolvem sistemas de produção como forma de ação sobre o ambiente que os circunscreve. As racionalidades, desenvolvidas no sentido de ajustamento dos recursos para a criação de sistemas de produção, envolvem necessariamente a busca de ajustamento e orientação da unidade de produção rural como um todo, síntese de um complexo sistema de inter-relações que determinam as produções agrícolas.

A evolução histórica de diferentes regiões brasileiras tem mostrado a existência de formas diferenciadas de organização social da produção. No estágio atual do desenvolvimento da agricultura, verifica-se a presença de vários tipos característicos de unidades de produção, um dos quais é a pequena produção familiar. Trata-se de uma forma de produção típica que se particulariza basicamente em função da maneira de organização e orientação do trabalho e do tipo de produção, bem como em função do seu funcionamento. Tal particularidade é produto de uma prática administrativa condicionada por uma base social, cultural, política e material que a possibilita desenvolver sistemas de produção específicos.

Para a concretização desta pesquisa, escolheram-se dois bairros rurais localizados no município de Poço Fundo, na micro-região homogênea do Planalto Mineiro. Neste município, existem

unidades de produção familiar integradas ao capital comercial, principalmente pelo cultivo do café, seguido pelo fumo ou produção de leite, ao mesmo tempo que cultivam as lavouras de subsistência, as roças, com fins de auto-consumo. São unidades de produção que se fundamentam no trabalho familiar e na organização de trabalho marcada pelo parentesco e vizinhança tradicional, com práticas coletivas e de ajuda mútua.

Os sistemas de produção apresentam problemas, tais como pequena quantidade de terra a explorar, falta de recursos de capital, grandes dificuldades na comercialização e, inclusive, casos de limitações da força de trabalho familiar disponível. Apesar destes problemas, o nível de vida e consumo das famílias é alto, assim como o patrimônio familiar é expressivo comparativamente à situação da grande maioria dos pequenos produtores do Estado de Minas Gerais.

Constata-se a busca de novas formas de produção baseadas nos conhecimentos adquiridos através das gerações passadas e nos conhecimentos considerados modernos, difundidos na década de 70, no âmbito do processo da modernização conservadora e, na década de 80, através do movimento das comunidades eclesiais de base. Conciliação que resultou no "teste de novas experiências", que vão da formação de uma associação de pequenos produtores até experiências em "agricultura alternativa". Experiências que evidenciam processos de amadurecimento e de conhecimento da realidade rural, seja política, econômica, social e ambiental.

Neste sentido a pesquisa procurou estudar e revelar a

interação entre os processos de decisão e ação presentes na execução das práticas agrícolas que integram um sistema de produção particular e desenvolvido pelo produtor, evidenciando, enfim, que o objetivo perseguido é o de realizar o estudo de sistemas de produção agrícola de uma dada região (localizada no sul de Minas Gerais), considerados como um complexo de produção de bens e serviços, resultante de uma evolução histórica que, junto com os aspectos agro-ecológicos, influencia as características das produções agropecuárias e da gestão das unidades de produção.

A organização do texto divide-se em quatro capítulos. O Iº trata da questão da racionalidade administrativa que existe nas várias formas de organizações rurais, principalmente na pequena produção familiar. Racionalidade evidenciada pelas práticas agropecuárias que compõem os sistemas de produção, como resultado do processo de decisão-ação que o produtor realiza em sua unidade de produção. É também o capítulo onde se discute a metodologia aplicada à pesquisa.

O IIº capítulo foi construído com base nas informações dos mais antigos moradores dos dois bairros; refere-se aos sistemas de produção antigos, do início do século, ainda existentes, que vão evoluindo e mudando. Destacam-se as décadas de 70 e 80. A primeira como o período da modernização conservadora pelo qual passava a agricultura brasileira. A segunda com o movimento das CEBs, que não foi só um movimento de união entre os produtores dos dois bairros visitados, mas também entre os pequenos produtores do município como um todo.

O IIIº e IVº capítulo são as descrições e análises dos sistemas atuais, encontrados nas visitas realizadas às duas comunidades em setembro e novembro do ano de 1991. O IIIº trata da disposição do sistema atual com base no calendário agrícola, na mão-de-obra familiar e no conhecimento do mercado pelos produtores: a lógica de encadeamento desses elementos pelo produtor em sua unidade de produção.

No IVº capítulo analisa-se a busca de equilíbrio nas produções agropecuárias, na unidade de produção como um todo. Como as decisões e ações dos produtores são tomadas e cumpridas num processo para que o sistema de produção atinja os objetivos pretendidos, busca-se evidenciar e analisar também as variações existentes ao sistema de produção comum aos bairros. Trata-se de trajetórias diferentes de alguns produtores e seu significado frente aos bairros.

**CAP. I - COMPREENSÃO DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA: OS
SISTEMAS DE PRODUÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DOS
PROCESSOS DE DECISÃO-AÇÃO**

A realidade rural apresenta-se de forma complexa e heterogênea com uma multiplicidade de unidades de produção¹ e conjuntos diferenciados de classes sociais. A compreensão da administração desenvolvida neste contexto não pode e não deve ser encarada de uma forma monolítica, mas considera-se, no caso das unidades de produção rural, que há necessariamente uma atividade administrativa, mesmo que para a grande maioria delas esta atividade não seja diferenciada no nível da prática, do tempo e dos agentes.

Através do contato com o cotidiano de unidades de produção, pode-se apreender o que é essencial nas práticas

¹ Conforme Godelier (1983), unidade de produção são quadros onde se efetuam as combinações dos fatores de produção. E são dependentes da natureza dos trabalhos empreendidos e dos meios disponíveis para empreendê-los. (Ver também trabalho de Alencar & Moura Filho, 1988).

administrativas e agropecuárias e nos processos de decisão e ação, para descobrir sua importância explicativa em relação a um sistema de racionalidades presente em um dado sistema de produção, enquanto um processo de produção de bens e serviços gerenciado pelos agricultores.

A apreensão do processo de decisão-ação que ocorre nas diferentes unidades de produção rural permite revelá-lo como fator de impulsão do sistema de produção e como fruto de uma sucessão de práticas agrícolas e administrativas, marcadas pela realidade sócio-política, econômica e inclusive ambiental, em que se insere o produtor, sua família e sua unidade de produção.

Para esta interpretação da realidade, na busca do que é essencial na administração, centrando-se na gestão dos sistemas de produção, considera-se o produtor como agente social de um processo administrativo. Ele busca a melhor forma possível de produzir com o uso das informações adquiridas, transmitidas de uma geração para outra, derivadas de refinamentos das observações e experiências utilizadas em suas práticas, desenvolvendo estratégias orientadas para determinados objetivos e baseadas em variações, significativas, que circunscrevem sua existência.

A consideração de estratégias, projetos, aspirações, visão de mundo, dentre outros aspectos, permite também a compreensão e explicação das racionalidades singulares desenvolvidas na gestão das unidades de produção, assim como a compreensão do sistema de racionalidades de uma dada região agrícola.

1.1. O estudo de sistemas de produção

A Teoria Geral dos Sistemas (T.G.S.) foi desenvolvida na década de 50 pelo biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy, para desenvolver princípios que unificassem os universos distintos de diversas ciências, aproximando-as de uma unidade. A T.G.S. é baseada em três premissas: a) os sistemas existem dentro de sistemas; b) sistemas são abertos (caracterizados por um intercâmbio infinito com seu meio ambiente) e c) as funções de um sistema dependem de sua estrutura. Conforme CHIAVENATTO (1987), a T.G.S. penetrou rapidamente nas outras ciências, principalmente na Teoria Geral da Administração (T.G.A.), pois era preciso haver uma síntese e uma integração maior das teorias que a precederam.

Verifica-se que as teorias que estudam as organizações consideram-nas ainda como sistemas fechados. Contraria-se, assim, a abordagem de sistemas abertos, o que tem impossibilitado a compreensão global das organizações e tem trazido à T.G.A. algumas distorções. Segundo NASCIMENTO (1972), criou-se a apologia da eficiência como critério principal da viabilidade organizacional; é dada ênfase apenas em procedimentos e regras de funcionamento, além da desconsideração dos ambientes e sua influência, implicando na importação acrítica de "pacotes" com soluções e técnicas eficazes em um ambiente e não necessariamente aplicáveis em outro. Constata-se uma visão de um comportamento estático das organizações

como se elas não tivessem que optar por um processo dinâmico e contínuo de mudanças para sobreviverem.

A este processo dinâmico é que se refere GODELIER (1983), afirmando que, ao estudar um sistema, uma dupla tarefa é imposta ao pesquisador: colocar em primeiro plano o tempo de evolução desse sistema e, em segundo, identificar como foram formados e evoluíram os elementos que o constituem. Trata-se, evidentemente, da combinação de uma análise sincrônica e uma análise diacrônica de um sistema.

O tempo, resgatado através das histórias de vida dos agentes envolvidos, deve ser considerado como uma variável importante no funcionamento de um sistema qualquer, porque através dele podem aparecer as bases das mudanças do sistema. Essas transformações são, na maioria das vezes, graduais e, quando é possível estabelecer uma diferença entre elas, pode-se observar que os sistemas antigos continuam coexistindo com os novos. Caracterizando as diferenças, descrevendo os processos, definindo fatores e produtos, pesquisando as relações entre elementos e evidenciando o peso das continuidades é possível traçar a diferenciação entre eles e compreender as razões que permitem compará-los. (DEFFONTAINES, 1973 e VESSURI, 1982).

Analisadas as diferenciações observadas, pode-se então identificar as diversas trajetórias que se desenvolvem, como afirma GODELIER (1983), não só no tempo mas também no espaço, e que vão caracterizar os sistemas de produção (e sua diversidade), suas performances e seu grau de reprodução. Com o conhecimento da(s)

trajetória(s) é possível evidenciar as lógicas que regem sua evolução e compreender que o aparecimento das diversidades é acompanhado de diferenças nos ambientes natural, político e sócio-econômico. CAPPILON & SEBILLOTTE (1980) descrevem que o conhecimento das trajetórias possibilita um estudo de cenários futuros e, principalmente, evita o erro que consiste em acreditar que as soluções ontem eficazes para o sistema o seriam novamente hoje ou amanhã.

DEFFONTAINES (1973) aponta que mesmo quando muitos estudos têm mostrado o tempo e o espaço como variáveis importantes na compreensão dos sistemas, para o caso de regiões rurais ainda tem-se considerado as organizações apenas como unidades estatísticas e estáticas, e não como espaços de produção organizados, inseridos num espaço de relações. O que tem sido aplicado no meio rural são as teorias tradicionais das organizações que consideram as unidades de produção como um sistema fechado, que desenvolvem suas explorações baseadas numa mesma racionalidade (a do sistema dominante) e são aptas (e apáticas) a receberem tecnologias desenvolvidas em outras realidades.

Por outro lado, estudos principalmente da gestão de unidades de produção rural como o de DUFFUMIER (1985); BROSSIER & PETIT (1977); MALASSIS (1982); DAMAIS (1987) e LIMA (1989), entre tantos outros, têm se utilizado da pesquisa sistêmica para compreender problemas de relações, estruturas e interdependência dessas organizações com seu ambiente. Demonstrando a capacidade dos produtores em construir seus sistemas de produção, não ignorando os

seus objetivos sócio-econômicos. Essas análises colocam em evidência a organização no nível do indivíduo, da exploração e da região, ou seja, evidenciam a complexidade das estruturas desenvolvidas e que mudam em função de um conjunto de variáveis que vão desde o objetivo dos produtores até fatores climáticos, sociais, econômicos, culturais e políticos, na construção dos sistemas de produção agropecuária.

Além disso, estes estudos também possibilitam observar as trajetórias dos sistemas de produção e suas variações. Variações que aparecem conforme circunstâncias particulares dos produtores, das unidades de produção e do meio em que estão inseridos.

Enfim, são estudos que têm como finalidade, conforme CAPILLON & SEBILLOTTE (1980), *"compreender que a coerência de um sistema de produção agropecuária qualquer se refere antes de tudo à visão que o produtor tem de sua situação"*, o que não exclui a existência de contradições e antagonismos.

1.1.1. Natureza dos sistemas de produção agropecuária

Os estudos de sistemas de produção agropecuária vão além da simples adaptação e aplicação da Teoria Geral de Sistemas às organizações rurais. A noção de sistemas de produção traz em si a idéia de relação entre estrutura e função, não só a visão do que é e como é determinado fenômeno, mas também a relação com sua função,

seu fim, objetivo, razão de existir.

A apreensão dos sistemas de produção, conforme DUFFUMIER (1985), pode-se dar através de duas perspectivas complementares. A primeira, do ponto de vista de sua coerência interna, ou seja, *"coerência do conjunto das decisões sucessivas que toma o produtor"*, e a segunda através do ponto de vista das condições sociais nas quais o sistema está inserido.

A primeira perspectiva evidencia a lógica do processo de decisão que toma o produtor para realizar o sistema de produção, a partir dos meios de que dispõe e dos objetivos estabelecidos. Esta coerência interna seria de difícil compreensão, na medida que é difícil conhecer, nas várias explorações, a realidade das decisões no que concerne ao emprego dos recursos disponíveis.

Todavia CAPILLON (1988) propõe que a coerência interna pode ser constatada nas relações entre objetivos gerais do sistema, características do sistema, resultados dos objetivos e análise dos processos de produção. Estas relações seriam evidenciadas através do sistema de práticas como resultado das decisões e como manifestações cotidianas das decisões que os produtores executam na construção do sistema de produção. Propõe-se, assim, superar a desconsideração desses aspectos, continuamente relegados pelas ciências sociais. Como aponta LUKACS (1987), *"as manifestações cotidianas têm merecido pouca atenção das ciências sociais, que as consideram com um mundo de mera empiria e enquanto tal, não são dignas de uma análise científica em profundidade, destinada a examinar as constituições internas"*.

As práticas, segundo Tessier e Milleville, citados por LANDAIS et alii (1990), podem ser definidas como as várias maneiras de realizar uma ótica de produção e/ou como as maneiras de um fazer específico de uma situação dada e regular. Sua execução cotidiana na unidade de produção "*depende de aspectos diversos tais como: clima, solo, meios de produção, características da divisão social do trabalho, distinção de tarefas, composição da família*" (CRISTOFINI et alii, 1978). Como escolhas feitas pelos produtores, demonstram como foram (e são) constituídos os sistemas de produção e suas inter-relações. Portanto as escolhas das práticas se referem ao comportamento e às finalidades do sistema de produção no alcance dos objetivos pretendidos pelos produtores.

Para desvendar as lógicas presentes nas diferentes práticas agrícolas, buscaram-se traços essenciais que distinguem a manifestação de um dado fenômeno. /Trata-se de um esforço de manipulação racional da realidade, em que o próprio pesquisador realiza o estabelecimento de critérios e o controle para julgar a veracidade das próprias afirmações. Não interessa saber como a tipificação das práticas (das decisões e ações) pode aparecer nas várias perspectivas teóricas; ao contrário, a preocupação é de esclarecer como ela (a prática) é acessível ao senso comum. Este, segundo BERGER & LUCKMANN (1985), contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase científicas sobre a sua realidade cotidiana, existindo portanto um conhecimento empírico cotidiano que não pode ser dispensado no conhecimento das práticas e na apreensão dos sistemas de produção.

Na exploração agrícola, cada prática é uma história que varia conforme as condições particulares da exploração e os objetivos dos produtores e que está registrada no espaço (organização e estruturação das produções na propriedade). Através da observação e comparação entre esses registros cria-se a possibilidade de se encontrar aspectos coletivos das práticas. Aspectos que, conforme LANDAIS et alii (1990), estão inseridos ao longo do tempo da história dos agentes das explorações de uma região e no tempo circular do calendário de trabalho dos produtores. Aspectos que como são essenciais oportunizam assim a apreensão das práticas pertencentes à realidade de uma dada coletividade.

A apreciação dos aspectos coletivos das práticas só poderá ser feita quando se insere o sistema em estudo sob as condições (e relações) sociais de produção. Esta é a segunda perspectiva que, como expõe DUFFUMIER (1985), complementa a apreensão dos sistemas de produção. Para esta compreensão é importante situar o sistema no contexto de sua realidade sócio-econômica. Assim possibilita-se evidenciar as inter-relações e dependências entre sociedade (local) e o sistema desenvolvido nas unidades de produção. Assim sendo, estando o sistema de produção associado ao exterior, seu funcionamento, conforme DEFFONTAINES (1973), também pode ser atribuído à natureza das relações sociais estabelecidas em volta de sua exploração.

Para NEVES (1985), ao se levar em conta os projetos sociais, as aspirações e a visão de mundo dos agentes sociais,

assim como seus efeitos sobre as práticas sociais, podemos compreender o uso de alternativas abertas, ou sua criação, e os objetivos construídos segundo interesses de outros grupos sociais que são incorporados pelos agentes sociais como seus. Ou seja, compreendem-se os objetivos e aspirações dos agentes que dão sustentação às unidades de produção e as mudanças que a elas incorporam, ou as reordenações adaptativas que a elas impõem, visando determinados objetivos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Uma vez complementadas as duas perspectivas, podem-se estudar os sistemas como um todo organizado de modo coerente e que, como exemplifica BROSSIER et alii (1988) para o caso dos pequenos produtores familiares, não vão responder a critérios simples e uniformes de otimização, pois para eles a produção agrícola representa em primeiro lugar a subsistência da família e depois uma forma de se poder continuar reproduzindo este sistema.

De toda forma, os sistemas estão sendo desenvolvidos conforme os objetivos de quem gere a unidade de produção, possibilitando, assim através do seu estudo, compreender a lógica do encadeamento de suas decisões e ações. O estudo de sistema de produção agropecuária, conforme DEFFONTAINES & RAICHON (1981), evidencia as escolhas coerentes entre as possibilidades de execução de diferentes funcionamentos técnicos e econômicos, tudo de acordo com os objetivos de quem o administra.

A identificação das práticas que são comuns a uma certa coletividade permite agrupar, classificar os sistemas de produção

em uma mesma dinâmica e racionalidade semelhante. Mas, também, evidencia as diversidades existentes, que surgem como "*diferentes modos de utilização agrícola em um mesmo meio natural*" (CAPILLON, 1985), e a compreensão desta diversidade é entender que os produtores não possuem a mesma maneira de produzir, nem os mesmos objetivos, recursos, ambientes.

A análise das diversidades e dos sistemas de mesma dinâmica, no tempo e no espaço, permite descrever trajetórias que vão revelar porque as explorações com situações iniciais aparentemente idênticas não têm a mesma evolução. O que para DAMAIS (1987) se converte em um método chave e muito pertinente para as análises dos fenômenos agrários em nível regional. Assim, aspectos como particularidades topográficas, características geográficas, evolução histórica da agricultura regional, transformações populacionais, formas de contrato de trabalho, incentivos governamentais, características do mercado de produtos agropecuários, etc, também formam um conjunto que marca, em determinado tempo (e espaço), as decisões e as ações nas unidades de produção, refletindo-se nas práticas da construção dos sistemas de produção.

1.1.2. Transformação de práticas e técnicas na pequena produção agrícola

Através da história, os produtores rurais brasileiros vêm desenvolvendo seus sistemas de produção em função do ambiente que os circunscribe. As racionalidades desenvolvidas no sentido de ajustamento dos recursos (do meio e do próprio produtor) aos sistemas de produção envolvem, necessariamente, a busca de ajustamento e orientação para uma visão da propriedade como um todo, para um complexo sistema de inter-relações que determinam as produções agrícolas.

Em determinado período histórico pode haver maior apelo num sentido de maior ou menor especialização da produção. No caso brasileiro, com o Estado intervindo no desenvolvimento e promovendo uma crescente modernização de importantes segmentos da produção agropecuária, principalmente após 1964, ocorreu um grande aumento da diferenciação entre unidades de produção.

SORJ (1980) e WILKINSON (1986) analisam essas transformações sociais e as descrevem como um movimento duplo de diferenciação vertical, com a eliminação da pequena produção familiar e aburguesamento ou proletarização de seus membros, e a diferenciação horizontal com a manutenção da produção familiar e a heterogeneização de suas formas, entre produtores viáveis e não viáveis nas novas condições sociais de produção. Este processo de diferenciação significa para os produtores, pelo menos para uma parte, modificações substanciais nas formas de organizar os recursos e os fatores de produção.

Esta diversidade que se estabeleceu no meio agropecuário brasileiro, como também mostram estudos de MUELLER (1982) e ALENCAR

& MOURA FILHO (1988), entre outros, é várias vezes relegada em estudos de economia e administração rural, que consideram o setor formado apenas por pretensos produtores-empresários. Conforme MOURA FILHO (1989), desconsiderar esta heterogeneidade contribui para uma mistificação da realidade, onde as diferenças e complexidades são preteridas em troca de uma suspeita homogeneidade.

O Estado, fundamentado nessa pretensa homogeneidade, através do tripé/ crédito rural, assistência técnica e pesquisa agropecuária, desenvolveu ações que privilegiaram uma orientação para o desenvolvimento de sistemas de produção por produto. Gradativamente foram desconsiderados o homem, o meio-ambiente e, principalmente, o contexto sócio-econômico no qual as unidades de produção agrícola se inserem. A orientação baseava-se na visão de que a baixa produtividade da agricultura brasileira se dava devido à existência de sistemas de produção não especializados, deficientes em transformar energia e insumos em produtos úteis para a alimentação humana e para a indústria de transformação. Conforme ADANT (1987), esta orientação conduzia os produtores à monocultura, desequilibrando, dessa forma, o uso dos fatores internos de produção, que o produtor procurou sempre racionalizar com a realização em sua propriedade de muitas atividades produtivas.

O fomento à adoção dos "pacotes" tecnológicos __ um outro exemplo efetivo das ações do Estado, principalmente na década de 70 __ fazia com que produtores, como os pequenos produtores familiares, perdessem sua autonomia frente seus recursos, "seus sistemas de produção tornam-se governados no dia-a-dia por

instituições distantes, sobre as quais as comunidades rurais têm pouco controle" (ALTIERE, 1989). Isto é, adotadas as tecnologias de origem industrial e fomentadas pelo Estado, os produtores gradativamente diminuem seu controle sobre os processos produtivos agrícolas, uma vez que eles não sabem fazer individualmente o adubo, a semente precoce, etc, e não podem ter acesso a tudo isso que é controlado, no pós 64, por um setor agroindustrial, setor dominante que dita os processos produtivos desenvolvidos na agricultura e que seleciona os agricultores considerados mais capazes de gerir estes pacotes (futuros empresários).

A autonomia, o controle sobre a produção, é uma questão chave para o produtor, principalmente para o pequeno produtor. GARCIA JR. (1989) expõe que "ele (pequeno produtor) não controla o que fará amanhã, porque ele não pode saber antecipadamente a evolução exata das plantas da sua agricultura e das plantas e pragas antagônicas à sua agricultura. O que ele controla, o que ele tem que controlar a cada dia, cada momento do dia, é o que acontece com sua agricultura. É esta observação que permite decidir o que fazer a cada momento. Este controle, este tipo de controle, é tão decisivo quanto o desempenho das tarefas que cada momento do ciclo agrícola requer". A diminuição gradativa (e até a perda total) do controle ocorre em consequência da adoção de "pacotes" que trazem embutidos bulas, normas de como proceder a cada momento da cultura, criação, para assegurar os máximos rendimentos e retornos.

DUFUMIER (1985) aponta que as inovações técnicas, os pacotes propostos aos pequenos produtores são raramente adaptados

às condições concretas de sua agricultura. Primeiro, porque concebem-se essas soluções técnicas sem compreender os complexos sistemas de produção desenvolvidos no nível da exploração agrícola. E, segundo, por ignorar os objetivos sócio-econômicos perseguidos por esses produtores quando da escolha da preparação do seu sistema de produção.

Ao desconsiderar a heterogeneidade da realidade agrícola, ao considerar esta realidade povoada apenas de "futuros" empresários agrícolas ávidos por exportar (pois era o que importava) o Estado e a sociedade colocou à margem as formas consideradas mais "tradicionais" e "irracionais" de produção, entre elas a pequena produção familiar.

→ Conforme GARCIA JR. (1989), a pequena produção tem seus cálculos feitos a partir das necessidades do produto ou renda do grupo doméstico, por um lado, e dos recursos com que conta este grupo do outro. Nesta forma de produção existe uma alternativa entre o que vender e o que consumir, e também existem "esferas segmentadas de orçamento, uma onde se conta tudo e outra que não se conta, onde o cálculo ou as decisões práticas que ocupam este lugar é se o produto é suficiente ou insuficiente para o consumo da casa".

Para ALTIERE (1989), os pequenos produtores trabalham dentro de limitações de espaço e energia, e por isso aprendem a reconhecer e utilizar os recursos disponíveis no local. Ou como colocam estudos de Francis et alii (ALTIERE, 1989), eles desenvolvem a policultura, a diversificação da produção como uma

estratégia (tradicional) que tem por fim: promover uma dieta diversificada, geração de renda, estabilidade de produções, diminuição dos riscos, redução das pragas, aumento da eficiência no uso da mão-de-obra e intensificação da produção com o uso dos recursos limitados.

Ou ainda, conforme Lyman (ALTIERE, 1989), tendo a subsistência como seu objetivo principal, a diminuição do risco de um fracasso total passa a ser mais importante que o retorno financeiro e a maximização dos lucros, pois essa perda pode vir a colocar a propriedade da terra ameaçada, fazendo com que o produtor perca o principal recurso de sustento seu e de sua família.]

A pequena produção, argumenta ALTIERE (1989), é ainda, mesmo quando taxada de "tradicional", capaz de manter uma produção através do tempo e desenvolver um conjunto de práticas adaptadas às necessidades e recursos do meio e do produtor, ou seja, consegue ter mais sustentabilidade e estabilidade do que as formas patrocinadas (e importadas) pelo Estado.]

Dadas as características da intervenção do Estado brasileiro na agricultura e as demais pressões para transformação dos sistemas de produção, podem-se encontrar diferentes casos de maior ou menor interação ao sistema de produção patrocinado como modelo, no pós 64. Algumas categorias de produtores rurais aderiram a inovações tecnológicas ou se negaram a produzir determinados produtos objetos de incentivo governamental ou de interesse do mercado. Outros podem ter inicialmente se integrado a todas as novas tendências e, posteriormente, abandonado certas linhas de

produção, processos de produção ou a produção de certos produtos, dadas alterações eventuais de incentivos ou de atração do mercado. Outros, ainda, podem ter parcialmente se integrado às novas tecnologias.

Diante de uma tal diversidade de casos, há necessidade de se evidenciar a racionalidade própria da população rural de uma dada região agrícola. Desconsiderando-se as formas compreendidas como "tradicionais" e atrasadas, que vivem ainda em um "agrarismo rústico", deixou-se de lado todo um sistema de racionalidades desenvolvidas conforme histórias particulares, que permitiram a evolução de sistemas de produção. Sistemas que, conforme DUFUMIER (1985), nascem da organização de recursos, no tempo e no espaço, e que então são geridos para que atinjam os objetivos dos produtores. É nessa situação, que surgem as decisões e ações que permitem identificar aspectos variantes e invariantes que definem os processos de decisão-ação e os sistemas de produção.

1.2. O processo decisão-ação

O conceito de processo decisório usualmente utilizado é baseado e desenvolvido a partir de organizações urbano-industriais. Geralmente, define-se como análise e escolhas de alternativas para a execução de ações que levem a um aumento da eficiência organizacional.

Segundo alguns autores, como BARNARD (1979); SIMON (1965) e YOUNG (1977) e outros, o processo decisório pode ser dividido em múltiplas fases ou passos. RAMOS (1966) simplifica esses passos e apresenta o processo decisório em três fases distintas. A primeira, chamada de "atividade inteligente" (procura de fatores que enfoquem a solução dos problemas); a segunda, "concepção em inventar" (desenvolve e analisa as alternativas de ações); e a última fase a "atividade de escolha" (relaciona a alternativa ou alternativas mais viáveis). O processo decisório descrito por esses autores enfoca os objetivos da organização que, teoricamente, seriam os da máxima eficiência econômica. Conforme SIMON (1965), a eficiência embasa o caminho mais curto e os meios mais econômicos para alcançar os objetivos.

RAMOS (1966) expõe que a decisão é um elemento estruturante do fato administrativo. E este, por sua vez, é "resultante e condicionante das ações de diferentes pessoas escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho das funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos estabelecidos" (RAMOS, 1966). Esses enfoques dados ao processo decisório na administração de empresas urbanas caracterizam-no como um processo hierarquizado, onde o empresário ou seu substituto, o gerente, assume, pois, as funções decisivas da atividade econômica. As suas práticas assumem forma de cálculos, para "expulsar" as incertezas, atingindo a forma racional mais perfeita (GODELIER, 1983), ocorrendo uma distinção clara entre os agentes que tomam as decisões (e planejam, organizam, dirigem,

controlam atividades diferenciadas pela divisão do trabalho) e aqueles que as executam.

Decisões e ações são então estudadas separadamente, apesar de SIMON (1965) reconhecer que a administração deveria ocupar-se simultaneamente dos processos de decisão e ação, pois qualquer atividade prática envolve decidir e fazer. O que, de certa forma, alguns estudos de administração rural possibilitaram evidenciar, uma vez que esta realidade é povoada de um universo diverso de unidades de produção, de formas de sistemas de produção, de objetivos, de racionalidades. Na medida em que, na realidade, para muitos produtores, a produção e o trabalho são antes uma forma de vida do que apenas desempenho de funções delimitadas e pré-estabelecidas.

No meio rural, objetivos de otimizar produções, lucros não são os mais importantes. Na verdade, *"a cada decisão ocorrem ações que vão sendo postas em prática e exigindo novas ações... as decisões são assim apreendidas em seu duplo caráter de respostas imediatas à situação geo-ecológicas em que está localizada a unidade de produção e de serem condicionadas por padrões culturais sobre as relações sociais do produtor (e de sua família)"* (LIMA, 1982).

Estudos em administração rural têm evidenciado que o produtor inicia o processo decisório, que é particular às suas características quanto aos recursos de seu meio e com as restrições que os limitam. Este processo finaliza-se nele mesmo, dado o fato dele mesmo cumprir as decisões. Para cada decisão cumprida ele está

tentando, de um lado, atender aos seus objetivos e, do outro, procurando estruturar a percepção que ele tem de sua situação real. Na verdade, esses estudos vieram mostrar que o fato administrativo, em muitas explorações agrícolas, é condicionante de apenas uma pessoa, que planeja e executa ao mesmo tempo.

Destas realidades, onde o fazer e decidir fazem parte de um todo, urge considerar não mais em separado a decisão e a ação, mas como parte de um processo global. Segundo LIMA (1991), o processo decisão-ação é uma expressão que envolve a consideração do acúmulo de papel decisório com tarefas de caráter operatório em um mesmo agente de uma organização qualquer. Esta unidade entre a tomada de decisão e a execução de um certo tipo de atividade leva sempre a uma grande objetividade; o produtor sabe que isso é necessário porque é ele mesmo quem faz. Um exemplo disto está no fato de que ao cumprir diversas atividades ao mesmo tempo, as decisões do pequeno produtor rural devem permitir a efetivação de todas essas atividades, não ultrapassando, entre outras coisas, o máximo suportável para a sua força de trabalho familiar (ADANT, 1987).

Produtores rurais enquanto agentes de um sistema de produção têm conhecimento de sua realidade agrícola. Conhecimentos que buscam integrar a visão de sua situação real, de seus objetivos e, principalmente, de seu ambiente: conhecimentos que permitem avaliar, a todo momento, os efeitos e conseqüências de suas práticas agrícolas, práticas que são determinadas conforme ele decide e faz funcionar a sua unidade de produção. Ele é, afinal,

quem melhor conhece suas terras, suas possibilidades, seu sistema, como defende PLOEG (1985), quando identifica que o produtor deve ser considerado um ator consciente que seleciona seus próprios critérios de decisão e ação, e constrói seu próprio modelo específico de produção, desenvolvido por processos racionais.

Sua posição no meio, sua prática cotidiana o faz tomar decisões que, se de um lado baseiam-se em seu bom senso, em seu conhecimento empírico, do outro baseia-se nesta sua visão global de seu meio que o faz considerar todo um complexo de conseqüências de acordo com os objetivos que pretende atingir; então passa a agir, a gerir seu sistema de produção conferindo-lhe uma lógica, uma racionalidade que lhe é própria, condicionada por um ambiente físico, social, político e econômico.

Cabe considerar que nessa realidade agrícola há casos limites, em que o processo de decisão e ação tende à crescente complexidade, havendo distanciamento progressivo entre um setor, ou agente de decisão, e outro setor ou agente responsável pelas operações. Mas ainda há casos igualmente onde *"a decisão e a ação tendem a convergir no tempo, diminuindo o limite de sua diferenciação lógica como objetivo teórico. Há uma convergência para integração dessas duas instâncias na prática agrícola como fato de natureza e da cultura (...) não há um estoque teórico de decisões para escolher uma alternativa. Não é possível nem mesmo buscar uma sistematização teórica para a produção familiar"* (LIMA, 1989).

Diante das várias e diferentes situações, deve-se buscar

apreender as diferentes lógicas dos processos de decisão-ação, e não julgar sua escolha, presentes nas particularidades da organização de unidades de produção. Busca-se, assim, a apreensão de um sistema de racionalidades embutido nos sistemas de produção desenvolvidos pelos produtores de uma localidade rural. Afinal, como afirma PILLOT (1986), os produtores têm boas razões para fazerem o que fazem e do jeito que fazem.

1.3. Racionalidade administrativa

A administração rural, enquanto área de conhecimento, constitui-se num amplo campo de estudo aberto a novos temas a estudar. Porém, observa-se que os estudos se concentram nos problemas relativos às unidades de produção com fortes características empresariais. Verifica-se a tentativa de transposição do modelo administrativo urbano industrial para a agropecuária, sem uma preocupação explícita com suas particularidades e com os processos administrativos ali desenvolvidos.

As decisões e ações, de que se ocupa a administração rural, são oriundas de processos racionais, identificando-se aspectos formais ou materiais em acordo com a perspectiva Weberiana. A racionalidade está colocada no centro de interesse da administração rural, assim como o homem está colocado para a

antropologia, ou o poder para a ciência política.

A compreensão da administração na diversidade de unidades de produção impede a visão restrita como se o meio rural fosse composto de unidades potencialmente empresariais. Não se pode considerar todo produtor como um empresário em potencial que organiza sempre seus recursos para obter rendimentos máximos, tirando-lhes assim um máximo de satisfações desejadas (GODELIER, 1983).

O desenvolvimento teórico de ciências como a economia e administração rural tem sido construído considerando-se como unicamente racionais as formas empresariais de produção. Isso conduz à marginalização uma grande parcela de produtores (ou unidades de produção), que passam então a ser considerados irracionais. A análise da racionalidade vista sob esta forma, e comumente aceita pelos economistas, conforme GODELIER (1983): *"apresenta-se como uma procura teórica das condições de possibilidades de atingir um objetivo qualquer, levando-se em conta um certo número de dificuldades"*, ou seja, considera-se a racionalidade apenas sob o ângulo de ações previamente calculadas e dirigidas em função dos fins escolhidos.

Para BROSSIER et alii (1990), é necessário conhecer a percepção que os produtores têm da situação em que se encontram. Assim sendo, dever-se-ia levar em conta, também, o que WEBER (1964) denominou de uma racionalidade material, definida como uma ação social orientada por determinados postulados de valor ético, político, utilitário, ou qualquer outra forma. Neste caso, a

racionalidade não é reduzida apenas a um conjunto de critérios e procedimentos, que fornecem normas (receitas, bulas...) para se maximizar produções, lucros.

Para LIMA (1982) "*é necessário considerar a existência de uma racionalidade própria às populações rurais, marcando as características das decisões de aspecto econômico ou financeiro, permeadas de influências culturais, religiosas, políticas e sociais*". Neste sentido, a compreensão e explicação do sistema de racionalidades de determinada região (rural) implica na consideração de elementos conhecidos de quem gere a unidade, do conhecimento que ele tem de seu meio, dos seus recursos e de seus objetivos, levando, assim, o pesquisador a tentar inserir-se no referencial das populações rurais.

Sob este aspecto, os estudos não se restringem somente ao "empresário racional", ou àquele indivíduo que dirige uma empresa agrícola, mas existe uma diversidade de unidades de produção que, segundo CAPPILON (1985), também podem ser constatadas pelos diferentes modos de utilização agrícola de um mesmo meio natural, sendo traduzidas nas diferentes formas de conduzir, administrar unidades de produção. Isto envolve um vasto campo de observações e análises no nível do tempo, espaço e dos agentes responsáveis pela gestão.

Esta pesquisa da administração de unidades de produção, de uma dada região agrícola, enfoca um todo indissociável presente numa evolução histórica (tempo), enquanto fato biológico presente num espaço e enquanto fato da natureza da cultura dos agentes

envolvidos. Neste sentido, a identificação das práticas agrícolas e agropecuárias, maneiras concretas de agir dos produtores rurais, representa um importante passo no entendimento dos processos administrativos.

Compreender a diversidade do meio rural, as racionalidades presentes nos processos administrativos, é considerar como SANTOS & AGUIAR (1979): "*que todo agricultor que toma decisões relativas à condução de sua propriedade é um administrador rural. Se ele vive e sobrevive às custas da exploração da terra, bem ou mal, do ponto de vista acadêmico e científico, ele administra seu empreendimento*". Essa prática da administração é baseada "*em um conhecimento que é fruto de uma experiência pessoal de "viver" junto à natureza, desde a mais tenra idade, outro sobre o modo de fazer as coisas, normalmente adquiridos pela tradição familiar e comunitária, além de conhecimentos recentes, mais ou menos integrados, que chamamos de modernos. Estes conhecimentos e práticas são empíricos e não livrescos*" (ADANT, 1987).

A observação da gestão baseada nos conhecimentos e práticas continuamente adquiridos permite, então, evidenciar racionalidades não apreendidas por uma simples avaliação numérica, onde predominam medidas de eficiência econômica, ou onde os raciocínios econômicos são caracterizados por expectativas de lucros de cada produção isoladamente e pelo cálculo numérico dos riscos de suas decisões. Na observação da realidade rural, GARCIA JR. (1989) constatou racionalidades que, mesmo baseadas em

conhecimentos adquiridos por tradições, são desenvolvidas particularmente e não mostram nenhum respeito pela rotina, ou um mero desejo de se conformar à simples tradição dos antepassados.

Na verdade, o produtor procura organizar internamente suas produções desenvolvendo uma racionalidade própria, integrando de acordo com DAMAIS (1987), trabalho-produto e consumo, e que pode ser traduzida em certas decisões que são tomadas de forma coerente conforme a realidade das suas condições e de sua unidade de produção, coerência esta que se não for estudada sob o ponto de vista do referencial do produtor pode vir a parecer ilógica, irracional.

Esta racionalidade sócio-econômica própria do produtor, segundo o autor, permite que ele continue produzindo com certos recursos e os combine para alcançar os objetivos desejados. Trata-se da integração de objetivos ou de um objetivo central com o ambiente. Neste sentido, ele desenvolveria um sistema de produção que se finalizaria no cumprimento dos seus objetivos, inserido em um ambiente sócio-econômico.

Os estudos de CAPILLON (1988) e de CAPILLON & SEBILLOTTE (1980), evidenciam que a análise das racionalidades desenvolvidas na administração das unidades de produção possibilita compreender o nível estratégico da gestão, determinado pelo alcance dos objetivos. E que, por sua vez, é determinante para as escolhas táticas, ou seja, possibilita a análise dos processos de produção postos em prática pelos produtores. O cumprimento ou não desses objetivos implicaria ou não numa ação que visa modificar a situação

e adaptá-la na medida de suas possibilidades, na medida dos (novos) objetivos do produtor, a qual BROSSIER et alii (1990) denominam de um comportamento adaptativo, uma lógica adaptativa, que leva o produtor a rever, examinar, interrogar suas decisões e ações em nível tático, estratégico e, até, em nível de objetivos.

Com efeito, não se pode considerar um sistema de racionalidades fixo, formal, quantificado ou teorizável. A realidade rural está em constante mudança, seja no ambiente natural, seja no ambiente político, social e econômico, possibilitando, então, o desenvolvimento de inúmeras formas de produção que irão se particularizar, basicamente, em função da maneira de organizar e orientar seus recursos, sua produção, bem como seu funcionamento.

Exemplo disso é a pequena produção como um tipo de unidade de produção com forma específica de administração. As considerações de que esta seria um segmento tradicional, desprovida de uma racionalidade administrativa, são contestadas por PINTO (1982). Para ele, a pequena produção desenvolve uma racionalidade própria que lhe assegura sua reprodução e a faz reagir frente à transformação pretendida pelo sistema dominante. Racionalidade que é evidenciada na sua organização interna, baseada na subsistência, na produção de valor de uso e na forma própria de utilização de sua força de trabalho, resultando uma unidade entre trabalho, produção e consumo.

A compreensão da racionalidade dos pequenos produtores estimula um tipo de pesquisa em que a produção do conhecimento

científico vai depender da descoberta sistemática do que é particular e do que é invariante nos sistemas de produção e nos processos de decisão-ação, devendo-se situar esses sistemas e suas decisões-ações no contexto de sua realidade sócio-econômica e política, colocando-se em suspensão as noções pré-estabelecidas à realidade a ser investigada. Segundo SCHUTZ (1979), o propósito deste recurso técnico é o de alcançar um nível de certeza que se situa acima do domínio de mera crença, e para que se produza e evidencie uma explicação. A pesquisa assim produzida envolve um corpo de elementos sistemáticos para a abordagem dessa problemática em outras realidades rurais, regionais inclusive.

1.4. O método de reconstrução dos processos de decisão-ação

A compreensão da racionalidade administrativa em unidades de produção rural implica na reconstrução dos processos da decisão-ação presentes em sistemas de produção. Para tal, procurou-se atingir uma realidade sintética através da observação das práticas agrícolas e práticas administrativas nela presentes ou a ela associadas.

Para revelar as lógicas presentes nas diferentes práticas agrícolas, recorreu-se necessariamente a inferências qualitativas, inspirando-se na perspectiva dos estudos de caso, fornecendo a

possibilidade de uma análise profunda e de grande riqueza.

Segundo TRIVIÑOS (1987), o estudo de caso possui duas características importantes à natureza e à abrangência da unidade e complexidade determinadas por suportes teóricos que servem de orientação ao trabalho. Nota-se que a complexidade do estudo advém da preocupação centrada no processo e não somente no produto e nos resultados, pela observação do desenvolvimento do fenômeno social, penetrando na sua estrutura em busca de suas relações e do conhecimento de seus aspectos evolutivos.

A unidade sócio-econômica tomada para a observação da realidade social foi o bairro rural. As características geo-ecológicas constituem um substrato sobre o qual a sociedade intervém transformando as condições naturais. Nesse sentido, a apreensão da realidade através das práticas agrícolas em dois bairros com bases geo-ecológicas distintas permite validar o entendimento das práticas enquanto fato agrícola e fato administrativo, fato da natureza e da cultura, cujo limite da indissociabilidade encontra-se no processo de decisão-ação.

Os dois bairros estudados estão localizados no município de Poço Fundo, na micro-região homogênea do Planalto Mineiro, Sul de Minas Gerais. O bairro de Cardoso está localizado nas serras do município, enquanto o de Dourado dos Lopes está localizado nas várzeas do rio Dourado.

O processo de pesquisa baseou-se nas três visitas que foram feitas aos bairros, com duração média de 10 dias cada, possibilitando sempre uma crescente compreensão da realidade, do

cotidiano dos sistemas de produção, do processo decisão-ação dos produtores. Durante estas visitas foram realizadas 21 entrevistas e os informantes foram escolhidos pelo próprio pesquisador, de forma que se captassem representantes de todo o universo pesquisado. A técnica utilizada para a coleta de dados foi de entrevista semi-estruturada, que "parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa" (TRIVIÑOS, 1987).

Deve-se ressaltar, portanto, que a pesquisa de campo não foi um processo linear em que são levadas questões pré-determinadas a campo que devem ser necessariamente respondidas. Ocorreu um processo de ida e volta, os agricultores responderam questões, assim como formularam outras por conta própria; foi a partir das informações que os produtores forneciam que se formulavam as próximas entrevistas, buscando entender os pontos obscuros, esclarecer as novas questões que iam surgindo. De certa forma, passava-se por um processo de constante aprendizagem e dúvidas em cada passo do processo de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas preferencialmente após a jornada de trabalho, evitando-se prejudicar o andamento das

atividades cotidianas nas unidades agrícolas de produção. Para o registro das informações foram utilizados dois instrumentos: uma agenda de campo e um gravador portátil. As informações foram registradas em 30 horas de fitas cassete, posteriormente transcritas e analisadas.

Foram utilizados dados secundários obtidos em fontes oficiais e trabalhos científicos sobre as características dos produtores e da região estudada, assim como documentos de análise sobre a realidade dos grupos de produtores, feitos por entidades representativas e de apoio que atuam junto a estes agricultores.

No envolvimento com o cotidiano das unidades de produção rural, buscou-se o que é essencial nas práticas agrícolas, administrativas e nos processos decisão-ação. Procurou-se descobrir as suas importâncias explicativas em relação a um sistema de racionalidades presentes em um dado sistema de produção. Partiu-se do pressuposto que *"a legitimidade da proposição inferida não repousa no número de casos ou de instâncias, mas no modo de lidar com o essencial na explicação de regularidades descobertas (...). A razão é suficiente por si própria, para criar os meios de análise e de interpretação do real"* (FERNANDES, 1973).

Com efeito, ao compreender as racionalidades administrativas presentes nos sistemas de produção e apreender os processos de decisão-ação como formulações de uma realidade, tornou-se possível identificar a existência de um conhecimento do homem rural, que é também objeto para estudos e reflexões próprias à Ciências das Organizações.

**CAP. II - A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO:
EVOLUÇÃO E MUDANÇAS**

A constituição dos sistemas de produção varia no tempo e no espaço e seu estudo deve abranger desde a sua evolução histórica até as mudanças advindas dessa evolução.

A análise histórica é importante para se compreender o conhecimento que os produtores rurais têm da realidade rural, das inter-relações "porteira-a-dentro" e "porteira-a-fora" das unidades de produção. Pode-se, assim, evidenciar o desenvolvimento e transformações desta realidade, facilitando destacar exemplos complexos de informações relativas às mudanças e evoluções das práticas agrícolas refletidas no ambiente e na condução das criações e cultivos.

Através da história, pode-se evidenciar, então, as racionalidades desenvolvidas no sentido de ajustamento dos recursos aos sistemas de produção, de forma a garantir aos produtores sua sobrevivência e reprodução em um meio em constante mutação.

2.1. Formação agropecuária do sul mineiro

No Brasil, constata-se que as criações estiveram vinculadas à existência de uma atividade agrícola predominante. A associação do gado com o engenho para fazer andar a indústria canavieira constitui-se num exemplo.

Alguns autores relatam que no estado de Minas Gerais, especialmente (o sul mineiro, as criações animais, principalmente bovinos e suínos, predominaram junto com a agricultura de subsistência), Maxwell (OLIVEIRA, 1989) descreve que existia na época da mineração uma crescente integração horizontal entre lavras de ouro, a pecuária e alguns engenhos de açúcar. Esta integração veio propiciar a produção de gêneros de subsistência das fontes mais diversificadas possíveis, possibilitando a existência de inúmeras unidades de produção que criavam porcos para banha/toucinho, gado para carne/leite/transporte, ovelhas para lã, além de aves, cavalos e bestas. Esse sistema completava-se com cultivos tradicionais, como milho, feijão, mandioca, algodão, açúcar e tabaco. Todos com a finalidade de promover a sustentação da atividade de mineração.

Com o fim desta atividade, o sul mineiro já havia se especializado na criação de animais para o consumo interno do Estado. Conforme PRADO JR. (1980), Minas Gerais como um todo vai desenvolver cada vez mais uma economia de subsistência dinâmica e diversificada, voltada para consumo interno e para mercados fora

das Gerais.

Esta especialização na produção de gêneros alimentícios teve grande impulso no século XIX, principalmente com a vinda da corte portuguesa para o Brasil. Naturalmente, por sua localização geográfica, o sul mineiro ficou encarregado de suprir as necessidades deste novo mercado consumidor. Conforme Alcir Lenharo (OLIVEIRA, 1989), a economia mineira então volta-se basicamente para fora do estado. Trata-se de uma economia que já operava com boa produtividade e alta rentabilidade, tornando-se, nesta época, a maior produtora de produtos pecuários e um grande distrito cerealista.

Estudos como o de MOURA (1973) e OLIVEIRA (1989) mostram que as regiões do sul mineiro se especializavam na produção de produtos de gêneros de primeira necessidade. Cidades como Baependi, Carmo da Cachoeira, Areado, Santa Catarina, Cabo Verde e outras, citadas por OLIVEIRA (1989), tinham na pauta de suas exportações o fumo como um principal produto, não esquecendo carnes, toucinho e queijo. ETGES (1989) descreve que no sul de Minas chegou a surgir uma variedade de fumo conhecida como "Sul de Minas", resultado de cruzamentos feitos na região. Essa variedade, como também os chamados "Giorgino" e "Pirachim", eram considerados fumos escuros e tinham como destino somente a produção de rolos. Esta cultura, em alguns municípios, como o de Itajubá, estudado por MOURA (1973), tornou-se uma monocultura. Possivelmente o fumo tenha permeado todo ou grande parte do sul mineiro, de meados do século XIX até 1920, quando entra em declínio geral na região.

Com o advento do café, no final do século XIX, a pecuária e a agricultura diversificada, gradativamente, também, perdem espaços para essa cultura. O café, semelhantemente ao fumo, em algumas regiões vai se tornando o produto principal dos sistemas de produção. Enquanto a cultura de fumo ainda permitia uma diversificação na mesma área de milho e feijão, o café, com sua transformação em monocultura, mudou profundamente uma economia que se articulava na produção de rapadura, milho, feijão, arroz, mandioca, leite, queijo, banha, toucinho e até mesmo fumo. Sua introdução rompeu o ciclo de uma economia baseada em culturas anuais, onde os recursos dos sistemas de produção, principalmente a terra e a mão-de-obra familiar, eram organizados para fornecer e recolher produtos durante todo ano, assegurando o abastecimento e a reprodução dos produtores e suas famílias e ainda possibilitando algum excedente para venda.

2.2. O município de Poço Fundo

As transformações na agropecuária do Sul mineiro também foram observadas no município de Poço Fundo e mais particularmente nos bairros rurais estudados: de Dourado dos Lopes e Cardoso. O bairro de Dourado dos Lopes sofreu, nos anos 60 e 70, a penetração do café em seu sistema de produção juntamente com o aumento da importância do gado leiteiro, ocorrendo melhoria de instalações e

de alimentação para esses animais, fazendo com que os produtores reestruturassem até a organização espacial de seus sistemas de produção direcionando-se para o binômio leite-café. O bairro de Cardoso, por sua vez, evoluiu com o café e o fumo, marcando os sistemas de produção locais, com a ascensão do primeiro e queda/estagnação do segundo, evidenciando também a crescente vinculação e dependência do mercado.

O município de Poço Fundo, conforme a PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO (1986), originou-se de uma disputa política na cidade de Machado em 1870. O povoado inicial passou por várias transformações e por várias denominações. Em 1871, era Arraial de São Francisco de Paula de Machadinho. Já em 1923, desmembrava-se de Machado e passava a ser conhecido como município de Gymirim (Gy = machado; mirim = pequeno). em 1948 é elevado a comarca e, por final, em 1953, passou a ser chamado de Poço Fundo. O município possui uma área com 458 km², que faz limite com os municípios de Machado, Turvolância, São João da Mata, Espírito Santo do Dourado e Campestre. Seu atual nome é homenagem ao fumo plantado no bairro rural de Cahoeira Grande do Poço Fundo. Situa-se na micro-região homogênea do Planalto Mineiro. Pela caracterização feita pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO et alii (1978), está situado na intersecção de áreas de policultura alimentar, cafeicultura e hortifrutigranjeira (Figura 1). Na realidade, desenvolvem-se culturas do fumo, do café, do milho e do arroz. A produção destina-se a fins comerciais e ao consumo próprio. A produção leiteira é relevante, dividindo a importância econômica com o café.

VER
LAVRAS

Em Poço Fundo predominam Latossolos Vermelho- Escuros, solos de média e boa fertilidade. Segundo o Plano Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - (1991) existem no município três classes distintas de solos em relação à topografia e fertilidade: a primeira representada por uma área de boa e média fertilidade, com topografia mais inclinada de máxima altitude, corresponde a 40% do município. A segunda compreende as várzeas, que são 10% do município, e a última, representada por terrenos de menor fertilidade, relevo ondulado e altitude mediana, corresponde a 50% do município.

Dados da EMATER (1991) indicam a existência de 44 bairros rurais, responsáveis pela produção de milho (5.760 ton), arroz de baixada úmida (2.349 ton), café (2.064 ton), banana (1.005 ton), feijão (464 ton), fumo (62 ton) e leite (2.379.150 .l). A maior parte desta produção está concentrada em propriedades com menos de 50 hectares, que são 85% do total das propriedades e ocupam, aproximadamente, 46% da área do município.

As culturas permanentes, representadas pelo café, conforme Quadro 1, ocupam 10,49% da cobertura vegetal, e tiveram um grande aumento no município entre 1940 e 1991, enquanto as culturas anuais, incluindo o fumo, tiveram um pequeno aumento de área nesse período. As pastagens naturais, formadas de capim gordura, amargoso e grama-de-égua, tiveram sua participação reduzida, possivelmente pela formação de pastagens artificiais (que pelos dados da EMATER, 1991, ocupam 3,4% da cobertura vegetal do município).

Os dois bairros visitados são, hoje, um pequeno retrato

QUADRO 1 - Porcentagem em relação à cobertura vegetal de Poço Fundo.

- Culturas	1940*	1991**
anuais	17%	18,83%
permanentes	2%	10,49%
- Pastagens naturais	52,5%	41,17%

FONTE: * IBGE, sinopse estatística (1948).

** EMATER Local (1991).

da produção agropecuária do município. O bairro de Dourado dos Lopes está localizado nas várzeas do Rio Dourado e o de Cardoso está localizado nas serras. Ambos estão localizados em extremos quanto ao tipo de relevo e quanto ao de localização geográfica no município.

Não há registros sobre o surgimento dos bairros estudados. Os relatos chegam ao começo do século. Relata-se no começo deste século a presença de agrupamentos de famílias, nestas paisagens, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas, ao que CÂNDIDO (1987) denomina de bairros. E que desenvolveram suas produções, no intuito de sobreviverem e criarem suas famílias, combinando os recursos, que lhes eram disponíveis, da melhor maneira possível.

Criando sistemas onde encontrava-se uma complexa

interação entre as culturas, os animais e o meio ambiente, e que eram construídos obedecendo a força de trabalho familiar disponível. Força esta que era a encarregada da gestão, da produção, da transformação e, se houvesse sobra, da venda dos produtos agropecuários.

2.3. Evolução dos sistemas de produção antigos

2.3.1. A agricultura no bairro de Cardoso

O bairro de Cardoso está localizado entre serras. Em um platô; é um fôlego para outra subida. Contam os mais velhos, os moradores mais antigos que, certo dia de chuva, vinha uma tropa descendo a serra e parou no bairro para descansar, pernoitar. Lá jantaram, por oferecimento de uma moradora, feijão, farinha, torresmo; o trivial feito num bom forno à lenha. Quando deixaram a serra, as pessoas que os esperavam perguntaram aonde haviam pernoitado e um deles respondeu: "*Ora, lá numas casas, onde tinha um feijão Cardoso*".

Mentira ou não, Cardoso é o nome das montanhas que cercam o bairro visitado: a serra de Cardoso. Em seu relevo mais plano, está estabelecido o bairro. Em uma espécie de várzea, ou melhor, pequenas várzeas de córregos que descem a serra:

"Isso tudo Cardoso que o senhor andou era de dois donos.

Dois donos só. Do avô da minha mulher, e d'um outro cunhado lá do Fação" (Agricultor 2).

No relato da história do bairro, o sistema de produção antigo, desenvolvido pelo avô dos atuais moradores, é descrito como um sistema que tinha de tudo, e esse ter tudo era orgulho das pessoas moradoras do bairro, pois mostrava sua independência do meio urbano:

"E ô, no tempo da mãe dele, (o avô), comprou terra e ficou por aqui mesmo né (...) Fumo ele quase não mexia não. Tinha ano que ela plantava. Mexia com lavoura de cana e café. Plantava muita roça" (A2).

"...tinha engenho, moiá rapadura, fazia açúcar, boiada de carro, duas boiada de carro. Colhia arroz, café, cana. Até pinga fazia, mandioca, tinha tudo" (A4).

O avô produzia de tudo, havia um engenho, havia fartura, possibilitando que a sobrevivência sua e de sua família estivesse assegurada. As culturas primeiramente referidas, nas entrevistas obtidas, são sempre as culturas que eram também destinadas à comercialização. Porém, os moradores atuais deixam claro que, apesar desta "importância" econômica, elas eram pouco cultivadas. Os cultivos principais, em maior escala, eram o de milho, arroz, mandioca, feijão, etc:

"O fumo, como o café, desde aquele tempo já tinha, mas sempre tinha pouco, depois foi aumentando. Mais faiz muitos ano, Nossa Senhora. Mas esse tempo antigo tinha lavoura de café, tinha lavoura de fumo também. Ia roçá aqueles matos, plantava milho pro

gasto. O povo antigo também plantava bastante arroz. Plantava a roça pro gasto, a franqueza mesmo" (A1).

"Naquele tempo, havia muito mato e hoje não tem. Ele (o avô) plantava naquelas terras. Quarker planta era feita na derrubada da mata" (A2).

No passado, as produções eram feitas através de sucessivas explorações da mata. Toda cultura, cana, arroz, milho, café, fumo... era plantada com a derrubada da mata. Esta era e é sinônimo de terras descansadas, férteis, que possibilitavam produzir com "franqueza mesmo". Desmatava-se uma capoeira, plantava-se milho, feijão fumo e café. E quando a terra ficava cansada, abria-se outra capoeira, e deixava-se a antiga descansar. Neste período, o capim gordura junto de uma vegetação arbustiva tomavam conta do lugar. Quando era época de novo uso, fazia-se a roçada e colocava-se fogo, para recomeçar a utilizar a área.

Esse sistema, conforme BOSERUP (1987) em sua tentativa de classificar os sistemas de uso da terra, denomina-se cultivo com pousio arbustivo, pode ser conhecido como cultivo itinerante. O período de descanso está por volta de 6 a 10 anos e os períodos de cultivo variam entre mais de um ano até seis ou oito anos.

Mesmo com a primeira divisão de terras, da propriedade do avô em oito novas propriedades, o sistema de pousio, assim como outras práticas, permaneceu imutável. Nas novas propriedades continuou o sistema de produção voltado para a sobrevivência das pessoas que as geriam. Práticas que eram conhecidas e utilizadas, pois facilitavam o trabalho das pessoas. Práticas como continuar

plantando morro abaixo, devido à facilidade das capinas, dos trabalhos com enxada, ou de se plantar o feijão embaixo dos pés de milho e depois, nessa mesma terra, plantar o fumo, fazendo coincidir tempo de capina com colheita da outra para facilitar o trabalho da família e aproveitar ao máximo as clareiras abertas na mata.

Nesta primeira divisão das terras, o engenho do avô ainda consegue sobreviver, pois é importante à comunidade como um todo. A cana continua a ser importante, porém o café perde a sua:

"Se plantava café pra negócio. Naquele mesmo tempo era muito barato, mas se vendia mesmo que muito barato. Quase dado, por causa disso que muita gente largou de plantar naquele tempo" (A2).

"Os mais velhos foi morrendo, foi dividindo a terra, os outro não portavam né. Abandonavam os café já formados, né" (A5).

Os pais da atual geração dona das terras em Cardoso quase que abandonam o café devido ao preço. O fumo é, agora, junto com a cana, a cultura mais importante para ser levada ao mercado. Com o avanço desta cultura, a exploração da mata também aumenta. Mas aumenta porque havendo a divisão das terras iniciais, muitas propriedades ficaram com grande área de matas, restando aos herdeiros, então, a abertura de novas clareiras para começar suas próprias explorações.

Todavia, um ou outro novo proprietário continuou a plantar café, em áreas menores, porém ainda formadas aos moldes dos antigos, com mudas retiradas de cafezais velhos, abandonados:

"O sistema antigo, na época que eu era criança, que eles

formava café, eles fazia a cova grande. Não, não igual hoje que eles usa fazê a cova maior, a largura do enxadete, do enxadão conforme eles fala. Uma cova média assim de comprimento e tirava a muda lá no mato, com o canivete eles tirava a raizinha da muda, tirava a pontinha do pião e fazia um chucho de pau, tipo uma cevadeira, e batia no canto da cova e colocava a muda lá naquele cantinho. Depois com aquele pauzinho batia em roda, batia umas quatro vez para apertar a raiz da muda, nas quatro mudinha, e rachava uns pauzinho, uns graveto. Nos tempo era terreno de queimada, terreno de mato grosso, tinha muito pau que era milho de rocha, tirava aquela gravetada e cobria a cova pro sol não castigá. Quando dava uma chuva que aterrava a cova, tava capinando catando aqueles matinho, passava a mão e rancava aquela areia que tinha, areia prejudicava demais o café..." (A1).

As práticas de formar um cafezal persistiram de uma geração a outra, tomando muito tempo da família, seja na hora de cuidar das mudas, seja para capinar e para cuidar de manter a cova sem areia. Na opinião geral "era custoso que só vendo", e por outro lado, a cultura acabava demorando demais, para que se tornasse produtiva.

Esta prática de fazer suas próprias mudas, coletando-as de cafezais abandonados, fazia com que as pessoas sempre escolhessem cafezais que haviam tido uma boa produção, uma boa resposta ao local, ao meio ambiente, como é o caso do café Bourbon para o bairro de Cardoso. Além do café, o fumo, o milho, o feijão e o arroz eram sempre selecionados na própria propriedade. Os

antigos possuíam variedades puras dessas plantas, podendo, então, ficar auto-suficientes na produção de sementes para futuros plantios, passando-se a prática de pai para filhos. Para o fumo, eles possuíam o Jorginho (Giorgino, conforme Etges, 1989) e o Pirachim; para o milho, havia as variedades puras de Branco, Palha-Roxa e Cunha, e o arroz "*era assim um miudinho muito branquinho*".

Outras práticas que persistiram, mesmo com a divisão das terras, foram o plantio do arroz em brejos e as da criação do gado e de porcos. O plantio do arroz, mesmo com a divisão das várzeas e sua retaliação, continuava o mesmo, com todo trabalho sendo feito com a enxada. Isso requeria mais ou menos 15 dias de ocupação, de uma família com um homem, na preparação da terra. O trabalho com esta cultura era conjugado com as tarefas da "consorciação" com outras culturas, como a abóbora, a batata e a moranga, plantadas nas leiras queimadas, restos da várzea/brejo roçada. Isto possibilitava produzir ainda na mesma área, três a quatro produtos destinados ao consumo familiar.

A criação animal, gado e suínos não sofreu alteração. Os porcos eram ainda engordados em chiqueirões, dando-se preferência aos porcos tipo banha, da raça Canastra. Eram criados e engordados à base de milho, restos de comida, abóboras, etc... As porcas de crias ainda nesta época eram comuns ao bairro como um todo, sendo criadas soltas, assim com sua leitegada.

Quanto ao gado bovino, persistiam os animais da raça Caracu, criados a pasto e sal. O capim gordura, na época dos antigos, dizem os relatos, era abundante na serra de Cardoso. A

criação de gado oscilava diretamente proporcional à produção vegetal durante o ano. Na época das águas, o gado criava, engordava. Na época da seca, perdia-se todo o ganho da estação anterior:

"Era o gado Caracu, um gado costumado a esses sobe-e-desces. A esta fartura e depois não. Gado bom, de primeira, vaca de leite boa. Boi pra carro. Coisa de loco. Uma qualidade de criação, um boi e criação que nem desacoçava. O gado Caracu, um gado amarelo, um gado muito especiar" (A6).

"Eu via uma pessoa com o Caracu, que coisa mais chique e bonita" (A7).

Em Cardoso, predominava a criação de animais Caracus, puros e até de 3ª geração mestiça, pois estes eram os que mais serviam para o trabalho. O gado, além de ser visto como uma poupança, era importante para o transporte e para alguma aração das terras. Com a divisão das terras, uma prática que torna-se comum é a criação de boi a meia, principalmente para aqueles produtores que ficaram com áreas de pasto reduzidas. O sistema de dar bezerro a meia consistia em fazer, primeiramente, o valor do animal antes do período de "engorda".. O acerto da troca ocorria quando um dos parceiros, na maioria das vezes o responsável pela "engorda", precisasse livrar o pasto ou necessitasse de recursos financeiros. Após a venda descontava-se o valor inicial dos animais, que cabia ao proprietário inicial, dividindo-se o restante ao meio.

A prática de meia, principalmente em lavouras de fumo, também teve grande incremento no bairro. Os netos dos proprietários

iniciais (quase na idade de constituir família) a praticavam, como seus pais uma vez haviam feito nas lavouras de propriedade dos avós. Essa prática, de uma forma geral, consistia em que os rapazes, após certa idade, ficassem encarregados de fazer sua cultura de fumo em terras paternas. Eles próprios cuidavam de arar e plantar as mudas. Porém, antes era preciso que plantassem nesta terra as culturas necessárias ao consumo familiar, a roça de milho e feijão que eram dadas ao pai, após a colheita. Essa plantação de fumo era o início da independência financeira, mas enquanto o jovem morasse com os pais, deveria cumprir com suas obrigações rotineiras dentro do conjunto de atividades da unidade de produção.

Ocorreram duas modificações desta prática, devido à divisão inicial das terras: a prática de meia era feita agora fora dos domínios patriarcais, incluindo-se também a cultura de milho e possibilitando ao meeiro uma colheita de feijão sob sua total responsabilidade. Outra modificação consistia no meeiro assumir o controle de "um fumá" (cultura do fumo) próximo do período de colheita e preparar os fumos em corda. Em seguida dividia-se o resultado da venda. Havia uma particularidade dessa prática que era a compra do "fumá" adulto pelos jovens, ao preço de um terço (1/3) do fumo pronto, sendo que aos novos donos do fumá ficaria o encargo de dois terços (2/3) finais na confecção dos rolos para venda.

A cultura do fumo possibilitou aos jovens constituírem uma poupança, obtendo rendas puderam adquirir suas terras, compradas de primos, irmãos, cunhados que não queriam mais permanecer no meio rural, ou que tinham interesse em se estabelecer

em outros bairros do município.

Os novos produtores possuíam agora pequenas propriedades, originárias das terras divididas, que continuaram a ser geridas pela integração trabalho-produto e consumo. Desenvolvendo um sistema de produção sempre organizado dentro das limitações de espaço e energia que eles encontraram.

Houve modificações, a cana para rapadura cedeu lugar, possivelmente, a outras culturas. O engenho desativado foi distribuído entre os herdeiros. Os porcos e bois tiveram seu número reduzido; o primeiro, para não incomodar (andar fuçando) os vizinhos. O segundo porque, como a cana, os pastos davam lugar às culturas e roças. De resto, as outras atividades continuaram semelhantes às dos tempos antigos. Os mutirões, a troca-de-dias persistiam e vinham reforçar cada vez mais o sentimento de convivência. O gado, mesmo diminuído, continuava a base do sal e pasto. As culturas de fumo e café, agora, tornavam-se as principais produções destinadas à venda pelos novos produtores.

Nos relatos sobre o sistema dos antigos, na história do bairro, e que provavelmente transpassou as três gerações donas das terras, está a preparação de fumo em corda ou rolo. Do mesmo modo que era produzido pelo avô, as gerações seguintes o faziam também. Colhendo as folhas, pondo-as nos estaleiros/varais para secar, destalando-as, fiando-as em cordas e fazendo os rolos, e depois cuidando para que os rolos ficassem curtidos esperando as vendas.

Na maioria das vezes (e até há pouco tempo isso ainda acontecia), os compradores subiam a serra para adquirir as

"fumadas" ainda verdes, sem muito curar. Eram poucos, mas grandes compradores que adquiriam grandes quantidades, três, quatro, cinco mil arrobas (45.000 kg, 60.000 kg e 75.000 kg respectivamente) de uma vez:

"E o povo vendia por causa que no fumo é o primeiro negócio. Se não pegar o primeiro negócio, depois..." (A6).

Nessa venda, os produtores ficavam livres do trabalho de curar o fumo e ganhavam o capital para iniciar novamente um outro ciclo agrícola.

Até a década de 70, o bairro de Cardoso passou por modificações muito importantes, como a divisão das propriedades originais e extinção dos engenhos. Todavia, o cerne do sistema de produção permaneceu inalterado, tudo ainda era feito para sustento da família. Aos poucos as terras inexploradas, de mata virgem, tornam-se menores, as clareiras abertas davam lugar as roças de mantimento.

O reordenamento do espaço, as alterações nos cultivos, as novas relações que se estabeleciam com o ambiente se configuravam porém como reordenações adaptativas dos grupos familiares às novas condições econômicas, políticas e sociais.

Ao mesmo tempo que Cardoso passava por essas transformações, a comunidade de Dourado dos Lopes desenvolvia um sistema de produção que se baseava na exploração das várzeas do rio Dourado. Várzeas de terras férteis, que tinha no arroz um dos produtos principais. Sistemas que, outrossim, eram baseados na exploração da cana, dos engenhos de rapadura que existiam também

naquelas paragens.

2.3.2. A agricultura no bairro de Dourado dos Lopes

Em Dourado dos Lopes de antigamente, encontravam-se três famílias. As terras eram dessas famílias: os Martins, os Borges e os Rodrigues, que foram se casando, constituindo-se, então, numa única linha de parentesco. Essas famílias formaram um bairro, uma localidade afastada da sede do município. Para se ter uma idéia, naqueles tempos de começo de século, levava-se quase dois dias de carro-de-boi para se chegar ao pequeno arraial de São Francisco de Paula do Machadinho, a fim de se fazer algum negócio ou adquirir um ou outro gênero de mais precisão.

Se para ir a Cardoso a subida é íngreme, para se ir a Dourado dos Lopes (ou Dourado como chamam os seus moradores) é preciso descer, uma descida suave, de onde se vão avistando as várzeas do rio Dourado. São várzeas férteis, que possibilitavam, até na época da seca, a produção de leite através da manutenção do gado que os produtores ali criavam.

Além de gado, os produtores desenvolviam culturas de subsistência, como o arroz, milho e feijão para o sustento de suas famílias. Porém, devido à grande extensão da várzea, havia a possibilidade de se cultivar boa quantidade de arroz que também era

destinado à comercialização:

"Dourado dos Lopes era só arroz. Não tinha nada de café. E aqui também era, arroz e milho. Naquele tempo era muito grande a plantação aqui. Você chegava nesse época (out.) você via a várzea verdinha... (B[Agric.]1).

Junto do arroz, a rapadura era um produto especial, de muita procura:

" Meu pai sempre teve engenho. Ele fazia polvilho. Ele, a profissão dele era essa, plantava milho, feijão, fazia rapadura e povilho também. Fazia farinha, mas só assim pra criação. Aqui antigamente era só dois engenho. Quando o meu pai fazia rapadura, vendia tudo na roça. Não precisa ir na cidade" (esposa de B4).

"Plantava bastante roça, o pai tinha boiada, engordava muito porco. Uma porcada que só vendo. Tirava um leitinho toda a vida. Todo mundo trabaiava, homem, mulher, criança, faziam muito e apuravam poco, mais dava algum rendimento. Dava rendimento e a despesa era poca, juntava um dinheirinho e comprava umas vacas, uns bois e inté bom terreno" (B6).

Na época do avô da atual geração dona das pequenas propriedades visitadas, encontravam-se práticas de culturas e criações semelhantes às de Cardoso. O arroz, por exemplo, era plantado também de enxada, porém devido a maior proporção da várzea, em Dourado, a plantação dessa cultura era sempre feita com a troca-de-dias, ou por mutirão:

"Pra plantar um alqueire, quase 40 litros de arroz, ocupava 5 a 7 companheiro, porque tinha que bater de enxada. Agora

pra semear, também precisava mais companheiro. Um ia semeando adiante, certinho e outro pra trás pra tapar, porque tapá e semeá junto é muito difícil. E tinha que tapá bem tapadinho" (B6).

Essa operação, do preparo e plantação, demorava em torno de 15 dias; plantava-se com a várzea mais seca, antes das chuvas, para facilitar o trabalho com a enxada. Mas o mais importante era conseguir um bom número de braços para os trabalhos, a fim de que se tivesse uma plantação a mais homogênea possível. Além disso os cuidados posteriores com a cultura, como é o caso das capinas, também eram feitos através da troca-de-dia, pois havia um momento certo para se limpar a cultura, um trabalho que só uma pessoa não executaria, comprometendo a futura colheita que se perderia no mato e produziria pouco ou aquém do necessário:

"E depois para colhê, era a faca, não tinha esses ganchos de hoje. Ia pro terreiro, precisava ir na véspera colhê vara, arranja uns feixe de vara. O terreiro era de terra. No outro dia batia cedo de vara. E quando ia bater, batia sempre com mais gente. E molhava o pano. Vinha 4, 5 carro de arroz, 10, 12 companheiro, tudo batia de vara. Molhava suava. Depois no outro dia, passava uma vassoura dura, pra tirar o que ficava enterrado" (B6).

Devido às menores proporções de várzeas existentes em Cardoso, essa cultura era praticamente produzida por um ou dois elementos masculinos de uma família, com o porém de que na época da capina, obrigatoriamente, usava-se ajuda de outros homens. Outra diferença eram as variedades de arroz existentes: em Dourado havia o arroz Agulha, o d'Ouro (amarelo), o Santo Antônio (muito

branquinho), o Carioquinha, o Coquinho, o Miudinho (que existia em Cardoso) e, também, o arroz para o seco, o sequeiro (que existia também em Cardoso).

Já as culturas de milho e feijão eram produzidas com semelhantes práticas nos dois bairros. Ambas eram feitas em terras descansadas, de queimada, de terra mais fértil. O processo era o mesmo, derrubava-se uma clareira, cultivava-se, depois estando a terra com sinais de esgotamento, partia-se para outra e deixava-se a primeira descansar um tempo. Como em Cardoso, o milho utilizado era de variedades puras de milho Branco, Palha Roxa, Cunha:

"Depois o povo não tinha onde pra comprá semente. Ia pro paió pegá os mais bonitos, mais sadio. E na hora de debulhá, na ponta da espiga e no pé da espiga deixava a parte. Era só o meio da espiga. Aquele mio mais grandinho, graúdo, bonito" (B3).

A grande diferença da consorciação entre milho e feijão existente nos dois bairros era que, em Cardoso, quando retirava-se o feijão das águas, plantava-se o fumo; e, em Dourado, plantava-se o feijão das secas. Neste bairro, ambas as produções de feijão podiam ser destinadas ao mercado, caso a família não fosse consumi-las. Na maioria das vezes, por essa cultura ser produzida na beira da várzea, o feijão das águas era produzido mais cedo do que em outros locais, antes da safra, conseguindo melhor preço na ocasião, por isso quase sempre vendido totalmente. Ficando, ao feijão das secas o papel de suprir o consumo, durante o ano, da família do produtor.

Das criações, é na criação de gado que se encontraram

pequenas modificações nas práticas, principalmente na época da seca, todavia a base continuava a mesma, sal e pasto:

"Esse negócio de tratar não existia. Eles falavam que os pastos tinham muita força, né. Os pastos produziam muito. Estes pastos era só gordural. Era só sal e pasto" (B1).

"O gordural velho era Deus abençoe pra criação, memo na época de seca".(B7)

A modificação conforme os relatos, foi a de soltar os animais nas palhadas de milho e nas várzeas úmidas, que continham sempre algum alimento. Na verdade, a modificação da prática ocorreu em Cardoso, que retirou os animais das palhadas para colocar uma atividade considerada mais rendosa para os produtores locais: o fumo. O solo, neste bairro, contrariamente a Dourado, nunca permanecia ocioso.

Se em Cardoso existia até a criação de boi a meia, em Dourado dos Lopes existia a meia para as culturas de milho e feijão, principalmente para os filhos solteiros. A meia de arroz era usada pela família caso esta não tivesse grande extensão de várzea, porém toda produção de arroz era da família, da unidade familiar como um todo. Para os filhos solteiros, que produziam as culturas à meia, havia o direito de vendê-las e comprar algum animal para criar na propriedade paterna. Somente por ocasião do casamento do filho (e isso acontecia também para os futuros genros) ocorria alguma distribuição de terra:

"O pai chegava e falava olha você tira daquele pedaço de terra e planta o que quiser, o que precisar" (esposa de B4).

Tendo a terra, o filho tratava de vender os seus animais e construir uma casa. Se a terra não bastasse e o pai tivesse mais que o necessário (e antigamente havia esse mais que necessário) o filho poderia então plantar arrendado na terra deste, pagando-o com mais ou menos um terço (1/3) das colheitas conseguidas.

Uma lembrança dos tempos antigos que está na memória das pessoas de Dourado dos Lopes, e que é sempre bem revivida, como um sinônimo de que mesmo trabalhando muito a vida era melhor, era o tempo de jornada de trabalho, que começava cedo, mas acabava cedo também:

"Aqui em Dourado era 3 hora a gente ia embora da roça. Todo dia tinha esse costume, aí, ia pra casa; tomava banho, jantava. Aí depois das 5, 6 h, o sol tava fora ainda, tava todo mundo tranquilo. Tratava dum porco e pronto" (B3).

Isso mostra que bem ou mal os produtores tinham seus sistemas de produção organizados, ou melhor estavam organizados de acordo com sua lógica, face seus recursos internos. Isso possibilitava continuar produzindo, tranqüilizando-os quanto sua sobrevivência e de seus familiares.

Com a primeira divisão de uma das propriedades originais em Dourado dos Lopes, um dos engenhos foi desativado. Antes, contudo, tentou-se formar uma sociedade entre os herdeiros, porém isso durou pouco e o engenho foi vendido. Com esta divisão de terras, surgiram outras, todas dando a posse da terra aos pais dos atuais agricultores e a oportunidade de conduzir sua própria unidade de produção agrícola. Essa geração iria influenciar de

certa forma todo o bairro, dali para frente.

Os relatos identificam que os "pequenos" canavais destinados à produção de rapadura passam agora a ser destinados à suplementação dos animais. Alguns moradores, adquiriram trituradeiras de forragens para poder moer a cana e destiná-la aos animais. Nesse mesmo período, inicia-se o plantio de capineiras de capim elefante e de capim guatemala.

Aos poucos, o gado começa adquirir maior importância. Coincidentemente ou não, nesta época também efetiva-se o arado-de-boi nas várzeas e em outras terras do bairro. Junto disto, aparecem as matracas, possibilitando a plantação, a semeadura em linha. Contudo, matracas e arados eram quase que exclusivamente usados em terras de arroz, continuando as outras culturas serem ainda plantadas por cova.

É importante observar que até a década de 70 o bairro de Dourado dos Lopes também passou por grandes modificações, possivelmente até mais profundas do que as de Cardoso. Com as modificações nas práticas agrícolas, principalmente da cultura do arroz, a mão-de-obra familiar foi liberada e destinada a outra atividade, ou seja, o trato com o gado. Uma prática que ao ser efetivada no bairro trouxe uma melhora significativa na produção desses animais.

Todavia, ainda observou-se que as práticas para culturas consideradas da roça, para o sustento da família (o milho e o feijão), permaneciam as mesmas assim como o objetivo principal do sistema de produção desses produtores que era a subsistência

familiar.

Ao se apreender os sistemas dos antigos e antecedentes dos atuais proprietários rurais nos dois bairros, observa-se na descrição das propriedades antigas que havia organizações espaciais na estruturação das culturas e criações. Conforme dois atuais moradores, um de Cardoso, outro de Dourado, os antigos moradores encontraram, ou tinham, uma variedade de terras diferentes: terras secas ou mestiças e legítimas, tinham (e ainda têm) todo tipo de terra nas propriedades. A partir desse conhecimento, os produtores, antigos e atuais, arranjavam suas culturas (e criações) conforme a utilidade (e fertilidade) das suas terras. A terra seca ou mestiça ficava para as culturas perenes (no caso de Cardoso); as terras legítimas ficaram para as culturas anuais, aquelas consideradas mais importantes e que necessitavam de terras de maior fertilidade. E, por final, as várzeas para o arroz.

Somava-se a esse conhecimento o de que o produtor e sua família seriam os responsáveis por sua sobrevivência (contando algumas vezes com a ajuda dos vizinhos nos mutirões organizados no bairro); portanto, suas decisões deveriam permitir o cumprimento de várias tarefas, ao mesmo tempo, e não podiam ultrapassar, entre outras coisas, o máximo suportável para sua força de trabalho familiar, fazendo com que eles desenvolvessem práticas ou adaptassem as repassadas através das gerações, mas que garantissem sempre à família a gestão de sua unidade de produção. Exemplo disto está na consorciação, na mesma área, de duas, três culturas diferentes. Otimizando área (espaço) e tempo do produtor,

facilitando o controle de suas culturas, de suas produções, que na maior parte do tempo ficava a cargo da família. O tempo é visto, tido como um fator principal, pois tem-se um tempo certo para plantar, capinar, colher e o produtor os respeita, porque senão pode estar correndo o risco de perder a produção, seu sustento.

Esses sistemas de produção antigos, organizados a partir de conhecimentos empíricos, de um saber passado através de gerações, essa lógica de pensar e agir, vão sofrendo transformações, sejam internas, causadas pelo esgotamento do solo, sejam externas, causadas por um modelo moderno-conservador, que via esses conhecimentos, esse saber como um empecilho à modernização do país; sistemas esses vistos como um problema à transformação do país em celeiro do mundo, e não estudados ou conhecidos como sistemas diversificados. Sistemas que têm nesta diversificação sua estratégia de sobrevivência, que é a de garantir uma dieta diversificada, uma geração de renda, uma estabilidade de produções, uma diminuição de riscos e principalmente o uso intenso dos recursos encontrados pelos produtores que os executam e os administram.

2.4. Ruptura dos sistemas de produção antigos

As décadas de 70 e 80 foram, para os dois bairros visitados, tempos de grandes mudanças. Foi a partir da década de 70

que o café se estabelece como a cultura comum aos dois bairros, sendo destinada ao mercado. Foi a época da consolidação do binômio café-fumo em Cardoso, e do começo da formação do tripé café-arroz-leite em Dourado dos Lopes. Foi a década em que os produtores se viram frente a um Estado modernizador que trazia conhecimentos por meio de pacotes tecnológicos, muitas vezes não adaptados a suas necessidades, a seus sistemas de produção diversificados. É uma época que resultou na perda da autonomia, do controle do produtor frente à sua própria unidade de produção.

Contudo, a década de 80 aparece como a década do resgate, da busca de uma nova autonomia, através de um movimento iniciado pela igreja local, que influenciou não só os dois bairros, mas todo o município de Poço Fundo. Foi a década onde os atuais produtores resgataram práticas usadas pelos seus ancestrais e as misturaram a alguns conhecimentos ditos modernos, presentes na década de 70. Existia a preocupação com sua autonomia, o resgate do controle sobre seu sistema de produção com o uso dos seus próprios recursos internos.

2.4.1. Intervenção do Estado: a modificação da agricultura na década de 70

A percepção das mudanças impostas pelo modelo moderno-conservador, protagonizado pelo Estado brasileiro, aos sistemas de

produção das comunidades de Cardoso e Dourado dos Lopes começa se dar em 65 e durante toda década de 70:

"A década de 70 foi uma evolução sem tamanho. Nem tanto pra melhor, nem tanto pra pior. Mas que foi uma evolução sem tamanho foi. Começou em 65, mas a hora que a coisa chegou mesmo foi na década de 70" (B1).

De acordo com SORJ (1980), o padrão de desenvolvimento foi orientado a partir da decisiva intervenção do Estado, fazendo com que as políticas para o setor convergissem para uma integração crescente da agricultura ao complexo agroindustrial que passava a ser o pólo dinâmico e hegemônico na acumulação de capital. Esse novo padrão de desenvolvimento promoveu uma crescente modernização de importantes segmentos da produção agropecuária, acentuando a diferenciação entre o conjunto das unidades produtivas. Esse processo significou, para uma parte expressiva de agricultores, modificações substanciais nas formas pelas quais os fatores de produção eram combinados e utilizados dentro das unidades, e no relacionamento destas com o mercado.

A intervenção na agricultura visava modificar sistemas baseados na combinação de força humana, tração animal e métodos considerados deficientes na transformação de energia e insumos em produtos úteis para a alimentação humana e para a indústria. Conforme ADANT (1987), a oferta atrativa de fatores externos, crédito e pacotes agrícolas freqüentemente desequilibrava o uso racional que os produtores faziam dos fatores internos de produção e, portanto, os sistemas de produção. Essa oferta atrativa, na

verdade, muitas vezes incentivava atividades que não correspondiam à vocação da terra e não utilizavam de forma adequada os fatores (internos) disponíveis que o produtor procura sempre racionalizar, tornando-os deficitários no nível das explorações.

Ao montar um sistema diversificado de produção o produtor mostrava-se consciente de que era preciso minimizar riscos:

"A gente faz a despesa antes de apurar. Agora os causo, se dé, deu. Se não dé as despesa já fez, né. Nóis empata o dinheiro em várias coisa. Em um poco de tudo, roça, café, fumo, gado, pois um tem que dá com certeza, né " (A4).

Contrariamente à prática corrente nos bairros de Cardoso e Dourado dos Lopes, as políticas governamentais visaram um ou dois produtos, forçando o produtor a uma monocultura. Isto estava associado à introdução dos novos fatores de produção que se faziam notar:

"Foi a época da intromissão do adubo, do trator, logo em seguida o corretivo do solo, da tiração de leite duas vezes" (B1).

"O crédito tava fácil, tava excelente o banco. Agora não. Eu pegava o que aparecia... Valia a pena, porque naquela época era 12% ao ano, depois passou a 15% ao ano, só que não tinha correção monetária. Era fácil, você pegava 100 mil, daqui um ano você ia pagar 112 mil, no começo. Depois 115 mil no fim" (B1).

O crédito fácil, que valia a pena, esse banco excelente, vinha atender os objetivos do processo de modernização. A série de exigências, que numa primeira análise poderiam parecer irrelevantes, como a utilização de sementes fiscalizadas, adubos

químicos, assistência técnica obrigatória, etc, podem ser traduzidas na introdução de um pacote tecnológico novo para o produtor.

A concretização desse pacote tecnológico se deu via sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural, cuja diretriz geral era *"compatibilizar a programação da assistência técnica e extensão rural, com os planos de desenvolvimento econômico e social do país, especialmente com as políticas de ciência e tecnologia, crédito..."* (EMBRATER, 1975). ESCOSTEGUY (1985) relata que houve uma divisão da clientela entre alta renda e baixa renda. E que para os de baixa renda, imensa maioria da população rural, é explícita a orientação de imposição do modelo tecnológico e sua integração ao mercado de insumo, o que atendia as necessidades do capital dominante e não aquelas da referida "clientela":

"Ah, a EMATER teve aqui. Uma turma começou a acertar muito bem. Eu mesmo embarquei nessa um tempo" (B3).

"Vieram com a questão da nova tecnologia. A questão do uso de adubo, eu achei que era vantagem" (A3).

"Chegaram e vieram ensinar pranta de arroz. Ensinar a pranta de arroz, fazer drenagem no brejo. Negócio de ensilagem de milho" (B7).

"Vieram ensina a prantá café, o café na rua larga e pé junto" (A1).

"Eles procuravam quem tinha a maior pequena propriedade porque tinha acesso ao banco" (B1).

"Vieram e deram uns parpites" (B5).

Em ambos os bairros, a EMATER conseguiu nos anos 70 obter alguma influência sobre como deveriam ser organizadas as produções, principalmente o café, usando-se outra tecnologia, outras práticas; todavia, a percepção de alguns produtores a essas novas propostas, a essas mudanças que desequilibrariam seus fatores internos de produção, criava focos de resistência a essa instituição e a seus programas de assistência técnica. CRISTOFINI et alii (1978) apontam que, mesmo para novas mudanças (ecológicas ou sócio-econômicas) um produtor pode reagir no nível somente da estrutura de sua produção, modificando a superfície de exploração (e por hora contentando técnicos e bancos). Mas as técnicas de intervenção em sua terra, suas produções, as modalidades colocadas em ação, suas práticas restam como foco de resistência e até imutáveis, como é evidenciado no relato de um produtor de Dourado dos Lopes:

"Pra começar, eles chegaram e vieram ensinar prantá arroz. Chegaram e falaram: - nós qué faze uma experiência com o arroz, prantá em curva de nível, não sei o que, não sei o que. - Olha aqui eu não quero. Ela já dava o rendimento que eu quero e a curva de nível não resolve. - Não a curva de nível a água pega igualzinho. - Não pega não. - Pega. - Não! O chão é caído, e se for para represar de uma distância de 3 m, a água vai pegar 20 cm de um lado e do outro nada. E o arroz dentro da água não presta, o arroz gosta de brejo, de água não. - Mas a água não enxarca o arrozal todo. - Então na hora que eu tivé capinando o arroz, você vem aqui e procura se você acha um bolinho de terra pra destorrar. - Quanto

arroz você planta? - Eu planto na base de 50 kg. - E quanto produz?
- Na base de 2.400 kg. Agora você quer que eu produza mais que
isso? Eu não" (B3).

Não concordando prontamente com as mudanças, negando-se a mudar seus sistemas de práticas, o produtor negava-se à transformação pretendida, como estratégia de sua sobrevivência assentada em uma racionalidade própria, onde inclusive produzir mais, ou conseguir produções maiores, era sinônimo de perda do controle sobre seus recursos internos, principalmente se envolvesse mais trabalho, maior uso ainda de sua mão-de-obra, que sua família não poderia suprir.

Com base nesta estratégia de negar-se prontamente a mudanças, é que alguns produtores (a maioria nos dois bairros) começaram a separar o que lhes servia, que poderia lhes trazer algumas vantagens e o que não poderia ser realmente usado dos pacotes, das tecnologias que os técnicos do governo traziam:

"Tem coisas que eles ensinam que é bom, mas tem que saber separar, ver o que dá certo num lugar. Dependendo do lugar não dá certo" (B5).

"Tem que saber trabalhar, não é pra todo mundo que eles servem, eles gostam muito de que compre bastante coisa, fazendo propaganda da firma (risos)" (A5).

"A maneira deles trabalhá com o pequeno produtor é ruim, pode ser excelente para os que tem pelo menos fazendinha, acho que dá certo. Mas com o pequeno produtor não dá, todo produtor que começou com a EMATER eles se lascaram" (B1).

Apesar de haver resistência, mesmo na sua luta para se preservar como forma de produção economicamente viável, os produtores foram, em muitos casos, compelidos a modificar suas bases de funcionamento, seus fatores internos e, por fim, até seu sistema de práticas.

Os engenhos, ou o que restava deles para produção de rapadura, os porcos, o gado da raça Caracu, as variedades puras de plantas de milho e arroz e, principalmente, o êxodo rural (de seus familiares) foram o que ficou registrado como perdas ou resultado dessas mudanças na memória coletiva desses dois bairros.

No bairro de Cardoso que havia passado por duas divisões de terras, com o aparecimento de várias pequenas propriedades, os animais que antigamente tiveram mais áreas para se reproduzir, como os porcos, passam agora a ser considerados ameaças de brigas familiares:

"Eu criava porco aqui, não tinha lavoura por perto. Aí começou os vizinhos plantar perto, não podia deixar mais solto. Deixei de criar" (A4).

"É o seguinte que pra tolerar eles amola demais, sai da mangueira. Aborrece a gente, a gente fica com medo de aborrecer vizinho. Então o povo não tolera, acha difícil demais, acha melhor ficá sem eles e comprá do que criá" (A5).

À mudança no espaço do bairro, soma-se uma diminuição da área de milho plantada, que dava lugar agora ao café, e uma crescente integração dos produtores ao meio urbano que trazia mudanças nos hábitos alimentares. Essas são variáveis relacionadas

com a drástica diminuição desses animais, resultando na quase extinção das porcas e cachaços, fazendo com que o bairro precisasse cada vez mais comprar suínos de fora para engordar.

Cardoso, que já possuía pequenas plantações de café responsáveis por alguma renda para a propriedade, sofreu modificações com o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, de 1969. É a partir deste plano e da importância crescente dessa cultura que os sistemas de produção começam a ter sua estruturação dependente da sua exploração, refletindo na exploração das outras culturas/criações, na sistematização da ocupação das terras... Já em 1970, como mostram vários estudos, entre eles os de MENDES & MORAIS (1990), o café já representava 26,2% do valor total de produção em Minas Gerais, e a cafeicultura passa a representar para todos os estratos (em tamanho) de estabelecimentos rurais uma fonte de renda. Conforme dados de 1973/74 da PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO (1989/90), a área de café de 250 hectares com produtividade de 8 sacos/ha passou, em 1976 para 524 hectares com uma produtividade de 21 sacos/ha.

O café conquistava cada vez mais áreas consideradas de terra mestiça e de áreas não descansadas:

"A terra mestiça, terra seca, que é uma terra mais grossa por cima, é boa pró café. É a terra mestiça é a mais própria, lombada de espigão, essas coisa assim" (A7).

Com a divisão das terras em Cardoso as terras chamadas legítimas são subsequentemente divididas, restando então áreas bem menores para se plantar fumo e as culturas de subsistência (milho

e feijão). Segundo dados do IBGE, (1970 e 1980) a área de fumo diminuiu de 821 hectares para 375 hectares no período; conseqüentemente, menos milho e feijão também foram plantados no mesmo espaço. O resultado encontrado foi o de desmatar mais áreas, usar também áreas de pastagem, terras consideradas descansadas para se fazer novas culturas de fumo:

"A técnica do fumo é terra nova e de qualidade" (A1).

O café começou a aparecer no bairro de Cardoso conquistando, também agora, as lombadas de espigão, as terras consideradas mais secas, a partir de vários incentivos por parte da assistência técnica local. Incentivos que traziam, é lógico, algumas técnicas novas como: adubação pé a pé, a medida pé a pé, a variedade de café, a plantação em nível, as mudas em blocos... A maioria dessas técnicas foi usada pelo pessoal de Cardoso que, porém, tentou mesclá-las com seu sistema de práticas:

"A plantação de café não gostei de maneira nenhuma. Planta o café rua larga e pé junto. Ele não cabe de atravessar da rua de baixo pra cima e a rua fica larga pra juntar mato e não produz café nos galho que cruzam" (A2).

"No começo vinha esse sistema de plantar o café atravessado que está usando até hoje, no começo plantava o café muito largo, uma rua muito longe da outra, dá muito serviço e o mato sai muito, fica muito tempo descoberto" (A4).

De ruas largas no começo, feitas por indicações técnicas, optou-se por diminuí-las, pois conforme experiências próprias, as ruas menores facilitavam o trabalho de limpeza do cafezal:

"A gente mesmo trabalhando nota que não precisa aquela distância toda. Fica muito terreno pra gente trata e menos planta no terreno " (A3).

Através das experiências vividas e, principalmente, das observações do dia-a-dia é que se misturavam práticas, como é o caso da plantação em nível que se transformou na plantação em atravessado nos morros. O primeiro cafezal plantado em nível foi feito pelos técnicos da EMATER de Machado. Depois deste primeiro cafezal, feito sob toda prescrição técnica, os moradores do bairro foram conversando, observando a mudança:

"Aí a turma inteira pegou o sistema de plantar de banda. Aí todo mundo começou, né" (A6).

"O problema que notemo aí foi pra trabalha, eu vi que não atrapalha e favorece o terreno" (A4).

"Era mais fácil porque ia só de banda, não precisa ir pra riba e pra baixo" (A5).

Apesar de que, a partir daquela época, os cafezais começaram a ser plantados seguindo curvas de nível, a maioria dos milharais e das culturas de fumo ainda continuaram a ser cultivadas morro abaixo, porém com algumas novas técnicas, como o uso do adubo e as variedades híbridas de milho:

"O povo vai plantando muito, não dá mais tempo pra descanso né. Então o povo tem que mudar o terreno, mas não tem como mudar, então vai precisando adubar, porque o terreno não pode tá plantando a vida inteira" (A4).

Mesmo com a diminuição das áreas para roça, o uso do

adubo e do milho híbrido fez com que a produção continuasse semelhante ao que havia sido antigamente e, momentaneamente, aparecesse como uma boa solução. Com a entrada do híbrido, as variedades puras, conservadas e plantadas pelas gerações passadas foram sendo deixadas de lado, foram sendo cruzadas de forma espontânea com esses novos milhos. A auto-suficiência na produção de suas próprias sementes estava sendo posta de lado, e com ela um fator interno de um sistema outrora bem delineado, que tinha no milho um produto de muitas serventias na subsistência dos produtores, estava sendo desperdiçado:

"Com o milho você cria um porco, dá pra galinha, prum cavalo, uma vaca. O milho não tem quantia, você consome ou transforma ele em casa" (A5).

Na cultura de fumo também apareceram novas variedades, nesta época. Variedades mais produtivas, maiores, que precisavam de adubos, mais cuidados em geral:

"Veio o fumo Tapera, Fumão, Azulão, dá um mundo de fumo, mais o artigo não é tão bão" (A1).

"Veio o Azulão, ele dá mais quantia, dá mais fumo, mais dá mais trabaio tamém" (Filho do A1).

A introdução desses novos fumos, cumpriu o mesmo papel que o milho híbrido, ou seja, aqueles fumos antigos - Jorginho, Jorjão - foram quase abandonados, devido sua pouca produção quando comparada aos novos. Com esta mudança, o fumo pode continuar ainda como um dos produtos principais para o bairro de Cardoso.

As mudanças continuavam; ao sistema antigo eram

adicionados novos elementos, como o trator e, seguramente, seus implementos. Conforme LOVISOLO (1989) a mecanização tem um significado que não é o estritamente econômico, ou seja, significado ligado à lógica dos custos relativos dos tipos de produção tradicional ou moderna, mas também significa melhores condições de trabalho, com esforço físico menor, todavia pode exigir um preço que muitas vezes poderá até fazer o produtor perder sua terra, seu meio de produção.

Em Cardoso, os produtores sabiam que o trabalho com o trator, mesmo sendo mais caro que o do boi, rendia mais:

"Trator rende muito mais para arar né. Mas a quantia, quanto é caro! Nossa é um absurdo. Nossa é muito mais caro! Aqui no bairro nosso, uma hora e meia de trator já vale quasi mais que um dia de arado-de-boi" (A7).

Mesmo rendendo mais e sendo mais caro, o trator para o bairro era de pouca serventia, as serras muitas vezes eram mais propícias para o arado-de-boi:

"O pessoal não entende, acostumados arar com boi, em lugar que tem pedra, toco, chama o trator. Tratorista vem, não consegue arar, pega e vai embora... Outra é que o terreno aqui não permite. Uma grande área não permite. Só um pedacinho, Não dá pra trabalhar com trator" (A2).

Além de estarem conscientes de que lá no bairro o trator serviria pouco, que era o arado-de-boi que tinha maior serventia, mesmo rendendo pouco, muitas pessoas deixaram de possuir os animais, ou pelo menos diminuíram seu número para aumentar o espaço

de lavouras e passaram a alugar o boi ou o trator para arar suas terras.

A década de 70 não só quase extinguiu as linhagens puras de plantas usadas pelos produtores em Cardoso, como fez com que o gado criado pelos antigos, os animais da raça Caracu, considerada por estes como a principal para trabalho, leite e carne, sofresse cruzamentos com raças que eram "patrocinadas" pelos agentes da modernização. Esses cruzamentos destinavam a introduzir ao bairro a raça Holandesa; na verdade, direcionava-se um sistema de produção que não tinha nenhuma tradição na criação e produção de animais de leite para um sistema onde este elemento seria o principal. Com os sucessivos cruzamentos, os animais da raça Caracu desfiguravam-se em suas características raciais diminuindo, também, em número:

"O Caracu mingou e tem minguado. O povo depois que começou o Holandês zangou demais. Agora tá difícil, muito poquinho mesmo" (A2).

Por mais que o aparato oficial induzisse, mesmo com a introdução dessas novas raças o sistema de criação continuou a pasto e sal. Havia a resistência de se mudar totalmente o sistema de criação, esse continuava extremamente ligado aos ciclos vegetais, dependente da natureza. Um sistema que economiza energia, trabalho, capital, porém não dispensa conhecimentos profundos do território (CRISTOFINNI et alii, 1978); um sistema que não mudou, mesmo com as necessárias divisões de terras, mas adaptou-se aos novos recursos, fazendo com que os produtores locais diminuíssem seus rebanhos para não superlotarem suas minguadas áreas de

pastagens, sempre tentando efetivar o uso racional dos fatores disponíveis, para a obtenção de resultados que lhes garantissem sua sobrevivência e reprodução como um bairro de pequenos produtores.

Se Cardoso teve influência direta do café nos anos 70, com este reaparecendo e conquistando cada vez mais influência nos sistemas de produção, a ponto de hoje, 1991, existir a dobradinha fumo-café, com alguns produtores se questionando entre o fumo e o café, o bairro de Dourado dos Lopes teve, na década de 70, uma influência indireta desta cultura. Esta influência foi causada pelo processo de modernização iniciado com a expansão da cafeicultura, que fez surgir em um primeiro momento "indústrias de baixa capitalização, de porte reduzido que atendiam um mercado restrito e vinculavam-se à base agropecuária da região" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO et alii, 1978).

Essas pequenas indústrias de transformação de produtos agropecuários são de fundamental importância para a comunidade de Dourado dos Lopes, principalmente o laticínio estabelecido em São João da Mata, cidade que dista sete, oito quilômetros da comunidade, e "açougueiros" que se estabeleceram em Paiolino (subsede do município), distante também sete quilômetros. Porco e leite se juntavam e cresciam:

"Mais ou menos 1966, abriu um laticínio aqui na Mata (SJM) e o pessoal ia buscar o soro. Era um soro muito ruim. E era ótimo para engordar porco. Essa época foi a época que mais engordou porco aqui no bairro... Argum até conseguiu controlar as coisas, livra a situação engordando porco, porque vendia" (B2).

"Aqui no Paiolinho tinha uns três ou quatro pessoa que comprava capado. Então nesse caminho aqui, subia toda semana dois, três capado pro Paiolinho" (B5).

Apesar da criação de porcos nos moldes antigos, estar aumentando, o gado de Dourado dos Lopes continuava como antigamente. O leite era basicamente para sustento familiar e os animais sendo da raça Caracu, também serviam para o trabalho e transporte.

A crescente integração com a cidade fez com que se alterassem alguns hábitos de consumo: o açúcar e o óleo começaram a ser cada vez mais adquiridos no bairro, desestruturando um sistema montado no tripé rapadura-arroz-toucinho. A cana agora era para os animais; moer cana para os animais era um trabalho menos árduo do que moê-la para rapadura, além do mais o leite, que começava a aumentar pela melhoria da alimentação, começou a ser destinado ao mercado, remunerando melhor que a venda da rapadura.

"Nos anos 64, 70, o pessoal começou a desistir da cana e rapadura. A questão principal da cana é que ela foi pro gado, começaram também plantar capim. E os engenhos foram sumindo, sumindo..." (B3).

É principalmente através da criação de gado, do sistema de práticas, que a assistência técnica vai poder influenciar nas decisões dos produtores. A raça Holandesa, o canzil, a ração, a ordenha duas vezes por dia e o silo foram introduzidos no espaço das propriedades, nas práticas cotidianas dos produtores desse bairro:

"Nossa mudou muito naqueles tempo. A pessoa que mesmo, tendo só duas vaca de leite, punha no caminho e já vendia o leite" (B6).

Foram mudanças que obrigaram os produtores a se adaptarem e redefinirem seus recursos internos. Agora não mais era pasto e sal, redefiniram-se áreas de plantação, lugar de construir a mangueira (curral) e os silos, mas, principalmente era preciso reequilibrar o uso de mão-de-obra, pois além de cuidar das lavouras arroz-milho-feijão, era preciso achar tempo para tratar do gado e ordenhá-lo uma segunda vez. O final da jornada de trabalho às 15:00 horas ficou para trás, assim como as merendas feitas de rapadura.

A entrada da da raça Holandesa serviu para "acabar" com o gado Caracu e com o sistema de práticas desenvolvidas a base desses animais (tração, transporte):

"O pessoal foi muito na onda do Holandês. Teve uma época que o Holandês foi um excelente gado, porque chegou o Holandês junto com o Caracu. O cruzamento deles foi a coisa melhor que já teve. Mas depois que desapareceu o Caracu, aí ficou essa anarquia, que não era Caracu, não era Holandês, não era nada mais, acabou. Porque o primeiro cruzamento do Holandês com o Caracu, as vaca de leite, era vaca pra ninguém botar defeito, vaca sadia e boa pra leite. Depois o pessoal achou bão, levou naquilo, acabou o Caracu" (B3).

Sem animais próprios para o serviço da roça no primeiro momento, a comunidade de Dourado dos Lopes se viu alugando e até comprando tratores para revirar suas famosas várzeas, as várzeas

do rio Dourado. Restringiu-se o serviço do boi:

"Só o boi era agora pra onde o trator não tinha nenhum recurso" (B5).

Por sua vez, o trator facilitava a plantação de arroz e milho com a matraca, e não mais com a enxada quando da aração com boi, que passa a ser usado em poucas ocasiões. A plantação em linha substituía as covas, o adubo fazia a plantação produzir mais, o milho híbrido foi substituindo as variedades puras (assim como as de Cardoso). Restava para aumentar a produção da comunidade, uma mudança em sua principal cultura de mercado: o arroz. Se na mudança dos outros sistemas de práticas, criação de gado, cultura do milho... restavam ainda bolsões de resistência, o arroz para toda comunidade de Dourado foi foco de resistência, negava-se, com base nas suas práticas, uma transformação pretendida.

Somou-se a isso, uma nova variável que se transformaria, na década de 80, em um fator de resistência, ou, pelo menos, um fator voltado para se buscar reequilibrar os recursos internos e resgatar o sistema de práticas do antigo sistema. Esta variável é a divisão interna de algumas propriedades antigas, com o falecimento de seus proprietários e a ascensão de jovens e novos produtores.

Com mais uma repartição das terras, muitos as venderam e foram para as cidades. O que já havia acontecido em Cardoso, começa a acontecer em Dourado dos Lopes: uma nova reorganização das propriedades. Se, em Cardoso, os novos produtores assumidos da década 50/60 tiveram que comprar terras até em outros locais

FONTE: * IBGE, censo demográfico 1963, 1982.
 ** PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO (s.d.).
 *** EMATER Poço Fundo (1991).

1955	*	80,82%
1973/74	*	69,23%
1985	**	60%
1989/90	***	56,82%

Índice de população total

QUADRO 2 - População rural de Poço Fundo (%) em relação à popu-

Os dados do quadro 2 mostram que não é só a população de Dourado dos Lopes que estava diminuindo; a população rural de Poço Fundo está diminuindo com grande velocidade desde a década de 70.

"Uns saíram por causa da situação, outros porque achava que a cidade era melhor. Outro porque os fio queria ir. Ilusão da cidade ser melhor" (B3).

cidade:

A saída não era eminente, herdou, vendeu, mudou para a

não existe proprietário de fora" (B3).

"Esses que saíram fora, foram pra cidade, a própria família que comprava. Eu acho que tá sendo um dos único bairro que

irmãos:

vizinhos, em Dourado dos Lopes os irmãos puderam vender para os

O caso de Dourado dos Lopes não é um caso particular, isolado do sul de Minas. Conforme FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO et alii (1978), o pequeno produtor tradicional desta região, que não conseguiu acompanhar a modernização agrícola, vê-se obrigado a vender suas terras e a viver na periferia das cidades como bóia-fria, ou, como descreveu um proprietário de Dourado dos Lopes, "cataram carona" na industrialização de Pouso Alegre e então "conseguiram hoje se arrumá". É o processo que muitos autores denominam de descampesinação do campo.

Para Dourado dos Lopes, esse êxodo de alguns proprietários permitiu que os que permaneceram adquirissem mais terra e continuassem produzindo e se reproduzindo como pequenos produtores. A compra da terra se deu através da produção de arroz, da venda de animais, poupados para alguma necessidade, e também de empréstimos de terceiros, conferindo à comunidade um novo arranjo espacial das propriedades.

Terminava a década de 70, os novos proprietários adaptavam-se agora como donos de pequenas propriedades e com o poder de decisão sobre o seu sistema de produção, sistema que mesclava os avanços do modelo modernizador com as práticas de seus ancestrais. Nesta tentativa de reorganizar os fatores internos de produção, tão convulsionadamente desorganizados, através de suas próprias experiências, de sua própria racionalidade, de seu instinto de sobrevivência, é que os produtores de Dourado dos Lopes (de Cardoso e outuros bairros também) vão começar a "despertar" e tentar buscar práticas já esquecidas como fonte de sua reação

frente ao modelo dominante. É na verdade o começo da organização, em Poço Fundo e em suas comunidades rurais, das CEBs - comunidades eclesiais de base, propondo novas mudanças em uma nova década.

2.4.2. Intervenção da Igreja: a organização social na década de 80

A década de 80 é para as comunidades rurais de Poço Fundo uma época de união, de crescente participação, primeiramente nos próprios bairros depois para todas as comunidades. Essa participação ocorria em nível de assembleias durante as celebrações e avaliações de trabalho implantado pela Igreja local.

Informações, conscientização, participação e união são palavras que intermeiam os diálogos quando se pergunta sobre essa década e o movimento das comunidades eclesiais de base, nos dois bairros visitados. Através das CEBs, os grupos vivenciaram sua religiosidade na prática cotidiana, na discussão sobre o bem-estar básico, sobre o poder econômico, sobre as políticas agrícolas, etc. O movimento propiciou que os próprios produtores e suas famílias viessem a conhecer sua realidade no mundo, sua inserção na sociedade, em um país:

"Anteriormente o trabalhador não tinha noção sobre nada, não fazia nada, não desenvolvia nada" (B4).

"Antes o pessoal tinha na mente que o agricultor era só

pra estar no campo e mais nada, não tem condições. Então mudou muito a maneira de pensar, isso mudou sim" (A5).

Através de cursos de formação, de trocas de experiências entre as próprias comunidades de Poço Fundo e entre as comunidades de municípios vizinhos, como Campanha, Ipiúna, Borda da Mata, entre outras, as pessoas começaram a descobrir que possuíam conhecimentos, sabedorias. Que esse conhecimento tinha-os trazido até aquele ponto, levando-os a persistir produzindo conforme o seu saber, possibilitando-os sobreviver como produtores, administradores de suas propriedades.

A descoberta de que eles tinham o conhecimento de como melhor gerir, tomar decisões em suas unidades de produção, que, melhor do que ninguém, eram eles e suas famílias que conheciam os sistemas de produção utilizados, aliada ao conhecimento de instrumentos de análise da realidade, pôde proporcionar que muitas comunidades rurais (re)criassem seus próprios instrumentos de negação à transformação pretendida por um Estado, por um modelo econômico, e tentassem dali (re)organizar novamente seus recursos internos, seus sistemas de produção, a partir de uma lógica que lhes é própria, de um saber que lhes é comum. Ou, conforme escreveu MAINWARING (1989), de uma sabedoria que se manifesta nas técnicas de sobrevivência cotidiana diante da opinião, transmitidas através de sua história como pequenos produtores rurais.

Essa busca de novos conhecimentos, trocas de experiências, estimulava o fortalecimento das CEBs como forma de organização. Esse crescimento diretamente fortalecia a Igreja e o

pároco local da época, transformando o meio rural de Poço Fundo num grande palco de disputa pelo poder: Igreja versus Estado. Na verdade, pároco local versus EMATER.

O meio rural de Poço Fundo, em sua maioria, incluindo Cardoso e Dourado dos Lopes, pendeu para o lado de quem lhes havia ajudado a compreender a sua realidade. Agora despertados, os novos produtores de Dourado dos Lopes e a juventude de Cardoso (que serão futuros donos de terra) tinham uma preocupação:

"A preocupação nossa é sair da zona desses gavião. Pra começar o dono da Massey, da Shell, da ICO, da IAP é o mesmo cara. Então dá pra confiar no que vem por aí. Dá pra desconfiar... Esses caras não dá prá confiar não. Eles tem um planejamento bem feito. E quando eles incentivam o mio híbrido eles tão querendo vender o adubo. Se eles botam trator, eles sabem que o trator vai estragar a terra e tirá o boi e vai dá lucro pra eles em peça, combustível. Agora o boi não" (B3).

Essa preocupação levava os bairros a se unirem cada vez mais para articular-se no intuito de buscar soluções para eles próprios. A primeira saída foi o começo da contestação dos atos da assistência técnica, da constatação que o que ela trazia era muito caro, com custos muito altos (e até perigoso, como o caso dos agrotóxicos), o que se tornava inviável para pequenos produtores como eles. Com essa contestação tornando-se uma constante, tem-se hoje uma EMATER isolada, que não presta mais nenhum serviço, nem de bem-estar social para as mulheres de muitos bairros do município.

Outra saída foi tentar efetivar, pouco a pouco, a união

com base em "algo" mais concreto, como a compra de corretivos coletivamente (já realizada por duas vezes) e, também a disputa pelo poder do sindicato dos trabalhadores rurais do município:

"Foi uma primeira vez que a gente se reuniu pra analisar a questão sindical e a questão mais de luta. Ai depois esse grupo foi amadurecendo mais, o pessoal resolveu fundar a oposição sindical. O pessoal via que o sindicato nosso era pelego, e não defende os interesses do trabalhador e não está preocupado com isso... Foi uma campanha difícil, mas o pessoal amadureceu muito, mas no fim acabamo perdendo" (Filho do A5).

Com a união iniciada, com o crescimento político amadurecendo, com as constantes saídas de pessoas das comunidades para participação em cursos fora, as comunidades rurais de Poço Fundo puderam abrir-se para novas técnicas que atendessem suas realidades. Com grupos buscando assessoria da CPT de Pouso Alegre, as comunidades, como Cardoso e Dourado dos Lopes, puderam entrar em contatos com essas técnicas, com novos conhecimentos, que no fundo tentam resgatar boa parte do sistema de práticas dos antigos, antes da entrada da década da modernização, e que lhes possibilitam continuar a produzir na década da crise, da quase hiperinflação, do fracassado Plano Cruzado que foi a década de 80.

A crise econômica que adentrou aos anos 80 levou as duas comunidades a tentar reequilibrar seus sistemas de produção tão desarranjados nos anos 70. A recessão do início dos anos 80 fez com que no Brasil as políticas econômicas mais uma vez dessem ênfase às culturas de exportação. Como mostraram NABUCO & LEMOS (1986), a

agricultura mineira, reflexo dessas políticas, registrava o avanço das culturas de mercado externo. Mais particularmente, o sul mineiro especializava sua agricultura na produção do café. Como exemplo disto está Poço Fundo que, conforme dados do IBGE de 1970/80, mostraram que neste período houve um crescimento de 456% na área plantada com culturas permanentes, em detrimento dos 116% de aumento da área com lavouras temporárias, sendo que 48% do incremento total dessas culturas permanentes estavam centrados na cafeicultura.

Segundo dados do BDMG (1989), houve, neste mesmo período, queda na produção de arroz, feijão e mandioca. Exemplificando: as taxas anuais de crescimento da área colhida com a cultura de arroz (para o sul mineiro) foram, para os períodos 80-85 e 85-88, de -1,1% e -4,4%, respectivamente (com a ressalva de que, a produtividade se manteve inalterada nesses períodos). É provável que essas quedas deveram-se a uma evolução desfavorável dos preços do produto (assim como dos outros) na época, evolução que os produtores de arroz de Dourado dos Lopes já haviam observado e, por isso, começaram a diminuir suas plantações e a optar pelo café:

"O pessoal vinha com o arroz, sofrendo com aquilo. E de repente pintou o café trazido pela Emater. Aí um plantou 500 pé, outro 200 pé, foi aumentando... até estorar nos anos 80" (B5).

Dourados dos anos 80 vai deixar de ser aquela várzea de ponta a ponta verdinha de arroz. Com o café, os recursos internos vão ter que ser novamente (re)ajustados, seja no uso de mão-de-obra, seja na redistribuição das áreas de plantação, seja no

dinheiro destinado a essa cultura. Ali experimentava-se agora o café, talvez como um produto potencialmente substituto do arroz na dobradinha arroz-leite.

Já em Cardoso, o café expandia-se, agora alcançando os campos:

"Agora, qualquer lugar, esses pastos, eles aram e formam café. É onde aumentou muito a lavoura de café. Antes se qualquer pessoa falasse em prantá café no pasto: - Cê tá ficando loco, lugar no pasto é só vaca!" (A7).

A conquista dos pastos fez com que, ainda mais, diminuíssem essas áreas, possibilitando ao produtor ou diminuir mais seus animais, ou mudar seu sistema de criação, a base de sal e pasto. Na verdade, com a consolidação do café e da dobradinha café-fumo, o produtor optou por diminuir mais seu rebanho, e substituir o pasto de capim gordura pela braquiária, mantendo assim em Cardoso o sistema antigo de criação, mas agora com pastos novos. A braquiária foi introduzida por uns poucos produtores que ainda possuíam animais de tração e que lidavam com a doma desses animais. Com a diminuição do gado Caracu, estes produtores tiveram que sair à procura de bons animais em outros lugares, principalmente em regiões de criatório (Poços de Caldas, principalmente), onde puderam conhecer essa forrageira. A sua introdução vinha resolver os problemas mais imediatos, que eram não gastar tempo, mão-de-obra e dinheiro com o gado, uma vez que o fumo e o café em expansão absorviam esses fatores dos produtores e seus familiares.

Era o fim do Plano Cruzado e com ele os produtores de

Cardoso e Dourado dos Lopes (assim como milhões de brasileiros) tiveram uma pá-de-cal em seus sonhos. A inflação voltava. E junto com ela a agricultura perdia mais uma vez posição relativa quanto aos preços de seus produtos em relação aos produtos industriais. Conforme BDMG (1989): *"quando se consideram os fatores de produção provenientes do setor industrial (fertilizantes e trator), as relações de troca são nitidamente desfavoráveis ao agricultor no período 1986-88, obrigando-o a dispor de mais produtos para adquirir a mesma quantidade de fator de produção"*.

Com a inflação retornando, a agricultura perdendo poder de troca e os preços das terras, segundo NABUCO (1990), elevando-se rapidamente após 1983, os produtores de ambas as comunidades tiveram que parar de comprar terras mesmo que fosse *"uma quarta qualquer"*. É notadamente em 1986/87 que delineam-se os bairros de Cardoso e Dourado dos Lopes, com os produtores finalizando, por hora, a compra de mais terras e destinando esse dinheiro para um aumento de lavouras à meia e, principalmente, para investimentos na propriedade, como melhoria de casa, na compra de eletrodomésticos (geladeira e TV), para cimentar o terreiro de café (e arroz), na aquisição de luz, na troca de motor-a-óleo por motor elétrico, na compra de animais e, por fim, na compra de um veículo de transporte.

Esses produtores começaram a década de 90 buscando uma coexistência entre o antigo sistema de produção, onde o produtor procurava com as informações que tinha de sua realidade, com os recursos que encontrava, organizar um sistema de produção que

fundamentalmente era gerido para sustentá-lo, assim como sua família. E o sistema ligado ao modelo moderno-conservador dos anos 70, onde o sistema da produção era baseado em um ou dois produtos, onde o produtor deveria usar insumos/recursos fornecidos por uma indústria/estado e produzir principalmente para exportar.

Coexistência que se dá, também, pela incorporação de novos conhecimentos, novas informações, através de sua participação enquanto grupo em uma sociedade. Isso faz com que esses produtores estabeleçam, na maioria dos casos, sistemas de produção racionais e eficazes que continuam baseados na força de trabalho familiar, e que se finaliza no próprio sustento, sobrevivência e reprodução deste recurso, a família do produtor, gestora do sistema como um todo.

**CAP. III - SISTEMAS ATUAIS: CARDOSO E DOURADO DOS LOPES
DE 1991**

A evolução histórica das atuais unidades de produção de Cardoso e Dourado dos Lopes e seus respectivos produtores deixa clara uma trajetória, no espaço e no tempo, de formas diferenciadas de organização e orientação da produção. Se antes, fundamentalmente, os produtores se orientavam pela integração de trabalho-produto e o consumo, assegurando a reprodução familiar e a manutenção da terra, hoje, em 1991, encontramos os atuais produtores tentando conciliar reprodução familiar e produção para o mercado, gastos com a família e investimentos na propriedade, amadurecimento político com organização sócio-econômica.

Eles são, hoje, definidos pela técnica da EMATER em bem-estar social, como "aventureiros, mas com uma grande noção de equilíbrio, que nunca plantam demais, diversificam bastante e sempre, plantam coisas que dê sustento. E não adianta a EMATER entrar com toda tecnologia que eles escolhem - Olha isso tá muito, é melhor diminuir. Eles adaptam as técnicas, os recursos, ao seu

modo de produção".

3.1. Novas práticas: agricultura "alternativa" e a associação de pequenos produtores

Aventureiros ou não, sua percepção das mudanças tanto ambientais como sociais têm levado os produtores a continuar produzindo e a buscar e descobrir novas formas de produção que, mesmo baseadas em conhecimentos adquiridos através das gerações passadas, estão longe de fazê-los se conformar a simples tradição dos antepassados:

"Antigamente, só tinha as informações hereditárias mesmo, então só fazia aquilo que o pai fazia e mais nada. Enquanto que hoje tem muita gente que não segue nada com o pai, tem muitas informações, então tem condições de pegá e testar experiências novas" (Filho de A5).

Para os produtores desses dois bairros o "testar experiências novas", vai "da formação de uma associação de pequenos produtores" até experiências em "agricultura alternativa". Ambas como resultado de um envolvimento iniciado pelas comunidades eclesiais de base e que, depois, passou a ser em nível de partido político:

"De tornar o pessoal consciente, pra fazer" (A3).

"De elevar a consciência da situação em que o pessoal se

encontra" (B3).

A experiência na formação da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo é relatada como um processo de amadurecimento que levou dois anos de discussões, até fevereiro de 1991:

"Acho que o grupo amadureceu bastante, já faz 5 anos que a gente tá reunindo, só a nível de grupo para questões sociais e já tá na hora de dá o primeiro passo" (Filho de A5).

A associação é a formalização de um trabalho informal proporcionado pelas experiências coletivas, iniciadas com a compra de adubo, venda de café e compra de calcáreo:

"A associação serve para o produtor se organizá, aprende a trabalhá em conjunto para os ganhos a nível econômico, comprar e vender juntos. E para ganhos políticos, porque o econômico puxa o político. Então através da associação pode-se construir uma consciência bastante política a partir das ações concretas da associação" (B2).

Em outros relatos, resume-se a associação como uma resposta ao grande desafio desses produtores que é ter condições de permanecer na terra. Este desafio tem levado muitos produtores, desses dois bairros, a experimentarem o que eles denominam uma agricultura alternativa:

"Vamos supor que a gente já tem um pouquinho de consciência de alguma coisa, e se a gente aprende como a terra é, o que estraga, o que ajuda, o que o adubo é, o que tal planta é. Né. Tudo isso é um ganho. O que é bom pra gente é bom pra terra, o

que é bom pros outros é bom pra gente" (B2).

Essa busca de novos conhecimentos, de novas saídas para sua forma de produção, ocorre paralela ao da formação da associação. A busca se inicia com percepção de que não foram só eles (produtores) que mudaram, mas o meio ambiente mudou também. Já não se planta mais milho todo dia 08 de setembro, as chuvas têm retardado ano após ano. O café que se começava a colher em maio na época do avô e do pai, tem sido colhido em junho. A mata tem diminuído, assim como o capim gordura tem enfraquecido dando lugar a grama-de-égua (e até a braquiária). E o fumo já não é tão forte, bom, como nos idos anos de 50.

A percepção comum aos dois bairros é de que:

"O pessoal antigamente destruía muito a terra. Destruía demais, no geral. Colocava fogo onde tinha qualquer cisco. E até algum punha o gado nas palhada" (B3).

Fogo e gado são, hoje, sinônimos de destruição da terra; um pelo pisoteio causado, outro pela destruição de matéria-orgânica, da fertilidade da terra. Hoje, lugar de gado é nos pastos, nativos ou não, nunca em terras de cultura. E o fogo é pra cozinha, pra fazer comida, torrar café, mas que algumas vezes pode ser usado aqui ou ali, num capãozinho mais resistente a entrada do arado.

Essa destruição da terra, antigamente, era compensada pelo tempo de pousio razoavelmente longo, de 10 a 15 anos, que os produtores impunham em certas áreas, no seu sistema de produção. Esse pousio é ainda mantido, só que com um período menor de

descanso, alcançando, em algumas propriedades, no máximo, 5 a 6 anos. Os próprios produtores o chamam de um descanso curto e descrevem que o terreno chega a criar até um "assa-pexal, quaiado de folha por baixo. Precisa ver que boniteza que fica" (A1).

A diminuição de tempo para o descanso da terra é devido ao fato das terras passarem por sucessivas divisões, retalhamentos, resultando em propriedades menores que não possibilitam um maior tempo de descanso. E a continuação dessa prática possibilita também que o produtor aumente a fertilidade de sua terra naturalmente, diminuindo o uso de adubos químicos na sua agricultura. Insumo este que esteve em grande uso nas propriedades:

"O adubo teve uma época que o pessoal colocava 1 saco pra 4 litros de milho (3,5 kg). E agora é muito difícil uma pessoa plantar menos que 7 litros de milho com um saco de adubo" (B3).

Ao dar continuidade a essa antiga prática de pousio em seus atuais sistemas de produção, os produtores estão tentando diminuir as entradas nos sistemas e, também, destinar o adubo usado nas culturas de subsistência para as culturas que se destinam ao mercado, no caso o fumo e o café. Para os produtores de Cardoso e Dourado dos Lopes, a única cultura de subsistência que deve ser adubada é o milho, porque:

"Existe várias maneiras de se estragar ele numa propriedade" (B6).

Uma vez que esta cultura é plantada em áreas descansadas, onde o mato esterçou a terra, o uso de quantidade de adubo, o 4-14-8, é diminuída e desviada, no caso do Cardoso, para o fumo, que usa

o mesmo adubo, e é poupada para outra safra, no caso de Dourado. Já no caso do café, devido a seu adubo ser mais caro, o 20-5-20, a solução para um uso mais racional foi o de se plantar outras culturas junto. Após várias experiências com o café e as culturas de arroz, milho, fumo e feijão, os produtores chegaram à conclusão de que para os cafezais novos, de até 2 anos, podia-se plantar fumo e/ou milho, enquanto que para cafezais de qualquer idade o feijão era uma cultura que poderia ser usada sem causar prejuízo à primeira. Esta lógica permite que, além de haver um uso mais racional do adubo, fazendo com que as culturas aproveitem o adubo do café, que as terras dos cafezais estejam sempre cobertas, diminuindo trabalho de capinas e se enriqueçam com os restos culturais deixados.

A diversificação de plantas numa mesma área é uma prática que permaneceu constante, durante a trajetória descrita até aqui pelos produtores dos dois bairros, e traduz uma lógica própria, onde estão integrados trabalho e produtos, tempo e experiências e observações sistematizadas em conhecimentos não livrescos, em conhecimentos empíricos, de quem sempre viveu junto à natureza:

"Ah, fumo na lavoura de mantimento, o milho e o feijão produz mais. Favorece os gastos de lavoura" (A5).

Com o uso de duas culturas, ou mais, numa mesma área, os produtores ganham tempo e aproveitam melhor suas áreas, sua mão-de-obra familiar, o uso de insumos, enfim, seus recursos. Ou seja, esta diversificação se traduz numa busca de equilíbrio em seu sistema de produção, equilíbrio de recursos, de produções

destinadas à reprodução e ao mercado. Conforme FRANCIS (1989), produtores com diversas misturas de espécies em uma mesma área estariam desenvolvendo sistemas próximos de um modelo mais "natural", ganhando tempo, espaço, poupando nutrientes, reduzindo doenças e pragas e, principalmente, diminuindo riscos de se produzir só uma cultura que, se for destinada ao mercado, ficará dependente da instabilidade de preços e, se for destinada para o uso doméstico, ficará na dependência da baixa lucratividade dos produtos domésticos. Sendo a terra um fator escasso, busca-se com a exploração do trabalho do grupo doméstico, obter uma produção de nível satisfatório e tenta-se diminuir os aportes de fora em seu sistema de produção.

Exemplo disto é que em ambos os bairros os produtores voltam-se para o plantio de variedades antigas de milho, que foram usadas pelos seus avós e pais, e também variedades desenvolvidas pelas estações de pesquisa, como é o caso do BR 106 da EMBRAPA. Não é uma volta ao sistema antigo de cultivo, à busca do tradicionalismo perdido, mas uma constatação de que com o uso dessas variedades eles se tornam auto-suficientes na produção deste produto, libertando-se do milho híbrido fornecido no mercado e, conseqüentemente, diminuindo um aporte ao seu sistema de produção. No bairro do Dourado dos Lopes, é relatado pelos produtores que tanto o milho Cunha como o Branco tem melhor rendimento na hora de se encher um silo, ganhando os produtores tempo e espaço, ou seja, com uma menor área desses milhos eles conseguem completar seus silos, diminuindo o tempo dedicado à colheita dessa cultura e ao

enchimento dos silos.

O resgate de práticas agrícolas e de criações tem sido feito nesses dois bairros, cada qual à sua maneira, cada qual respeitando seu ambiente, seu sistema de produção, suas paisagens... Porém, como no caso do milho, o caso do arado-de-boi é uma prática que também transpassa esses dois bairros e, conforme alguns relatos, transpassa o município de Poço Fundo e estende-se a outros municípios próximos.

Se em 1970 e 1980 houve decréscimo do número de arados-de-boi juntamente com os animais da raça Caracu, em 1991 observou-se os produtores utilizando bois mestiços, procurando cada vez mais intensificar o uso do arado à tração animal. Foi descrito por alguns produtores que, em cidades circunvizinhas, houve aumento de 100 a 150% na procura de boiadas para esta finalidade, com a ressalva de que a boiada, mesmo sendo mestiça, deveria ser a mais "pareada" possível para se conseguir um melhor preço.

O (re)uso mais intensivo de arado-de-boi deve-se ao fato de se mostrar mais barato, mais acessível aos produtores em geral. Além disso, menciona-se que o trator estaria estragando a terra. Constata-se em Cardoso, a aração-morro-abaixo, para ganhar tempo. No mesmo sentido em Dourado, relata-se o conhecimento de experiências adquiridas, comparando-se a prática de manuseio desses dois instrumentos:

"O pai plantou uma roça, 36, ou 37 ano, colocava criação na terra, batia, aquele rastro de criação, colocava depois muito esterco e entrava com o arado-de-boi e plantava. Aí quando eu

casei, eu plantei a roça de mio. O primeiro ano arei de trator, deu mio bom. O segundo não deu nem coieita, acabou, teve que largar a terra descansando. Aí quando a terra descansou, criou assa-peixe, entramo de novo com o boi" (B3).

Em ambos os bairros, o arado atrelado ao boi ressurgiu, também, como forma de se contrapor ao sistema dominante difundido na década de 60/70. O trator traz a compra de óleo diesel, de peças e, principalmente para esses produtores, trazia uma dívida no banco que não poderia ser saldada. Enquanto o boi é uma poupança, não requer muito trato, passa bem com sal e pasto e uma ou outra vacina, conferindo certo grau de liberdade, de autonomia, o que o trator não é capaz de fazer por ser uma tecnologia sofisticada:

"Agora com o boi não, você compra só o arado e pronto. Arrebeta uma correia, com o coro do outro boi você faz outra. Quebra um canzil, com um pau da mata você faz outro" (B3).

É assim que, nas visitas durante o segundo semestre de 1991, encontraram-se os produtores de Cardoso e Dourado dos Lopes e suas respectivas unidades de produção. Não como unidades estatísticas e estáticas, mas como um espaço de produções organizadas e inseridas em relações constantes com seu meio, seja político, social, econômico e ambiental, onde suas trajetórias e suas práticas agrícolas são histórias que correspondem ao funcionamento, no tempo e espaço, das decisões e ações dos produtores e de sua família, dos sistemas de produção a fim de atender seus objetivos. São histórias que permitem conhecer as lógicas que regem as etapas e os mecanismos de evolução utilizados

pelos produtores em suas unidades de produção, que os permitem continuar como produtores, donos de suas terras. Onde a comunidade, o bairro é também um referencial comum, no sentido de força, de união, de um estar solidário ao outro:

"A medida que tem que ter compromisso, que pensá nos outros tamém, tem que sabê e levá aquela medida que não queria só pra gente, nem que deixe só pros outro e a gente fique olhando o tempo tamém" (B2).

Bairros que se organizam, e estão sempre se organizando, conforme a paisagem dominante e particular, como o relevo, a vegetação, a história local, as heranças, as vendas de terra, que, enfim, são pontos de referência, para a maioria dos moradores, pois antes de ser alguém filho de tal, se é alguém membro de tal bairro, comunidade.

De maneira geral, ambos os bairros, de Cardoso e Dourado, assemelham-se em organização; tudo gira ao redor de um centro comunitário, construído pelos moradores. Podem diferir, uns mais simples que os outros, mas, de qualquer forma, tem o mesmo significado, o de vitória, de ter tomado a melhor opção entre a igreja e a assistência técnica locais. Esta vitória não está só representada pelos centros comunitários; internamente às propriedades, a opção tomada é representada pelas hortas variadíssimas e grandes, construídas ao lado das residências, com o estímulo da Pastoral da Saúde, como dizem os moradores. Assim como também a vitória está estampada nas casas dos produtores, nos muitos quadros de imagens de santos dispostos nos vários cômodos da

residência.

A organização interna das propriedades nos dois bairros ora se assemelha muito, ora se distancia. Sua semelhança é principalmente constatada para aquelas culturas e criações que são comuns aos dois bairros. E suas diferenças se dão, ao contrário, nas práticas nas quais os bairros divergem. Milho, feijão, porco, aves tornam as propriedades semelhantes, tanto pelas práticas como pelas trajetórias das propriedades. Gado, fumo, arroz e café tornam as propriedades diferentes e suas práticas contam trajetórias divergentes. Mas, de qualquer forma, a análise das práticas e trajetórias mostra as dificuldades dos produtores para melhorar, ou manter sua situação de dono da terra, para continuar reproduzindo seu sistema de produção agrícola.

Assim como os bairros podem ser vistos como um conjunto que possui divergências e convergências e que faz parte de um todo que é a região, internamente cada bairro pode (e deve) também ser visto como sendo constituído de moradores-produtores e suas respectivas unidades de produção, onde existem trajetórias semelhantes como também, divergentes. Cada bairro torna-se, então, um conjunto de histórias de vida que desenvolvem diferentes visões de uma dada situação, evidenciadas na coerência dos sistemas de produção e nas decisões e ações para mantê-los funcionando, reproduzindo-se.

3.2. O bairro de Cardoso e seu sistema de produção

3.2.1. Organização social e base material na prática da agricultura

O bairro de Cardoso está localizado a 12 km da sede do município. Está constituído por 21 famílias, que estão distribuídas na paisagem local, conforme a Figura 2. É um bairro que possui propriedades com média de 8,5 alqueires e famílias com média de 3 pessoas ativas² que desenvolvem o sistema de produção. No momento, está com a área destinada à cultura de café estagnada. É uma cultura ainda nova, segundo os relatos, com os pés de várias idades. Em compensação, a cultura do fumo aumentou do ano 1990 para 1991, conforme estimativas locais, 150%. Isso porque no ano de 90 as safras foram ruins e os preços foram compensadores.

Cardoso é um bairro onde a idade média dos atuais moradores, donos da terra, está por volta de 50 anos. Muitos desses produtores já estão com a família criada, integrada na produção e vários deles já preocupados em formar seus filhos para a sua futura substituição. Ocorre, então, na mesma propriedade produções destinadas a toda a família e produções destinadas aos filhos homens, em que estes exercem seu próprio poder de decisão, do que fazer, aplicar, usar. Os filhos começam a desenvolver sistemas de produção com algumas variações, mínimas que sejam, mas que mostram que querem, a partir de seu próprio conhecimento introduzir

² Pessoas ativas foram consideradas indivíduos na faixa etária de 15 a 70 anos.

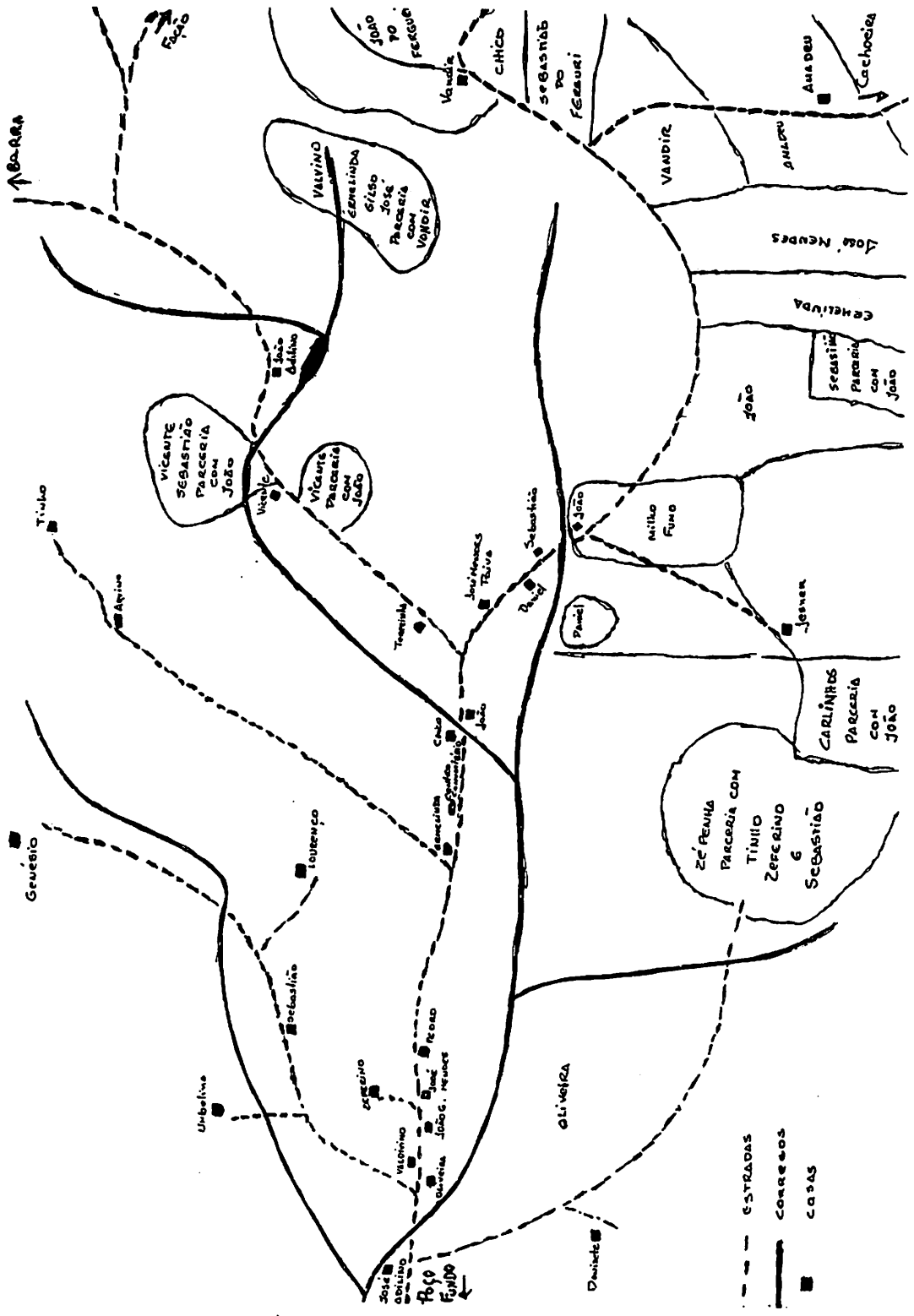


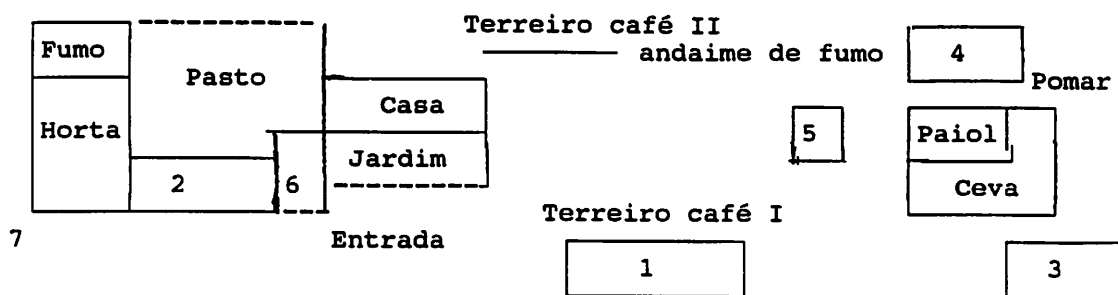
FIGURA 2 - Mapa do bairro de Cardoso desenhado pelo filho do produtor (A5).

mudanças e desenvolver seus sistemas particulares de produção.

A organização interna da maioria das propriedades é de certa forma muito semelhante: a horta e o terreiro para secar o café ao lado da residência dos moradores, o paiol em cima ou ao lado do chiqueiro de engorda e os andaimes de secagem do fumo perto da casa onde se fazem os rolos desse produto. Perto dali, pode aparecer mais um barracão onde se maturam os rolos de fumo prontos, à espera da venda. A casa, ou lugar onde se faz os rolos de fumo, é o lugar onde se guarda o café seco e lavado do terreiro e a casa onde se matura o fumo só serve para isso, pois o fumo perde um líquido, gosmento, grudento, o "choro do fumo", que empesteia o lugar.

Podem aparecer, dependendo da propriedade, mais barracões, ou de alvenaria, ou de pau-a-pique, conforme a produção de fumo, café, o dinheiro disponível do produtor e a mão-de-obra familiar. Neste aspecto, é importante observar que se há filhos homens capazes de ajudar na maturação do fumo, a construção deste local é mais distanciada da casa, devido ao cheiro constante de tabaco; se não há mão-de-obra masculina, a construção é mais perto, ou se matura o fumo com um vizinho, unindo-se esforços.

A Figura 3 a seguir mostra a organização interna típica do bairro:



1. Armazém de café - onde se faz os rolos de fumo - "almoxarifado".
2. Barracão ou garagem ou onde se faz a ordenha em dias chuvosos.
3. Barracão de maturação de fumo.
4. Outro armazém de café.
5. Tanque de lavar roupa e café.
6. Bezerreiro.
7. Espaço onde se ordenha o gado.

FIGURA 3 - Organização interna das instalações da unidade de produção típica do bairro de Cardoso.

Como é mostrado na Figura 3, todo o espaço deve ser bem aproveitado, e existe uma lógica para se dispor desta forma. Andaimes e terreiro pertos da casa, para se retirar da chuva o fumo e o café. O pastinho perto da casa serve para soltar os bezerros com as suas respectivas progenitoras, para facilitar na hora de apartar e cada qual voltar para seu pasto. Este pasto também serve para armazenar esterco, palhas, onde se semeia o fumo para as mudas. O barracão para se fazer os rolos é perto da casa, pois serve de almoxarifado, onde se podem encontrar apetrechos para o dia-a-dia, pode-se estocar adubo, sementes de milho, etc. Também deve ser perto da casa porque é um lugar, na época de confecção dos rolos, onde se permanece até altas horas da noite trabalhando, ou seja, destalando as folhas, fazendo os fios e depois os rolos. É um lugar que deve ter algum conforto, como eletricidade, bancos e um

certo espaço pois nesta fase nunca se trabalha só, sempre com mais pessoas, normalmente é um "mutirãozinho" de mulheres que se reúnem, conversam e trabalham destalando as folhas de fumo.

As variações vão existir, mas há ainda dois aspectos que se fazem notar. Primeiro é que a maioria das propriedades têm suas áreas de café, milho, fumo, suas áreas de culturas e pastos afastadas da região da casa, podendo ocorrer perto uma pequena plantação de fumo, com o aproveitamento das mudas mais temporonas, e ocorrendo algum pasto nos morros que circundam as propriedades. O segundo aspecto é que o bezerreiro, que é um cercado de madeiras aberto ao sol e chuva, é sempre perto da casa para facilitar as vigílias desses animais. Quando se visita este bairro, não foge ao observador que para muitos moradores o gado é menos valorizado do que o porco, porque são poucos que têm uma mangueira, um curral cercado, "*uma coberturinha para bezerro*", enquanto que muitos têm chiqueiro melhor estruturado, com um cocho para lavagem coberto para proteção do sol e chuva, e até mesmo chiqueiros de alvenaria.

As melhorias são feitas e estão sendo feitas conforme o andamento de suas produções, resultado de suas decisões e ações sobre o seu sistema de produção. Este sistema pode ser compreendido pela apreensão, inicialmente, do que se produz para a casa, porque o gasto da casa é uma referência contínua para esses produtores. Conforme GARCIA JR. (1989), o gasto da casa é um pressuposto que atinge as próprias condições sociais de produção. Na verdade, os produtores sabem que sempre precisam cobrir os gastos com a casa, para que se possa dar continuidade à reprodução do sistema como um

todo. Uma vez feito isso, a partir das produções de mercado e as vendas como excedente, pode-se começar a "investir" na propriedade, como adquirir luz, melhorar a casa, aumentar o terreiro e até comprar mais terras.

As produções para a casa e para o mercado, no caso fumo e café, são racionalmente orquestradas para que se tenha um calendário agrícola que possa ser cumprido primeiramente com a mão-de-obra familiar disponível. Ou seja, para que o sistema de produção montado possa ser reproduzido de ano a ano (e até com modificações) com base na família, homens e mulheres com suas funções definidas, mas que podem vir a sofrer alterações conforme a necessidade do sistema como um todo.

O calendário agrícola é uma fonte comum a todos os moradores do bairro, é uma prática que transpassa a todos, sujeita a variações quando de ordem natural. Assim o tamanho da família, as áreas plantadas, as variações no amadurecimento do café e do fumo, ou uma geada podem ocorrer de forma isolada ou combinada, induzindo modificações, mesmo pequenas, do sistema de produção, na tentativa do produtor (re)equilibrar-se (no caso de ocorrer um imprevisto como uma doença) e, principalmente, na busca de outras soluções, outras formas de produção que não aquelas comumente praticadas no bairro como um todo.

3.2.2. Ritmos e práticas no calendário agrícola

Para o bairro de Cardoso, o calendário agrícola (Quadro 3), descrito pelos produtores é este: nos meses de agosto e setembro, os homens escolhem os melhores pés nas roças de fumo, para que produzam sementes. Porém se for um ano que não tenha feito muita seca, as mulheres vão "à soca do fumá" (à cultura do fumo) e apanham para fazer um fumo para elas mesmo venderem:

" Agora no que dá muita seca, aí dá muito pulgão e não fica bom não. O pulgão come tudo, quando sai as folhas, sai fraquinho, pequeninhas, ou não dá não"(filha de A5).

Só depois entram os homens derrubando a maioria dos pés e enleirando em nível nos morros.

Neste período, termina-se a colheita do café, apanhando-se os frutos que estão no chão. depois disso, entram as mulheres novamente, colhendo o café que vai ser delas (vendido na maioria das vezes torrado e moído). Pode-se, então, jogar o cisco nos pés de café e se colocar o calcáreo na área.

Paralelamente a estas atividades, os rolos de fumo que estão sendo curados precisam ser virados e colocados no sol quase todos os dias.

Se o produtor tiver uma várzea, pode prepará-la para o arroz de brejo, do mesmo modo que seus pais ou avós faziam.

Muito raramente, nesses meses ainda pode ocorrer a colheita do milho que ficou na roça, pois, dependendo da mão-de-obra familiar, do aperto dos vizinhos nas colheitas, do dinheiro que o produtor tem nesta época para contratar mão-de-obra, a cultura de milho, parte dela, pode ser deixada como a última coisa

QUADRO 3 - CALENDÁRIO DAS TAREFAS AGRÍCOLAS EM CARDOSO.

	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1. Aração	_____											
2. Plantio												
Milho			_____									
Feijão - Água		_____										
Secas							_____					
Fumo					_____							
Abóbora			_____									
Arroz		_____										
3. Capinas												
Milho				_____		_____						
Feijão - água			_____	_____								
secas								_____	_____			
Arroz				_____		_____						
Abóbora				_____								
Fumo									_____	_____		
Café				_____		_____		_____				
Pastos					_____	_____						
4. Adubação												
Milho			_____		_____							
Fumo							_____					
Café - calcáreo	_____											
adubo			_____		_____							
5. Colheita												
Milho											_____	
Feijão - água												_____
seca												_____
Arroz								_____				
Abóbora						_____						
Fumo	_____										_____	
Café	_____										_____	
6. Café												
Antes colheita-cisco		_____										
arruar											_____	
Depois colheita-terreiro	_____										_____	
7. Fumo												
Antes colheita-desponta									_____			_____
desfolha											_____	
Depois colheita-andaime	_____										_____	
destala	_____										_____	
Coxa	_____										_____	
Vira	_____										_____	

FONTE: Pesquisa de campo (1991).

que se faz.

Um pouco antes das primeiras chuvas, o produtor dedica-se a arrumar cercas, principalmente nas áreas onde será plantado milho e feijão. E colhe-se a semente do fumo.

Com as primeiras chuvas, fim de **setembro** e **outubro**, faz-se a aração das áreas onde se vão plantar as roças. Caso o produtor tenha sua boiada, ele mesmo faz a aração; senão ele contrata alguma boiada e, em último caso, um trator. Nesta área vai se plantar milho, dois ou três grãos por cova e junto, na mesma cova, semente de abóbora. Faz-se a adubação em cima da cova, ou faz-se a cova, joga-se o adubo e põem-se as sementes em cima. Como o milho é plantado arruado, entre suas ruas vai o feijão.

Se o produtor quiser plantar arroz de sequeiro é nesta época que ele também semeia esta cultura, juntamente com o do brejo.

Com as primeiras chuvas, os produtores juntam esterco para o canteiro de fumo. Este processo é para que o esterco fique fermentando.

No **final de outubro**, pode-se fazer a primeira adubação do café.

Em **novembro**, como se afirma, ainda é época de se arar e acabar de plantar as roças de mantimento. No **final deste mês**, faz-se a primeira capina de milho, arroz de serqueiro, do café. É importante assinalar que o fumo continua a ser virado todo dia, só mudando esta rotina ao **final de novembro**, quando se pode falhar já algum dia.

O mês de dezembro é marcado principalmente pelo preparo do canteiro de fumo que tem data certa para ficar pronto, o dia 08. Seu preparo ocorre com o esterco juntado antes, sendo na maioria das vezes ao lado da casa e cercado com bambu para as aves não ciscarem. Após a retirada das mudas, este lugar pode servir para uma nova horta. Pode ocorrer, entretanto, que o produtor prefira fazer os canteiros perto de onde se vão plantar as mudas. Sendo assim, ele desloca o esterco para lá. A partir daí começa-se a semear o canteiro, que tem o dia 20 como data limite desta operação. A razão deste período para semear o fumo está que antes do dia 08 as mudas de fumo estarão prontas antes que o feijão possa ser colhido e dar o lugar na terra, e depois do dia 20 as mudas replantadas pegarão menos chuvas e atrasarão as colheitas. O fumo é plantado misturando-se as sementes (\pm 1 garrafa) com cinzas (\pm 8 garrafas); é importante plantar bastante para se ter uma série de boas mudas para se escolher:

"O canteiro se dá seca precisa aguar, se não dá não precisa. Agora a coberta se tá bastante sol, bastante quente, precisa engrossar mais a coberta, pra guardar mais. Agora se começa a chover, se chover bastante, aí tem que bambear aquela coberta, tirar, levantar ela um pouquinho. Diminuir um pouco das coberta. Rasgar elas. E já vem, uns matinhos, na frente das mudas, tem que capinar" (A5).

Se o produtor se arriscar de fazer os canteiros longe da casa, ele corre o risco, primeiramente, de perder a cultura; depois, de perder muito tempo cuidando do canteiro. Aqui começa a

surgir o serviço da mulher; muitas mulheres vão ajudar a manter limpo esses canteiros.

No final de dezembro e na primeira quinzena de janeiro, faz-se a segunda capina da roça, do café e do arroz de serqueiro. Aproveita-se a capina da roça para jogar salitre no milho. O fumo já está curado e, se não for vendido, pode-se virá-lo, a partir desta época, uma vez por semana. Desta época para o fim de janeiro, começam as limpezas dos pastos, que podem ser feitas pelos homens da propriedade, ou através de trabalho alugado ou, mais comumente, através da troca de dias.

No começo de fevereiro, ocorre a colheita da abóbora e do feijão e também a terceira capina do milho. Vai-se nessas áreas, apanha-se o feijão, deixando-o pendurado nos pés de milho. Colhem-se as abóboras do jeito que tiverem e capina-se o milharal, preparando-se a terra para o fumo. Depois, no final do dia de trabalho, recolhe-se o feijão e as abóboras. Antes de se começar a plantar o fumo, os produtores fazem a segunda adubação do café. É a partir do dia 15 de fevereiro que se começam a replantar as mudas de fumo que precisam estar já com 50 a 60 dias:

"Vê-se pelo tamanho da muda e seleciona. Por exemplo, dá uma chuva hoje, uma chuva boa que pode plantar, amanhã a gente vai lá e tira por cima, passa 4, 8 dias dá outra chuva, a gente vai lá e tira de novo, as mais frondada, mais fortinha, mais grossinha. Fica as mais fininha, aí descobre elas, elas engrossa, a hora que passa uns dias, aquelas outra que ficaram lá já tá boa, volta e tira de novo e vai assim de novo. Pode começa tirá fim de janeiro,

começo de fevereiro, vai até abril" (A5).

A data em si não é importante, mas o mais importante, de acordo com os produtores, é o feijão estar seco e o milho já estar amadurecendo, porque, senão, quando vai se adubar o fumo, o milho "puxa" o adubo e não deixa o fumo utilizá-lo. Esta adubação é comumente feita depois de 8 dias do plantio do grupo de mudas de fumo.

Novamente, pode-se observar que o produtor faz coincidir as plantações das mudas com o período de adubação das mudas já replantadas, poupando tempo para a sua mão-de-obra. Ainda nesta época, faz-se a terceira capina do arroz, caso seja preciso.

Constatou-se que há uma opção ao invés do fumo: os produtores podem plantar o feijão da seca. A plantação desse feijão ocorreria em casos extremos, como a perda da produção do feijão das águas. Mesmo assim, uma parte da roça ficaria para o fumo:

"O fumo aqui no bairro sempre é prantado, nem que num pedacinho de terra" (A7).

Em março, continua-se a replantar o fumo, adubá-lo e começam as capinas nesta cultura. Se o produtor tem que plantar as mudas de fumo, procura-se combiná-la com a adubação e com a capina da roça de fumo já estabelecida. É neste mês, ainda, que se faz a terceira capina do café e colhe-se o arroz (de brejo ou serqueiro), caso este tenha sido plantado mesmo em outubro. Em Cardoso, as práticas desta cultura, cortar os cachos, bater no terreiro são semelhantes às do bairro de Dourado dos Lopes dos antigos moradores, com os homens colhendo de faca e batendo com varas.

Esclarecem os produtores que essa prática permaneceu devido à pouca quantidade de arroz que eles produzem: "*só assim para o consumo*" (A4).

Abril começa com o término da roça de fumo. No fim deste mês, os produtores vão às roças fazer o que eles chamam de primeira capina do fumo. Era como se antes fosse apenas um "*cuidar dos pés replantados*" e a capina só se desse quando da roça inteira estivesse estabelecida. Esta capina vem também da oportunidade, porque aproveita-se para deitar os pés de milho e para despontar (tirar meristema apical) os pés de fumo. Ambas as operações são para que o fumo tenha boa produção de folhas:

"A gente geralmente, primeiro vai desponta, vai tirando as pontinhas de cada pé, mais ou meno não tem data certa que é de acordo com a idade que foi plantado. Uns plantam mais cedo em abril, maio a gente desponta. Os que planta mais tarde em junho até julho que a gente desponta" (A5).

"Quando passa uns 20 dias mais ou menos em cada folha sai um olho, um broto, ai a hora que fizé mais ou meno 20 dias, se tivé dia de chuva 17, 18 dias já dá pra i, e se tivé terra bastante enchuta vai mais as veiz 20, 22 dias. Aí a gente vai lá e desolha, todo o olho a gente tira..." (A1).

Já é maio e esta operação de desolha é coincidentemente feita com a segunda capina do fumo. Começa a quebra do milho, que é processada da seguinte forma: primeiro, quebra-se toda roça juntando em pequenas bandeiras. Em seguida, amontoam-se todas as bandeiras num lugar só e, por fim, traz-se para o paiol, transporte

este feito com carro-de-boi próprio ou alugado.

Fazem-se novos andaimes para pendurar uma-a-uma as folhas de fumo para secagem ou, pelo menos, arrumam-se os que ficaram do ano passado, com cipó e bambu. Arrua-se o café, ou seja, limpa-se a sujeira debaixo do pé, serviço este feito também pelas mulheres. Estas, a partir de maio, vão igualmente participar das culturas, que envolvem prioritariamente serviços de homem.

No final de maio, começo de junho, tem-se a colheita do café, uma colheita fraca ainda.

Entra-se em junho colhendo o café e fazendo a segunda desolha do fumo. Após esta segunda desolha, podem-se colher já umas folhas por baixo, pois elas são as maiores e as mais velhas. Apanha-se o fumo e café, e ambos são levados, com carro-de-boi, para a casa: um para ser colocado no terreiro para secar; outro para ser colocado nos andaimes onde deve permanecer em junho/julho, uns 15 dias pendurado para secar (e em agosto apenas 8 dias). Não há pré-determinação se este é um trabalho de homem ou de mulher. Constata-se que há homens que fazem o serviço render, mas pelos relatos, as mulheres teriam melhor atuação.

O café no terreiro torna-se obrigação agora da dona-de-casa ou das filhas do produtor que devem zelar pelo produto: virar constantemente para uma secagem homogênea e, também, amontoá-lo no caso de chuva.

No começo de julho faz-se a terceira desfolha do fumo e continuam-se colhendo as folhas por baixo. Se a colheita estiver atrasando, por causa do café ou da falta de mão-de-obra, pode-se

fazer uma quarta desolha e aí colher o restante das folhas boas. Só depois é que as mulheres vão colher seu fumo.

Em junho, julho e agosto tem-se no bairro de Cardoso um grande movimento, seja de donas-de-casa acordando de madrugada para lavar roupas, ou destalando as folhas secas até altas horas da noite, seja pelos carros-de-boi cantando subindo e descendo ladeiras, carregando e descarregando fumo, café e "às vezes até um milhozinho tardio" (A3). É um movimento nas roças, nos terreiros, nos andaimes. Pendura fumo, despendura fumo, mexe café no terreiro, seca café, amontoa café, ensaca o café.

As folhas de fumo, depois de 15 dias secando no andaime podem ser destaladas. Este processo consiste em separar a folha em duas e jogar o talinho do meio fora. É um trabalho das mulheres, poucos são os homens que possuem a prática que elas têm e que aprendem desde pequenas. Quando se destalou um número razoável de folhas, faz-se a coxa do fumo, que se trata de um processo de engatar uma folha na outra em uma roldana para se fazer cordinhas finas:

"E se faz quatro coxas. Aí a gente fia, chama a fiação. Aí junta um pessoal, não pode ser poquinha gente, porque tem que pegar e dar voltas, e tal rolinho, aí faz ele com quatro cordas (coxas) mas é coisa rápida um rolo de fumo faz em poucos minuto. Aí depois dois só vai virar na casinha, vira até já plantando milho. Tá em plena safra nova e tá cuidando na casinha" (A5).

Cuidar do fumo na casinha é uma operação que sempre requer duas pessoas, dois homens. O fumo é fiado em uma corda

grossa que é enrolada. São os rolos-de-fumo, ou fumo-em-rolo, com o peso de 60 kg (mais ou menos). Este rolo no começo precisa ser desvirado todo dia, o que estava no exterior (em contato com o sol) vai para o interior (e vice-versa), para que a corda como um todo pegue sol; é um processo de cura que deve ser homogênea e bem feita, pois influi no preço do produto final, que são rolos de 45 kg (mais ou menos). Faça-se a ressalva de que, se houver ameaça de chuva, larga-se tudo para ir recolher o fumo na casinha, ficando o produtor de certa forma dependente, ou melhor, com suas ações restritas.

O fazer rolos de fumo mostra uma lógica muito particular, adquirida pelos anos de história com esta cultura, pela prática do dia-a-dia, pelo conhecimento do mercado, dos compradores, que resulta em um processo de trabalho que começa na colheita das folhas:

"Agora se fizé igual o que nós fizemo esse ano, panhamo bem aquelas folinha ruinzinha de tudo. Só mesmo pra limpar, fizemo um rolo lá que é um artigo. Demos uma desolha, daí uns dias fizemo outra panha de novo, por baixo de novo, para encorpa mais as outra, engrossa, dá mais peso e dá melhor mesmo. Fizemo outros rolinho, mais dois ou três rolinho, já deu um artigo já bonzinho, mas não é de primeira não, outro artigo. Aí depois que já tinha dado duas panha, que se voltou pra apanhá o resto, aí sim, aí que é de primeira. Tá lá na casinha, pode vê, tá lá o que é desfio, que nós fala o que apanha primeiro de tudo, depois uma de segunda, até que boa, depois ficou o resto. Ai apanho duas, três veiz mas é um

artigo só" (A5).

Assim como o fumo, com o café também há esta preocupação de zelar pelo produto final, procurando não misturar o que é da primeira colheita com o grosso da colheita, e o que vem da varreção, do café já caído no chão:

"Eu trago ele e ponho no terreiro pra secar, o que lava é prá aqueles que caiu da árvore e tá no chão. Agora o que vem de apanha, a gente zela por ele no terreiro, vai mexendo todo dia. O certo é juntar todo dia, ali na faixa das 2, 3 horas da tarde bem quente, no outro dia esparrama de novo, até dá o ponto de guardá" (A5).

Para terminar o calendário agrícola, em fins de agosto e setembro é a vez das mulheres entrarem na soca de fumo. E mais para frente, após a primeira varreção do café, lá vão elas novamente varrer agora "o seu café":

"Nóis cata muito café. Eu cato pra vender o ano inteiro" (de uma dona-de-casa, trabalhadora e também produtora, esposa de A5).

A dinâmica deste calendário, requer dos produtores uma lógica impressionante. Administrar esse sistema de produção é na verdade tomar decisões e praticá-las com uma visão global do sistema, como o exemplo do fumo com a preocupação na seleção dos pés que irão dar as sementes e na escolha das mudas para o replante; na consorciação de tempo, espaço e nutrientes usados nas roças; na colheita separada de cada folha de fumo para a produção de um fumo homogêneo, de primeira, que alcançará maior preço e que

virá a globalizar os rendimentos da unidade de produção como um todo. Esta dinâmica observada, para os produtores pode ser resumida em zelo constante e conhecimento integral de seu sistema:

"O ritmo quase que é muito pouco, o ritmo é zelar bem. É o necessário que uma apresentação, a roça fica no mato, se deixa no mato ela não produz. Então tem que zelar bem" (A1).

O produtor zelando, controlando no seu dia-a-dia, sua agricultura (e suas criações), através da observação, de seu conhecimento diário, toma as decisões do que fazer a cada momento:

"As veis tem dois ou três serviço pensado e eu vou fazer um daqueles. Mais um já tá pensado no outro dia" (A2).

Esse conhecimento permite destinar a mão-de-obra, seja familiar, alugada, troca-de-dia..., para o que for mais imediato. Por exemplo, o fumo que precisa ser capinado sempre, pois em caso de descuido o pulgão se instalará nas folhas, resultando em um produto de qualidade inferior, porém que gasta o mesmo trabalho na confecção dos rolos. Se se opta pelo fumo, é porque a capina ou a colheita do café pode esperar. Se se opta em deixar o milho só deitado e colhê-lo em agosto, é porque se sabe que o café é mais importante e vai propiciar uma renda melhor do que com a venda do milho:

"O milho, o mantimento pra vendê não dá nem serviço. Já o fumo e o café sempre dá mais dinheiro, tem mais saída, e o pessoal então prefere mais" (A4).

O cálculo é feito em valor e está, conforme GARCIA JR. (1989), diretamente ligado aos produtos que têm de ser

necessariamente comprados:

"Por exemplo uma arroba de fumo (15 kg) cê compra três saco de arroz e o arroz dá uma mão-de-obra danada" (A4).

"Não que o arroz, milho e feijão vão deixá de se produzido, né. Agora a pessoa não pode plantá só o fumo porque o fumo não é uma coisa que é de comer né. Então com o dinheiro do fumo, compra as outras coisa que precisa, mas o sujeito tem que plantá o que sobra, ter mantimento pra ele comer, né. Então o fumo é um quebra galho" (A4).

O fumo e o café são culturas que vêm cobrir as necessidades do grupo doméstico e os recursos para se reproduzir novamente o sistema. O conhecimento de que eles podem ser vendidos a melhor preço, que com eles o produtor ganhará mais, está relacionado com o conhecimento de que insumos (adubo, calcáreo), trator, transporte, ou seja, o que vem de fora para dentro da propriedade, representa altos custos. Seu conhecimento do mercado, de quem sempre negociou com suas produções, os leva a esperar um bom momento para vender suas produções, pois é neste ato, o da venda, que se encontra a chance de se voltar a produzir no próximo ciclo, de se adquirir o que falta e de se ter, ainda, a chance de poupar alguma coisa para alguma emergência.

3.2.3. O conhecimento do mercado: práticas de comercialização

Os produtores de Cardoso estão sempre pensando no ano seguinte; da renda obtida na propriedade, faz-se a despesa para o próximo ano. Com o seu conhecimento da natureza e do seu ambiente, eles sabem que, se o café for ruim, a produção for menor (como aconteceu em 1991), ele deve ser melhor cuidado, porque poderá, no ano seguinte, ter boa produção. A mesma coisa para o fumo: em 1991 os preços não estavam compensadores, havia muita produção; já a previsão para 1992 é de que os preços deverão melhorar, porque muitos produtores irão diminuir a produção. Para esses produtores, no novo ano agrícola, deve-se diminuir um pouco a área de fumo, ou continuar com a mesma área plantada, e cuidar melhor do café. Esse planejamento é feito após certificarem-se de que primeiro terão condições de plantar os gêneros de primeira necessidade para o consumo da casa; após, se houver sobra de dinheiro, poder-se-ão assegurar melhores cuidados com o fumo e então só depois com o café.

Antigamente era mais fácil fazer esses cálculos (do que iria para o que) porque havia os grandes compradores de fumo, que subiam a serra, viam e acabavam comprando as fumadas (verdes ainda) do bairro inteiro; *"e aí tinha dinheiro pra tudo o mais"*. Com este dinheiro, saldavam-se dívidas, comprava-se o adubo, sementes, fazia-se mais um pouco do cafezal, arrumava-se alguma coisa na propriedade e, se sobrasse algo mais, dava-se de entrada em mais um pedaço de terra para acabar de pagá-la no próximo ano com outra fumada.

Hoje, as coisas são outras: os grandes compradores já não

O conhecimento do mercado, variável importante para esses produtores, vem de um saber prático que eles possuem, adquirido através das atividades de negociar. Através do conhecimento que se pode produzir fumo bom, de primeira, um fumo de segunda (o baixeiro) e um fumo de terceira (o desfio). De saber que para o desfio não se pode regatear no preço, é um fumo que não se pode conservar por muito tempo, senão ele fica quebradicho demais e perde-se o trabalho. E que o de primeira é um fumo bom, forte, com

pequeno que tá apertado vender barato" (Filho de A1).

Eles organizam tudo, pra quando o fumo tá acabando de fazer aqui, pra montar uma tabela pra vender, pra fazer o preço cair, pros tem uma organização, os pequenos compradores, aqui no município. principalmente de Arapiraca no Alagoas, pra fazê o preço cair, eles "os comerciante buscam fumos de outras localidades, organizados:

seu fumo, porque estão lidando com atravessadores muito bem Por outro lado, os produtores sabem que precisam guardar colocados ao sol.

que sobram e precisam ser virados (mesmo de vez em quando) e eles, vendendo pouco rolos por vez, têm ainda que zelar pelos rolos trabalho, pois, ao invés de ficarem livres de toda sua fumada, compra pequena, pícada, talam os produtores, vem atrapalhar o seu por vez, de fumo completamente curado, pronto para negócio. Esta atravessadores que compram pequenas quantidades, dois a três rolos que o fumo é vendido aos pequenos compradores locais, existem, alguns produtores talam que eles já morreram. O certo é

o cordão sem defeito, homogêneo, úmido, e este sim pode esperar pelo melhor preço, pela melhor hora de vender.

No momento da pesquisa, ouvia-se falar dos que haviam vendido ao preço do desfio de Cr\$ 6.000,00 por arroba e o de segunda por Cr\$ 15.000,00 a arroba. Geralmente o preço dos fumos de qualidade é quase o dobro do de baixa qualidade. As perspectivas eram:

"Eu acho que até lá pra dezembro passa de uns Cr\$ 30.000 a arroba, aí nós vende. É Cr\$ 2.000 o quilo, mas se a infração subi, é mais" (A4).

Este cálculo se faz com base nos últimos fumos vendidos no ano passado, ou seja, o fumo vendido inicialmente não pode estar inferior ao do final do ano passado. Não pode estar nem igual. Deve estar com o preço mais elevado, devido à inflação e, principalmente, à observação constante de que nos armazéns da cidade o fumo (em saquinho) está com o preço mudando constantemente. Junto a este cálculo, está embutido o preço do cigarro, pois, relatam os produtores, se o cigarro subir mais, a procura do fumo em rolo aumenta demais:

"Por exemplo 1 kg de fumo a 2.000 cruzeiro, o cigarro aqui é Hollywood, tá 500. Então 4 maço. Só que enquanto a pessoa fuma 4 maço desse, não fuma nem 50 g desse aqui (o de rolo)" (A4).

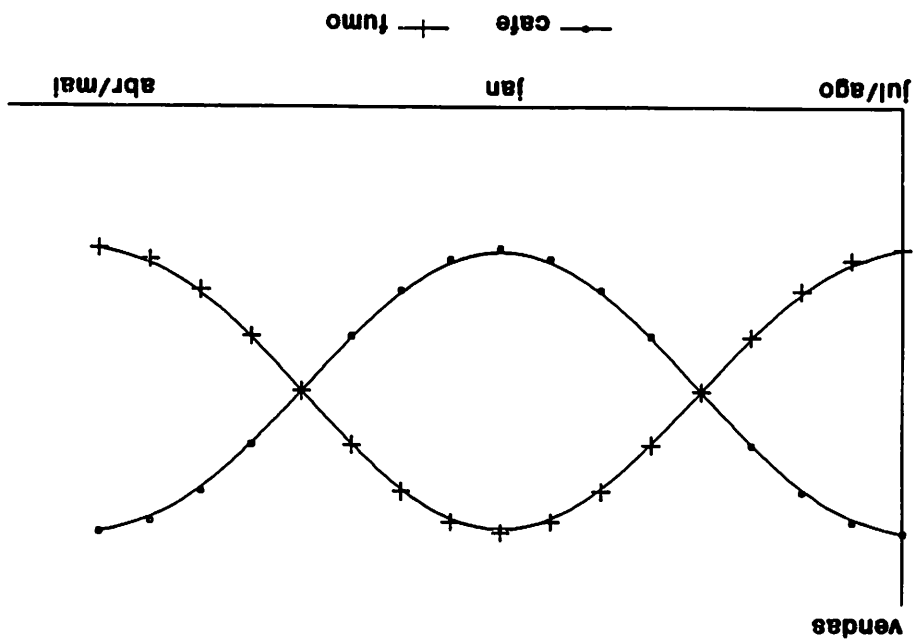
Esses conhecimentos sobre o mercado de fumo, possibilitam os produtores construir uma dobradinha entre fumo e café na hora da venda (Figura 4). Sabendo como funciona seu mercado local para esses produtos, os produtores podem, inclusive, calcular o quanto

Hoje é o café que vai dar impulso ao novo ano agrícola, vão receber nas vendas de suas produções. seu comprador (um atravessador também) substitui os grandes compradores de fumo de outora. Sua vantagem sobre o fumo está que sua cotação sai na televisão, possibilitando conhecer sempre o preço do dia. Com base neste preço os produtores diminuem aproximadamente 9% (descontam 6% devido ao transporte e 3% pela limpeza) de cada saca e conhecem o preço que obterão na venda do seu produto.

Em Cardoso, devido à tradição no cultivo do café e à

FIGURA 4 - Gráfico da venda do café e do fumo, durante o ano agrícola, no bairro de Cardoso

FONTE: Pesquisa de campo (1991).



qualidade do produto, há atravessadores que compram mesmo sem o café passar no teste de ser bebível ou não. Porém, não desconfiando da honestidade desses atravessadores, alguns produtores sempre procuram averiguar com outros compradores (de Machado ou mesmo em Poço Fundo) a qualidade de seu produto.

Esta qualidade precisa estar assegurada, porque, se para o fumo os compradores sobem a serra, para o café são os produtores que contratam um caminhão e levam seu produto para os compradores. Esta dependência de transporte faz os produtores preferirem vender o café todo de uma vez ou em duas vezes (no máximo). Esta venda ocorre preferivelmente no final do ano agrícola, para a compra de insumos e em alguns casos para contratar mão-de-obra a fim de realizar a colheita de café, porque muitas vezes sua família está envolvida na confecção de rolos de fumo e secando café no terreiro. De toda forma, qualquer venda está diretamente relacionada com a mão-de-obra familiar, seja para garantir seu sustento, sua reprodução, ou sua complementação, para que se cumpram as atividades desejadas e se possa findar mais um ano agrícola.

3.2.4. Organização social do trabalho

A mão-de-obra familiar é a peça mais importante para a continuidade (e modificação) dos sistemas de produção desenvolvidos no bairro de Cardoso. Conforme CAPPILON & SEBILLOTTE (1980), um

sistema de produção é dito reproduzível quando a mão-de-obra, durante certo período de tempo, permite fazê-lo funcionar novamente. São as pessoas que organizam, no tempo e no espaço, os recursos, as culturas, as criações, enfim, que tomam decisões e as executam para pelo menos atingir seus objetivos propostos.

Para o bairro de Cardoso, o poder de mando parte do pai de família, dono da terra (muitas vezes); afinal é ele que tem mais experiências, que aprendeu com o seu pai, avô, irmãos... Ao pai e aos filhos homens cabem negociar, vender e comprar para a propriedade, inclusive negociar o fumo que as mulheres produzem. Mas, na casa, no lar-doce-lar, a coisa muda: quem decide é a mulher, mãe, criadora da mão-de-obra, dos sucessores e é quem deve preocupar-se com o que comer no dia-a-dia. Ao pai cabe o fornecimento de toda a matéria-prima para a casa, a mãe preocupa-se com a transformação desta matéria-prima em sustento, energia para todos da família.

No bairro, as mulheres são responsáveis, além da casa, pela criação de galinhas (que junto com os suínos se destinam a fornecer proteína animal aos moradores) e pela horta, que é extremamente variada:

"Agora na horta nossa tem de tudo, nem vence. Nós colheu alho, cebola, alface tem direto, beterraba, giló, tomate, repolho, almeirão, azedinha, couve-flor, acelga..." (Filha de A5).

Apesar desta variação, muitos conhecimentos sobre plantas medicinais foram perdidas de geração a geração, ficando restritos hoje, ao hortelã, arruda, cânfora, erva cidreira, losna, boldo...

As mulheres deixam claro que não há desperdício e também não há falta:

"Por exemplo alface, se planta alface, tá quase na hora de comer, já tá arrancando mesmo, aí planta outro. Antes de dá o ponto de come, já planta outro, um já tá dando o ponto de come, já tá na hora" (Esposa de A5).

Assim como seus maridos conhecem suas culturas, as mulheres conhecem sua horta. Assim como os maridos conhecem o suíno que se destina a ser um cachaço, a vaca que se vai vender, elas conhecem as galinhas, as aves para venda e para o abate.

Para ambos e suas famílias, a produção e o trabalho são antes uma forma de vida e não apenas desempenho de funções pré-estabelecidas, originadas de diferença de sexos, de força, de poder de decisão... Há tarefas só de homem, como há tarefas só de mulheres, mas se for preciso, caso as atividades não estiverem sendo cumpridas, a divisão de tarefas desaparece e normalmente as mulheres integram-se à produção de alimentos, café e fumo. Para isso, as esposas começam seu dia-a-dia mais cedo, 4:00 horas da manhã nas tarefas gerais da casa. Só depois saem para as roças, retornando às 17:00 ou 18:00 horas, cuidando de alimentar as aves e preparar o jantar. Isto é comum na época do café e fumo, quando o trabalho feminino distribui-se da colheita do café de dia ao destalo de folhas de fumo, até altas horas da noite.

O Quadro 4, evidencia (resumidamente) as atividades das culturas principais do bairro. Pode-se observar que há uma concentração de atividades do mês de outubro ao mês de junho.

QUADRO 4 - GRÁFICO RESUMIDO DAS TAREFAS PARA CADA CULTURA NO BAIRRO DE CARDOSO.

Culturas	Mês												
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
1. Fumo													
- canteiro/mudas			—			-x-x-x-							
- tratos cult.		-x-x-											
- andaimes, destala (x), coxa, rolo		-x-x-x-x-											-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
- casinha													—
2. Milho													
- tratos cult.													x-x-
3. Feijão													
- águas													
- seca (opcional)													
4. Café													
- tratos cult.													x-x-x
- colheita													-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
- terreiro													—
5. Arroz													
- brejo													
- sequeiro													

(XXX trabalho também das mulheres) (***) propriedade das mulheres).

FONTE: Pesquisa de campo (1991).

Nesta época, a mulher pode ser requisitada para cuidar do canavieiro e quebrar o milho, isso caso a mão-de-obra masculina não consiga cumprir com essas tarefas que são naturalmente suas. A mão-de-obra feminina, como se observa, efetivamente torna-se um elemento da produção entre os meses de abril a outubro, na época das colheitas, de produção dos fumos em rolo e do seu fumo e seu café.

A mão-de-obra masculina possui atividades o ano inteiro, como está relacionado no gráfico. Tanto atividades dentro da unidade de produção como atividades fora dela como vender produções e comprar insumos, enfim, tudo o que não esteja na esfera doméstica. Para os produtores seu trabalho não é rotineiro:

"A questão da pequena propriedade dá muito disso. Um dia você trabalha pra arrebentar. Outro dia você é obrigado a trabalhar até o almoço. Outro dia vai lá só de tarde porque pinga outra coisa no meio também, que não pode parar" (A3).

Há um calendário agrícola a ser empiricamente seguido pelo produtor, mas sua decisão do que fazer, a cada momento, vem da observação constante da evolução de suas plantas (e criações), do conhecimento de sua realidade agrícola e do seu meio ambiente.

O produtor tem conhecimento, pela experiência pessoal, de ter sempre trabalhado com essas culturas (milho, café, fumo...), de quanto tempo uma pessoa gasta para fazer as tarefas, ou o quanto de serviços³, no seu atual sistema, ele vai precisar para executá-las (apêndice). Pode, então, prever se sua mão-de-obra

³ Serviço: designa dias gastos por um homem para realizar determinada atividade agrícola.

familiar será suficiente para executar todas as atividades desejadas, ou se vai precisar ajustar companheiros no intuito de ver as atividades cumpridas.

No bairro, o mutirão, a troca-de-dia e a contratação são mantidas desde os tempos antigos. O mutirão acontece muito na época da capina, ou quando há algum caso de doença na família, que poderá vir a comprometer as culturas e suas produções pela falta da mão-de-obra ocasionada. A troca-de-dia já é mais comum desde o início do calendário agrícola com a aração das terras (o mercado interno da troca-de-dia em Cardoso para esse caso é um dia de aração para três da pessoa que pediu o serviço: dois dias pelo dia dos boi e um pelo dia de quem toca a boiada) até a destala do fumo, ou na "viração" de fumo da casinha. Foi curioso observar que entre as mulheres há a troca-de-dia na matança de porcos. As mulheres trocam o dia e levam, ao final da jornada, algum pedaço do porco para casa.

A contratação é uma prática que surge com o café. Nessa cultura é de praxe contratar-se mão-de-obra, pagar por balaios ou litros de café colhido. Esta contratação é ocasionada quando a mão-de-obra familiar não consegue executar todas as atividades desejadas e, ao mesmo tempo, no bairro todas as famílias estão comprometidas com as atividades do seu sistema de produção. Para que a contratação ocorra é preciso que o produtor venda alguma produção. Na maioria das vezes, o café colhido inicialmente só pela família é vendido para proporcionar os recursos adequados à conclusão da colheita.

Uma vez concluídas as colheitas do fumo e do café, o produtor pode combinar sua venda da maneira mais adequada a ele e a sua família, para não desequilibrar seu sistema de produção. Mas, principalmente para que as vendas desses produtos venham a complementar, durante o novo ano agrícola, o consumo da unidade doméstica, consumo baseado na produção interna da propriedade, na exploração de um sistema de produção desenvolvido para produzir culturas e criações que se destinam, em primeiro, lugar a garantir o objetivo principal do produtor que é a sobrevivência de sua família.

Em Cardoso, o que se observa é o pleno conhecimento que os produtores possuem de seus recursos, principalmente das possibilidades de sua mão-de-obra familiar, até onde ela pode ser usada para gerir o sistema da unidade de produção. Sistema que tem por base as práticas utilizadas no calendário de trabalho agrícola dos produtores, no seu modo particular de realizar a administração desse trabalho, nas produções obtidas, na sua forma particular de dispor de suas mercadorias, com o objetivo de assegurar sua posse da terra para nela sobreviver.

Sistemas, práticas que podem ser semelhantes também aos outros bairros com outros produtores, como é o caso de Dourado dos Lopes, onde os produtores também mostraram um profundo conhecimento de seu calendário, de sua rotina agrícola, de como dispor de sua mão-de-obra familiar para cumprir as diversas tarefas desse calendário, do sistema de produção em geral. Conhecimento que também se mostrou profundo quanto à sua realidade, quanto à sua

inserção em um mercado fornecedor de matérias-primas. Sistemas que mostram, também, conhecimentos, práticas que lhes são particulares, vinculados a seu espaço, a seu relevo, à paisagem do município.

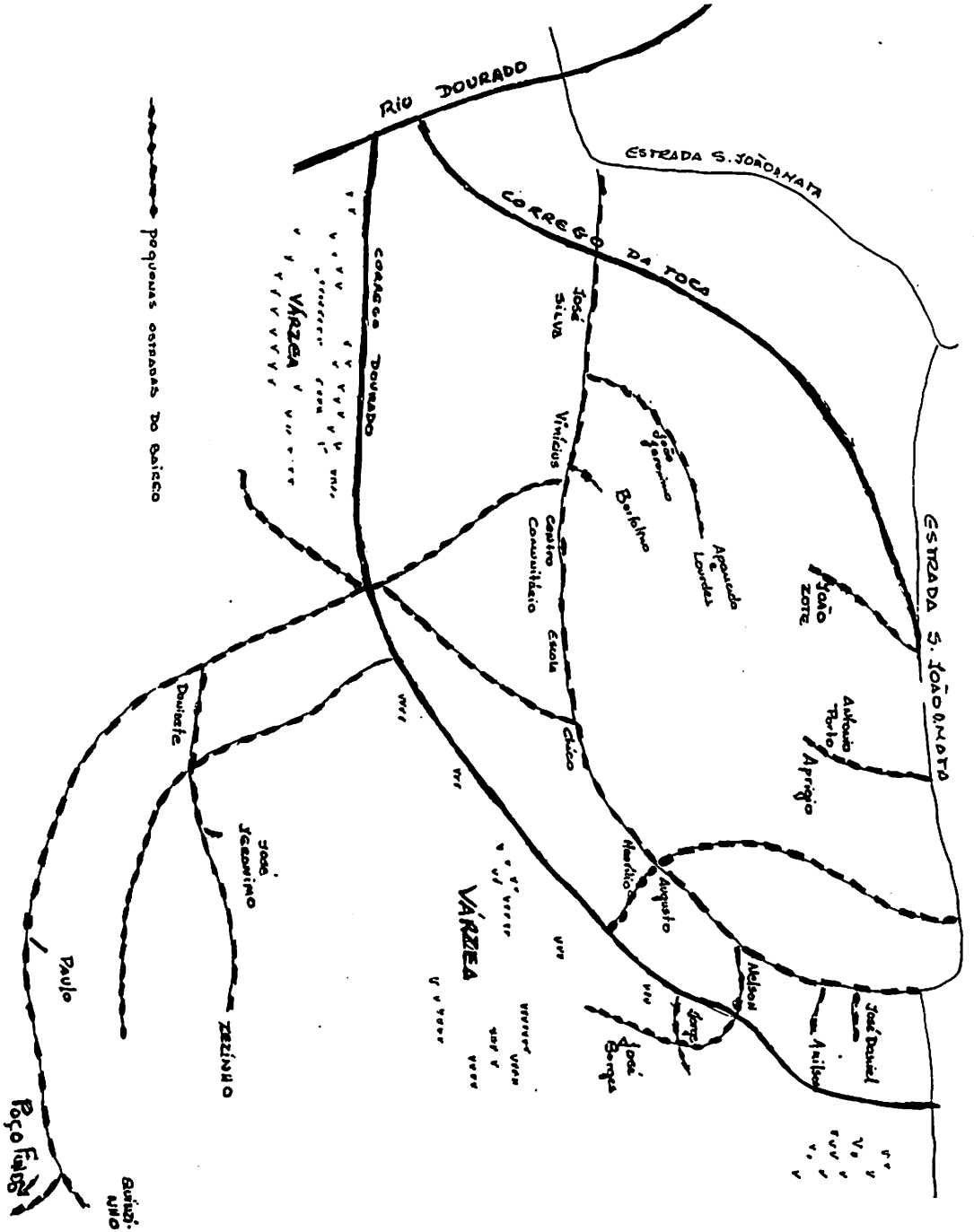
3.3. O bairro de Dourado dos Lopes e seu sistema de produção

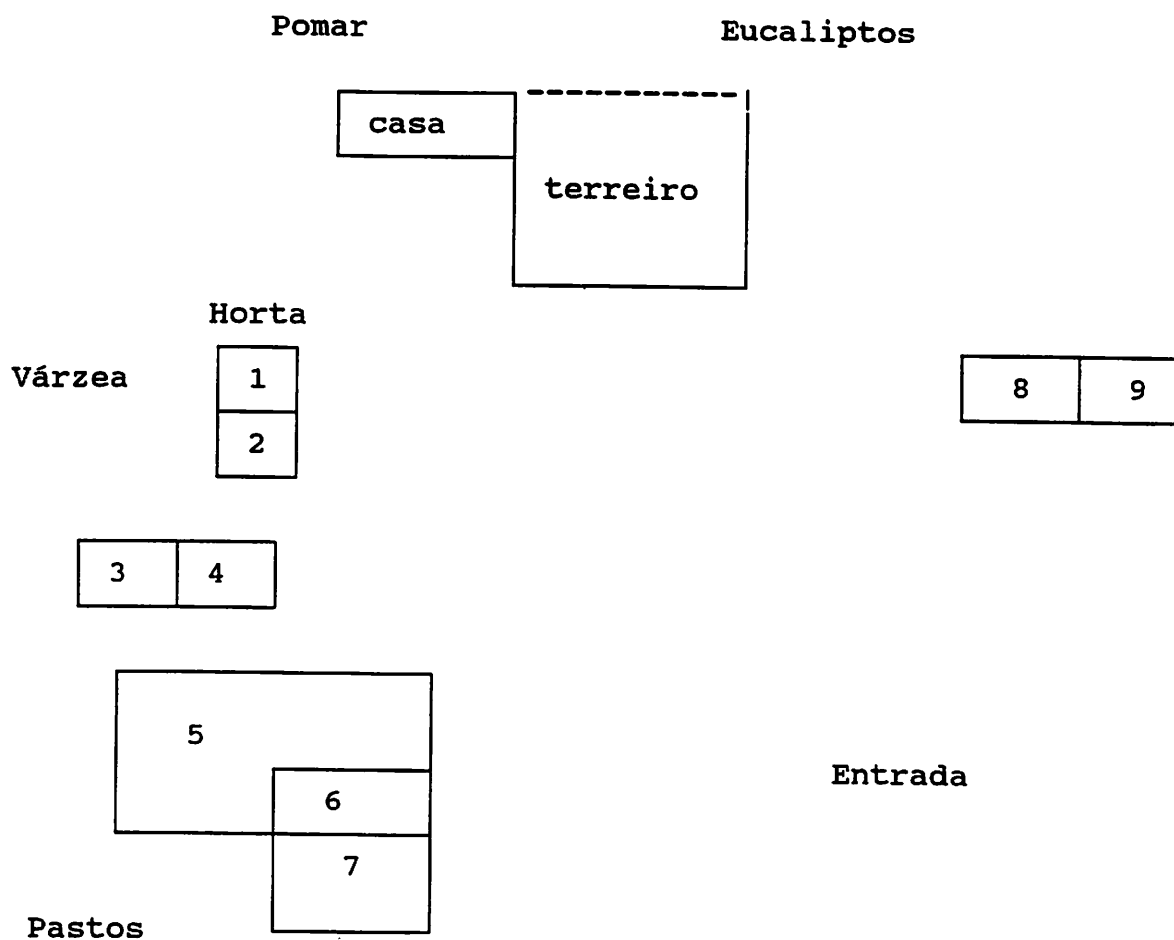
3.3.1. Organização social e base material na prática da agricultura

O bairro de Dourado dos Lopes é um bairro que está localizado no extremo sul do município, distanciando-se da sede deste 21 km (mais ou menos). Lá residem e produzem 20 famílias, distribuídas na paisagem conforme a Figura 5. Suas propriedades têm em média, 10 alqueires. É um bairro onde os produtores estão com a idade média de 40 anos, a maioria possui filhos que ajudam pouco no trabalho diário, são crianças em idade escolar mas que ajudam seus pais uma parte do tempo em pequenas tarefas ao redor da casa, com as criações, com o terreiro, tarefas consideradas leves. Todavia, um ou outro produtor possui filho(s) já em idade mais avançada, que participam ativamente das atividades agrícolas. Atualmente em Dourado, as famílias possuem, em média, 3 membros ativos.

A organização interna das propriedades, evidenciada pela Figura 6, é muito semelhante entre si (sendo algo semelhante às de

FIGURA 5 - Mapa do bairro de Dourado dos Lopes desenhado pelo produtor (B2).





- | | |
|-------------------------------------|------------------------------|
| 1. Almojarife/armazém de café/arroz | 5. Curral (meio coberto) |
| 2. Picadeira de forragem | 6. Cocho (e canzil) cobertos |
| 3. Ceva | 7. Silo poço coberto |
| 4. Paiol | 8. Barracão da carroça |
| | 9. Garagem |

FIGURA 6 - Organização interna das instalações da unidade de produção típica ao bairro de Dourado.

Cardoso).

Neste bairro, o espaço ao redor da casa é muito bem aproveitado, e se em Carodos havia um espaço organizado para atender o café e o fumo, no bairro, hoje, o espaço é destinado a atender o café-arroz e o gado. Existem o que estudos franceses em sistemas de produção denominam de um sistema forrageiro: capões de cana e capim (elefante e guatemala), além de instrumentos capazes de transformá-los em alimentação para o gado. É o caso das picadeiras elétricas de forragens substituindo as picadeiras a óleo, até há pouco tempo ainda bastante usadas.

Há um curral em todas as propriedades, que é parcialmente coberto para a proteção dos bezerros, para a ordenha e para a proteção dos cochos que, aliás, são construídos com canzil para retenção de cada animal em um lugar. Junto desta cobertura está o silo, facilitando o trabalho de trato dos animais. O silo, sendo tipo poço ou cisterna, ocupa uma área menor e, portanto, de fácil cobertura, porém seu manuseio é trabalhoso, tanto para enchê-lo como para esvaziá-lo. Tudo é arranjado para não se gastar tempo em demasia no cumprimento do trato dos animais. O silo, o curral e a picadeira constituem uma área comum, estrategicamente colocada no espaço da propriedade. Até a área de milho para a silagem está localizada perto, diminuindo o trabalho de ir e vir das carroças e dos homens.

Racionalizando no (seu) espaço as construções, o produtor está adequando seu sistema de produção a seus recursos, como sua terra e sua mão-de-obra familiar. Ou seja, dispõe de suas

bentfeitorias, num espaço, de acordo com as atividades do seu sistema de produção e com os objetivos a que esse se destina, mas com o conhecimento de que sua família é a alavanca motriz desse sistema. Se o produtor estiver ausente (por qualquer motivo), a família terá que executar as tarefas de alguma forma, e da forma mais fácil possível. Como exemplo desta lógica, está o terreiro instalado ao lado da casa, o que possibilita à mulher cuidar da casa e ao mesmo tempo executar alguma atividade de produção nesse sistema, espalhando o café, juntando o café em caso de chuva, cobrindo o café, etc.

A base do arranjo espacial das construções está no desenho mostrado, as variações vão existir, uma vez que cada produtor (e propriedade) têm histórias próprias, mesmo tendo como base um sistema de produção que é comum a muitos produtores do bairro, mesmo sabendo que o objetivo principal desse sistema é assegurar a sua sobrevivência e de sua família.

Ao analisar a trajetória desse sistema comum, observam-se variações que por sua vez também estarão evidenciadas no espaço, na paisagem da propriedade, como é o caso de se ter a ceva separada do paiol. No caso, o produtor possui um tanque de peixe que é fonte de mais um alimento, mais uma fonte proteica em sua dieta alimentar. Ou o caso do produtor possuir mais cabeças de gado, precisando dispor então de mais espaço para o cultivo de capim ou cana, restando, assim, menor terreno para construir as bentfeitorias, que por sua vez serão mais simplificadas, mais reduzidas em número e tamanho.

3.3.2. Rítmos e práticas do calendário agrícola

De qualquer forma, as construçoes só são colocadas no espaço da propriedade depois que o sistema de produção cumprir seu objetivo de suprir os gastos com a casa, com a família e de possibilitar sua reprodução para o próximo ano, para o próximo ciclo agrícola. Como em Cardoso, no bairro de Dourado observou-se que os produtores estão conseguindo dispor de melhorias em seu espaço de trabalho, seja pelos recentes terreiros de cimento, pelas melhorias na casa, pelo aparecimento de garagens, etc. Elas ocorrem conforme a visão particular que cada produtor tem de sua realidade, da maneira particular de gerir seus recursos, seu sistema de produção.

Sistema que é desenvolvido no bairro todo com base no cultivo do arroz e do café e da produção de leite para o mercado, e que explora o cultivo do milho e do feijão para a subsistência da mão-de-obra que o desenvolve e o administra. Sistema que é evidenciado pelas práticas agrícolas e de criações, resultados de um processo de decisão e ação, de um decidir e agir que está explicitamente demonstrado no cumprimento das tarefas do dia-a-dia, de um calendário agrícola dinâmico e particular ao produtor e ao bairro. Calendário que vem demonstrar as práticas que são comuns ao bairro e as que são particulares a determinadas variações do sistema encontrado em Dourado dos Lopes.

O calendário agrícola (Quadro 5), comum a maioria dos produtores de Dourado, começa com a aração das terras em **fins de agosto** e no **mês de setembro** para o plantio de arroz nas várzeas, e o feijão em terras circunvizinhas a esta. É também nesta época que os produtores jogam calcáreo nos cafezais.

Durante o **mês de setembro** os produtores se dedicam a consertar algum "rasgão" de drenagem na várzeas, que se desfez na aração e na gradagem.

Aí, com as primeiras chuvas, seja no **final de setembro** ou em **outubro**, inicia-se a plantação do arroz e do feijão. Este é plantado no café e nas terras onde plantar-se-á milho.

No **fim de outubro** e **começo de novembro**, iniciam-se as capinas no arroz e nas culturas de feijão. Na capina do feijão solteiro os produtores oportunizam seu tempo para semear milho e abóbora (com a mesma prática de Cardoso); na capina do feijão consorciado com café, aproveita-se esta atividade para se fazer uma poda nos pés de café para uniformizar o cafezal. Também é junto desta atividade que os produtores espalham o cisco no cafezal.

Começa dezembro e os produtores fazem a primeira capina no milho, a segunda no arroz e no feijão do café. Neste mês ainda, ocorrem a adubação e capina dos cafezais.

Janeiro inicia-se e, novamente, é tempo de se fazer capinas, a última do arroz e a segunda do milho, esta mais no final do mês porque o produtor aproveita para colher o feijão.

Fevereiro é o mês que os produtores de Dourado plantam o feijão da seca, no terreno recentemente capinado do milho. No

QUADRO 5 - CALENDÁRIO DAS TAREFAS AGRÍCOLAS DE DOURADOS DOS LOPES.

	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1. Aração												
. Várzea	_____											
. Campos		_____										
2. Plantio												
. Arroz		_____										
. Milho			_____									
. Feijão												
águas		_____										
seca							_____					
Outros			_____									
3. Capinas												
. Arroz			_____		_____	_____						
. Milho					_____	_____						
. Feijão												
águas			_____		_____							
seca								_____	_____			
. Café			xxx		_____	-x-x		-x-x				
. Pastos								_____	_____			
. Outros					_____	_____						
4. Adubação												
. Milho			_____									
. Café												
calcáreo	_____											
adubo				-x-x		x-x-						
5. Colheita												
. Arroz									_____			
. Milho									_____			
. F águas						_____						
. F seca												
. Outros										_____		
. Café	_____										_____	
6. Café												
Antes colheita												
. cisco		xxx	_____									
. arruar												
7. Ensilagem												
. encher								_____				
. esvaziar	_____	_____	_____	_____								

xxx café com feijão.

FONTE: Pesquisa de campo (1991).

início do mês se faz a segunda capina do café solteiro e a segunda adubação de todos os cafezais. É também a partir deste mês que os produtores vão limpar os pastos e cuidar das cercas.

Em março é preciso fazer a terceira capina dos cafés e a primeira do feijão da seca, que podem ser feitas antes ou depois de se encher os silos.

Abril é o mês da colheita do arroz e, também, a época da segunda capina no feijão da seca. A partir desta época a mulher e os filhos menores terão uma crescente participação nas produções da propriedade, pois são eles que vão vigiar o terreiro, cuidar do arroz para que ele seque uniformemente.

Em maio, os produtores estão colhendo o milho para encher o paiol. E começa também, a arruação do café.

Junho começa e o feijão da seca já está colhido. E assim que se iniciar a colheita do café, em meados desse mês, também é a época em que os produtores abrem seus silos.

Junho, julho e agosto são os meses da colheita do café e de se começar a pensar em preparar as terras para a próxima safra.

Paralelamente ao que está ocorrendo nas terras de cultura, no cumprimento das atividades acima relacionadas, o produtor executa diariamente outras muitas e diversificadas tarefas. É o gado, que em Dourado possui uma significação maior dentro do(s) sistema(s) desenvolvido(s), e exige do produtor uma maior atenção, um maior cuidado, desde seu cruzamento até sua sanidade, desde sua alimentação até o destino de sua produção.

A execução deste calendário agrícola e das atividades

Em Dourado observa-se claramente a divisão entre uma economia voltada à comercialização de excedentes e uma economia voltada ao mercado. O feijão, alguma banana, tubérculos e até mesmo o leite são comercializados depois de serem consumidos na esfera doméstica da propriedade. O arroz e o café são produzidos visando o mercado. Diversificando seu sistema de produção e, conseqüentemente, ampliando os produtos a serem comercializados, o produtor consegue certa margem de segurança frente aos preços oscilantes do mercado.

ligação

3.3.3. O conhecimento do mercado: práticas de comercia-

extra-calendário e o conhecimento de seus recursos, principalmente econômicos que o produtor poderá enfrentar. Uma vez que sua família poderá ou não dar conta de todas as atividades do calendário, o produtor necessitará, então, vender ou não produtos para continuar suas produções, seu calendário. Esta decisão de vender (ou não) algumas de suas produções e/ou criações está estreitamente ligada ao seu conhecimento do mercado de seus produtos, da melhor época de vendê-los para conseguir o melhor preço, a fim de poder continuar produzindo, sem que isto interfira no âmbito de seu orçamento doméstico.

A venda de alguma produção não é nunca premeditada; conhecendo relativamente bem o mercado de seus produtos, o produtor consegue obter melhores preços na comercialização, pois só vai vender quando o seu organismo (doméstico principalmente) estiver comprometido para fazer o sistema funcionar:

"A gente só vende na hora que vier a precisão ou no que aparecer e compensar no momento. É o que aparece e compensa. A gente não tem fixo isso de que isso é pra aquilo. E se as vezes precisa comprar uma coisa que tá precisando a gente quer comprar algo que seja necessitando, então vende o que tá com melhor preço ou tá sobrando alguma coisa, então vou vender tudo o que tá sobrando pra empatar em alguma coisa" (B2).

Uma vez que as produções estejam asseguradas, na sua visão o sistema está produzindo; o produtor pode então fazer um planejamento de como vai dispor de seus produtos.

O arroz, produto que outrora foi o mais importante do bairro, possibilitando a compra de terra e a plantação da cultura do café, é hoje para os produtores:

"Uma cultura que não paga o preço que fica" (B5).

Mas, mesmo assim, é da sua venda que sai o adubo do café (até do milho) e o dinheiro para contratação de alguma mão-de-obra eventual. Quando se pensa em vender alguma coisa para se comprar insumos, ou algo que não se destine diretamente à estera doméstica, o arroz é a produção sacrificada.

Em Dourado, já não existe uma dobradinha café-arroz; para os produtores do bairro, o arroz mais dias, menos dias, só será

produzido para o consumo da propriedade. O café é o produto que hoje permite uma maior folga ao produtor. Para esta produção são dedicados cuidados como no bairro de Cardoso, a fim de que o produto final consiga melhor preço com os intermediários locais. Em ambos os bairros os produtores acompanham diariamente a cotação do café, sabendo então a que preço seu produto pode ser comercializado, inclusive qual a melhor época de vendê-lo.

Dourado possui uma particularidade muito interessante, devido estar localizado longe da sede do município. Sua referência, mesmo nos anos passados, foi sempre a cidade de São João da Mata. Seus produtores conhecem muito bem o mercado local desta cidade. Sua produção de excedentes é toda destinada a esse pequeno mercado, não o mercado dos armazéns, das mercearias, mas ao mercado onde os produtores e consumidores se entendem diretamente:

"Faz muitos anos que eu não vendo um quilo no armazém, porque vai vender no armazém quem compra, compra barato e os comerciante vende caro, ganha tudo na cacunda da gente e do novo comprador" (B2).

A venda de excedente constantemente possibilita aos produtores inclusive conhecer sua freguesia, seus consumidores:

"Na zona da Mata (cidade São João da Mata), eu conheço até as pessoas quem gosta mais de comprá uma coisa, quem gosta de outra" (B5).

Este conhecimento permite, que se houver oportunidade, o produtor produza e venda seu excedente suprindo a sazonalidade do mercado local, como é o caso do frango caipira em que os produtores

estão tentando concentrar a produção para vender na época de escassez na cidade. Ou, ainda, do aproveitamento da varzea (pedaços dela) para se plantar um feijão temporário; assim, com sua venda os produtores conseguem melhores preços.

Esta sazonalidade é bem conhecida pelos produtores, pois todos sabem que vender leite não compensa, mas vender queijo já compensaria. Eles mesmos observam que sua produção maior é na época das águas. Mas, nessa época o preço do queijo não paga o seu trabalho e que só compensaria vender na época da seca. Contudo, sua produção é muito reduzida nesta época, e além do mais, sua mão-de-obra familiar está toda comprometida com a colheita de café, produto que para eles representa uma melhor remuneração de seu trabalho, possibilitando maiores recursos para seu sistema:

"Apesar da dificuldade toda, o café, ainda tá sendo a única lavoura que paga o custeio, a despesa" (B1).

Para não comprometer essa renda que o café ainda possibilita e assegurar um organismo doméstico que consiga manter as necessidades mínimas da sua família, o produtor organiza sua mão-de-obra familiar, destinando a cada membro atividades que possam ser cumpridas. A família como um todo deve participar do sistema de produção; a mão-de-obra familiar deve antes de tudo ser capaz de gerir sua própria produção, porque senão será preciso introduzir mais um recurso do meio externo: a mão-de-obra contratada. Esta, mesmo em poucas épocas do ano, viria então a comprometer um sistema baseado numa economia de produção da subsistência familiar.

3.3.4. Organização social do trabalho

Em Dourado, as atividades da lavoura e das criações não são uniformemente definidas como em Cardoso. É claro que existe uma divisão familiar de trabalho, uma divisão de poder. Ao homem cabe tomar a decisão final das tarefas, cabe negociar, trabalhar nas culturas, fazer silagem... À mulher cabe administrar o lar, a alimentação do dia-a-dia, cuidar dos filhos, olhar o terreiro, cuidar da horta... Porém, essas atividades não são fixas; a mulher pode, dependendo das circunstâncias, ordenhar as vacas, alimentar o gado, ir para as roças, fazer silagem...

A necessidade de mão-de-obra para execução de atividades é que vai ditar como será aplicada a mão-de-obra familiar. Cabe ao homem decidir o que fazer em primeiro lugar, porque é dele o conhecimento de como estão, a cada momento, as culturas, as criações; o homem conhece seu sistema de produção, sua propriedade como um todo. Poucas são as mulheres que possuem esse conhecimento em Dourado, mas as que possuem, são capazes de gerir a propriedade na ausência dos maridos, são mulheres que dividem, quase meio a meio, a execução das atividades rotineiras com o companheiro.

Esta participação das mulheres no sistema de produção como um todo faz desaparecer a necessidade de que elas precisem de um "negócio". Tudo é de todos, assim como o dinheiro é comum a todos para qualquer que seja a despesa. Poucas são as propriedades

em que a mulher tem seu negócio! quando ocorre, as aves em geral são este negócio, a venda de aves e ovos permite cobrir os gastos com suas necessidades particulares.

Por outro lado, esta participação também pode ser passageira, pois é preciso lembrar que na maioria das propriedades os filhos ainda estão em idade escolar, possibilitando apenas ajuda na execução de atividades mais leves. Essa "falta" de mão-de-obra capaz de suportar atividades mais pesadas é suprida, no bairro, pelos mutirões e pelas trocas-de-dia, poucos são aqueles que contratam:

"Porque aqui todo mundo dificilmente justa, assim empregado ninguém tem. E justa também, aqui no Bairro, quase não tem um que faz. Mais são um dia por outro. E o custo é, o custo da mão-de-obra é caro, pra gente pagar é caro" (B5).

O mutirão é feito no bairro na época das capinas, considerada como tarefa das mais pesadas, principalmente porque ocorre na época mais quente do ano. Já a troca-de-dia é uma prática que ocorre durante todo ano, principalmente na plantação das culturas, a fim de que se consiga uma plantação homogênea, "pareada", facilitando a colheita, ou na confecção da silagem, pois sabem os produtores que quanto menos tempo se gastar para encher o silo, melhor vai ser o produto obtido. A troca-de-dia ocorre, ainda, na colheita e bateção do arroz, que deve ser feita sempre com dois companheiros para garantir melhor aproveitamento e obtenção de um produto homogêneo.

Já a contratação só é feita em dois casos principais: um

doméstica e integrando-se à esfera da produção para o mercado, como gado, com a produção desses animais saindo de uma esfera puramente entre os bairros está justamente nas práticas com a criação de na economia doméstica de Dourado dos Lopes. A grande diferença Mais que em Cardoso, as criações tornam-se complemento importante criações, pois ambas são importantes para o organismo doméstico. obra da família na execução das práticas entre as culturas e as Em Dourado, procura-se um equilíbrio no uso da mão-de-

para os animais.

fosse reduzido a apenas retirar a silagem do silo e colocá-la da silagem possibilitou que o tempo gasto no trato desses animais aos animais, durante as ordenhas da manhã e da tarde. Porém, o uso teria que ficar para cortar o trato, picar e dar duas vezes ao dia invés de toda a família ir para a sua colheita, um ou outro membro Na verdade, o café estaria competindo com o gado. Ao era tudo junto. O café pega outra época pra colheita" (B7).

"O café diferenciou o tempo. O milho, o feijão, o arroz

no uso da mão-de-obra familiar e contratada, em Dourado:

Enquanto o café no bairro de Cardoso compete com o fumo que serve de mola propulsora para se iniciar a colheita do café. dias de aração. E no segundo caso, é o arroz colhido pouco antes para vender; no primeiro caso, é o café que é vendido para pagar os só é possível porque o produtor pode dispor na época de produtos outro na época da colheita do café. Esta contratação de mão-de-obra arado-de-boi (ou o trator) para se arar e gradear as terras. E o que é a preparação do terreno, onde se contrata, "justa-se", o

no caso de Dourado.

Por outro lado, existem grandes semelhanças nas práticas com o café, com o milho e o feijão, culturas que são comuns aos dois bairros. Culturas que fazem os calendários agrícolas parecidos, demonstrando uma economia doméstica semelhante nos dois bairros. À essas semelhanças pode-se acrescentar a mão-de-obra familiar, fonte de todo trabalho, de toda a administração da propriedade nos dois bairros.

É através da família que todo o sistema de produção funciona, sendo este organizado para que ela possa sempre, ou na maioria das vezes, cumprir com as mais diversas tarefas. Família que é apenas constituída de pai, mãe e filhos, em certos momentos, mas que, em outros, abrange a maior parte das pessoas que residem no bairro, transformando-se este em uma comunidade que começa junto a procurar caminhos comuns, como a associação e a agricultura "alternativa", para mostrar que elas podem vir a ser também práticas comuns aos outros bairros.

Identificando-se então as práticas comuns aos bairros, podem-se agrupar os sistemas em uma mesma dinâmica, uma racionalidade semelhante. Racionalidade que está na base da administração dos sistemas de produção para que cumpram o seu papel, a realização dos objetivos do produtor, representados, primeiramente, pela subsistência familiar e, depois, pela continuação de sua reprodução como proprietário da terra. Mas esta identificação, por outro lado, também evidencia as diversidades, as diferentes utilizações agrícolas dos recursos que aparecem nos

bairros. Formas particulares de produção que descrevem trajetórias diferentes, práticas até divergentes, mas que no fundo podem ser também sistemas de produção racionalmente construídos para realizar os objetivos dos seus produtores e de suas famílias, assegurando-lhes sua subsistência e sua reprodução.

**CAP. IV - PRÁTICAS AGRÍCOLAS E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS:
ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO**

Para quem explora uma pequena unidade de produção familiar como os produtores de Cardoso e Dourado dos Lopes, a direção e a administração da produção estão confundidas com a direção e gestão da vida familiar. Na prática, as decisões são tomadas em função uma da outra, cada membro da família é co-responsável pela marcha da exploração, pela execução de algumas tarefas para consecução dos objetivos da família como um todo.

Ao estudar o desenvolvimento de sistemas de produção diversificados, podem-se perceber mudanças onde agricultura e pecuária estão de alguma forma integradas e cumprem com os objetivos determinados pelo produtor. Trata-se de mudanças nas tradições agrícolas, do conhecimento passado de geração em geração através de um processo histórico. Notam-se transformações na paisagem, na organização das produções, na administração da propriedade, traduzindo uma forma particular do produtor entender

sua realidade, atingir seus objetivos. Assim, evidenciam trajetórias de vida diferentes.

As mudanças não passam despercebidas à maioria dos produtores, como se algumas significassem também alternativas futuras para os produtores dos dois bairros. São formas de produções que, usando os recursos disponíveis, integrando novos fatores aos antigos, possibilitam que as mudanças desejadas e por eles decididas venham desenvolver sistemas capazes de continuar cumprindo os objetivos determinados.

4.1. A integração das práticas agropecuárias e administrativas

Ao organizar seus sistemas de produção agropecuária, os produtores dos bairros de Cardoso e Dourado dos Lopes estão manejando processos e ciclos biológicos que, diferentemente dos procedimentos de fabricação mecânica, não podem ser controlados totalmente. Ao estruturar suas produções, através da utilização dos recursos colocados a seu alcance, pela busca de eficácia a partir dos fatores disponíveis, os agricultores e suas famílias integram práticas (agropecuárias e administrativas) que possam manter em equilíbrio o cumprimento das diversas tarefas agrícolas e pecuárias. Buscam, igualmente, um equilíbrio entre os recursos destinados aos diferentes produtos agrícolas.

No bairro de Cardoso predominam as práticas com as culturas, onde tudo é feito para facilitar as tarefas realizadas nas culturas de café, fumo, milho e feijão. Em Dourado existe um balanço entre a agricultura e pecuária, entre as práticas dessas duas atividades.

Criações e culturas dividem o espaço da propriedade, estão dispostos na paisagem conforme uma ordem de importância para o uso doméstico. Porcos, galinhas, hortas ao redor da casa. Feijão, milho, arroz, a cana, o capim, o gado e os cavalos num espaço maior, como que englobando os demais. E por último, o café, no topo dos morros de Dourado.

Em Dourado se observa o que TEPICHT (1973) denominou de um auto-consumo intermediário, dada a existência de uma relação de troca entre a agricultura e a criação, em que o produtor procura de ambas obter seus recursos para sustentar sua família. Esta agricultura para as criações é representada principalmente pelo milho, capim e cana, base da alimentação das aves, suínos, bovinos e eqüinos. Esses, por sua vez, produzem o esterco, o trabalho e a fonte de proteína para a exploração da agricultura pela família do produtor.

A organização da unidade de produção como um todo está relacionada à importância econômica dos produtos nela explorados. Em Cardoso, o porco e a galinha são criações mais importantes, pois participam desse auto-consumo intermediário. Encontram-se também bois e vacas, que cumprem com seu papel mais tradicional de trabalho, poupança e alimentação, descrito em inúmeros estudos. Já

em Dourado todos os animais estão dispostos na unidade de produção de forma a facilitar o trabalho nas atividades para com eles e o cumprimento do calendário agrícola.

Nas decisões de como organizar o espaço da unidade de produção, além do conhecimento da fertilidade e qualidade de suas terras, existe o conhecimento de que estas decisões devem permitir o cumprimento simultâneo, na maioria das vezes, de várias atividades que não podem ultrapassar o "máximo suportável" para a força de trabalho familiar, pois é a partir dela que o produtor põe em prática o sistema de produção.

Práticas como a de se criar bois apenas utilizando sal e pasto, observadas em Cardoso são ainda executadas. Para os produtores desse bairro, além de ser uma prática transmitida entre gerações, relatada e conhecida por eles, a agricultura do fumo e o café são mais importantes, tendo conquistado espaços na paisagem local, desde os tempos antigos.

Possíveis transformações na prática de alimentação do gado envolveriam reorganização de recursos, tais como a mão-de-obra familiar, o espaço interno e o emprego do tempo. Ressalte-se que as propriedades têm várias glebas, não são contínuas, e estão em seus pequenos espaços exploradas ao máximo por uma agricultura de culturas permanentes e temporárias que, no caso, teriam que sofrer reduções para dar lugar a uma cultura de capins e/ou cana. Além disso a mão-de-obra ficaria comprometida parte do dia para fornecer a alimentação e cuidar das criações, deixando de cumprir algumas das tarefas do calendário agrícola desenvolvido atualmente.

Mantendo o pasto e sal, os produtores mantêm um número reduzido de animais em suas áreas⁴, número este diretamente ligado ao suporte que suas pastagens naturais aguentam. Mesmo que permaneça utilizando-se dos pastos nativos, o produtor consegue a reprodução do seu rebanho, em média a cada dois anos, para continuar fazendo as substituições que lhe interessam, possibilitando a venda das vacas velhas e, principalmente, dos machos que não são utilizados para o trabalho.

Ao decidir continuar explorando os pastos naturais, e não introduzir forrageiras como o capim brachiária, os produtores de Cardoso procuram poder manter a prática de pousio, tornando-a uma prática de fácil execução. Através de suas experiências em áreas de pasto de brachiária, eles observaram que este capim, além de se alastrar muito fácil e acabar invadindo as áreas de culturas, não é eliminado do terreno onde já está instalado. Por serem eles mesmos que várias vezes realizam a aração dos terrenos, os produtores sabem que os pastos nativos são mais fáceis de se controlar e muito mais fáceis de eliminá-los. Isso permite a prática de descanso das áreas extenuadas e, ao mesmo tempo, sua utilização como pastagem. Por outro lado, pode-se utilizar das áreas de pastagem para formar áreas de culturas temporárias.

Haveria ainda uma derradeira razão para a continuação dessa prática; o orçamento de sua unidade doméstica é baseado, e sempre o foi, em produtos da agricultura. O fumo e o café totalizam

4 Em Cardoso são 16 produtores que possuem em média 10 animais, enquanto em Dourado todos produtores possuem gado, em média 15 animais/propriedade.

a renda da maioria das propriedades. O fumo é responsável pelos gastos com a roça, ou seja, pelo adubo que ele e o milho utilizam, assim como o café também "deve pagar" seu adubo, e dependendo de sua produção pode vir a pagar todos os adubos utilizados, deixando para fumo o pagamento de uma eventual contratação de mão-de-obra.

Através do conhecimento de suas produções, o produtor faz um prognóstico de quantos rolos de fumo e sacos de café no total de sua safra ele deverá dispor de imediato para acabar um ciclo agrícola, e começar a dar continuidade a outro, sem comprometer o consumo de sua família. Muitas vezes o café é vendido até aos poucos, pois sua venda é para eles muito mais fácil, existe um mercado sempre disponível para adquirir esse produto. O fumo é "vendido quando o comprador quiser". A venda de algum animal é decidida através da observação de suas pastagens e, principalmente, pela oportunidade de se poder reter um pouco mais de tempo os produtos (café, principalmente), esperando um aumento de preço que possibilite uma maior renda.

Em Cardoso, o café (muito mais que fumo), por poder ser vendido no tempo e quantidade que o produtor quiser, faz papel semelhante ao do leite no bairro de Dourado dos Lopes. O leite constitui-se no melhor exemplo de uma forma do produtor garantir os recursos para suprir seu orçamento doméstico, pois através de sua produção existe a entrada do dinheiro todo mês, fazendo do gado a criação mais importante do bairro.

Devido à crescente importância do gado, conquistada no sistema de produção outrora desenvolvido, os produtores de Dourado

incorporaram, práticas que não lhes eram comuns e foram trazidas através da influência da assistência técnica local, e que se integraram aos seus antigos conhecimentos, conforme suas próprias decisões e ações rotineiras.

Práticas como a de cultivar capins e até de se fazer um silo e a silagem passaram a ser incorporadas aos sistemas de produção, inserindo-se na paisagem das propriedades. Sendo preciso uma produção agrícola que fosse destinada à alimentação animal, seria preciso dispô-la da melhor forma possível na propriedade, para que ocupasse pouco espaço, pouca mão-de-obra e requisitasse pouco tempo gasto com o trato desses animais. Com o passar do tempo, os produtores desenvolveram um saber-fazer próprio, onde as práticas de criação de gado não interferem na execução do calendário agrícola e de outras atividades da propriedade.

Para facilitar a execução das atividades agrícolas pela família, o gado é mantido no pasto entre meses de outubro/novembro e de fevereiro. Meses que o produtor precisa se dedicar à atividades de plantio e capinas, e, que ao mesmo tempo, correspondem ao período das águas, aquele em que seus pastos têm sua maior produção. Em muitos dos anos, conforme o comportamento das "estações" climáticas, o produtor vai utilizar-se da cana, já no mês de abril, para começar o trato dos animais durante a segunda ordenha. Esta prática é realizada de forma que os animais passem a noite fechados para a coleta de esterco e com a finalidade de aumentar a produção de leite. Pelo conhecimento que o produtor tem da capacidade de suporte de seus pastos nativos, a decisão de usar

a cana pode ser reavaliada, primeiro pelo estado do capim e, depois e principalmente, caso a unidade doméstica precise de açúcar (sob a forma de rapadura). Daí, então, a cana é vendida e o pagamento é realizado na forma de tijolos de rapadura.

Essa decisão, não vem ao acaso, ela já é tomada por ocasião da confecção da silagem. Muitos produtores, através de suas próprias experiências, misturam hoje capim elefante e/ou guatemala "levemente murcho", desidratado, e moído, ao milho da silagem, na proporção de 1 para 2 (ou 3) balaios, respectivamente. A utilização do capim na mistura está diretamente ligada ao conhecimento de que as pastagens irão aguentar até a abertura do silo e de que, principalmente, sua unidade doméstica não precisará comprar rapadura em porções que venham a comprometer a área total do canavial.

De fins de maio a começo de julho, com a colheita do café, quando toda a família irá participar, são abertos silos, para alimentação dos animais até outubro. Dependendo das condições das pastagens, essa silagem pode ser fornecida de uma a duas vezes ao dia, durante as ordenhas.

Além de estarem preocupados com a alimentação do gado, os produtores de Dourado estão também preocupados com a seleção desses animais, melhorando sua produção de leite e sua rusticidade. Após a introdução do Holandês, os produtores constataram que com os sucessivos cruzamentos, os animais resultantes estavam perdendo a rusticidade e aumentando a mortalidade (de bezerros, principalmente). Estas conseqüências fizeram com que os produtores buscassem no

Zebu, principalmente no Gir, as qualidades perdidas. Na verdade, os produtores estão, atualmente, procurando obter um animal mestiço, nem Holandês, nem Zebu, mas que seja bom produtor de leite como o primeiro e rústico como o segundo. Os produtores lembram, constantemente, que *"mesmo os animais não sendo bons de leite e trabalho, eles podem alcançar bons preços nos açougues de São João da Mata"*.

Os produtores de Dourado, diferentemente daqueles de Cardoso, procuram sempre conseguir uma renda todo mês. Esta, origina-se principalmente da produção do leite, que eles procuram manter durante o ano todo. Essa renda mensal é complementada, na maior parte das vezes, pela venda de excedentes de feijão, das aves, bananas e verduras.

Como já mencionado, a família é um referente contínuo nas conversas com os produtores, tanto de Cardoso como de Dourado. Desde a organização da estrutura da propriedade, a execução das tarefas, até a administração da unidade de produção, todas as decisões e ações são tomadas pela família como um todo. As atividades visam garantir sua sobrevivência, desde a diminuição no uso do adubo até a procura novamente das variedades puras de milho. No mesmo sentido tenta-se produzir quase tudo que compõe a dieta alimentar, assim como a possibilidade de se conseguir uma renda mensal (e constante) e até a produção de culturas "a meia" nas terras de outros produtores, como forma de se "aumentar" o fator de produção mais escasso nos bairros: a terra.

4.2. Os objetivos dos produtores: as práticas e o processo decisão-ação

Os produtores rurais de Cardoso e Dourado dos Lopes, enquanto agentes de um sistema de produção, têm conhecimentos de sua realidade agrícola e rural, que buscam cada vez mais integrar à visão de sua situação real, de seus objetivos e principalmente de seu ambiente. Conhecimentos que permitem avaliar, a todo momento, os efeitos e conseqüências de suas práticas agropecuárias, determinadas conforme eles decidem e fazem funcionar suas unidades de produção.

Constata-se a ausência de estruturas montadas como em empresas agrícolas, onde há apenas quem decide e outros que executam, onde quem dirige precisa coletar o máximo de informações dos diferentes setores para então decidir. Para esses produtores, é a pessoa que trabalha na execução das diversas tarefas quem deve decidir, porque ela estará baseada no conhecimento de sua realidade agrícola, na sua prática cotidiana.

É ao cuidar todo dia de seu gado, que o produtor decide por qual vaca ele optará por vender em caso de necessidade. Ao colher as folhas de fumo, ele sabe quais darão fumo de melhor qualidade, separando-as. É por estar em contato cotidiano com a natureza que ele sabe estar ocorrendo um aumento de pássaros, decidindo-se plantar 70 litros de arroz, a fim de colher os 50 litros que lhe são necessários. Por viver longo tempo à beira da

várzea é que ele sabe que este ano poderá plantar feijão mais cedo e conseguir melhores preços. É por precisar produzir aves mais pesadas que ele põe para chocar os ovos maiores. É por saber que sua família precisará de rapadura que ele não usa a cana para os animais.

A exemplo destas decisões e de suas execuções estão tantas outras, tal como o conhecimento do mercado consumidor (produzir para quem, quais os gostos dos consumidores, que momento vender). Por outro lado, como o conhecimento do calendário agrícola enseja decisões e ações relacionadas as como produzir, quais culturas são melhores consorciadas com outras, quando capinar, quais variedades mais precoces, mais rústicas. Enfim, esse conjunto de conhecimentos empíricos, frutos de experiências pessoais e de tradições familiares e comunitárias, levam sempre a uma grande objetividade, onde o fazer e decidir fazem parte de um todo.

Os produtores dos dois bairros são atores conscientes que selecionam seus próprios critérios de decisão e ação, construindo seu próprio modelo específico de produção, pois eles, melhor do que ninguém, conhecem suas terras, seus recursos, sua inserção em um meio político, social, econômico e natural. Conhecem, igualmente as possibilidades reais de sua força de trabalho familiar, além dos ciclos biológicos das culturas e criações.

Em um primeiro momento, nas vendas feitas, o poder de decisão parece somente estar com o pai, o chefe da família. Evidentemente, esse agente social tem mais experiências acumuladas. Afinal, é há mais tempo o executor de todo o sistema de produção,

é ele quem produzia por conta própria, mesmo antes da constituição da família, principalmente em Cardoso. Após contrair núpcias, o poder do chefe da família começa a sofrer uma diluição. A esposa é agora a chefe do lar, de suas ações na transformação dos produtos em alimentos é que aparecem as decisões do que plantar mais, ou menos, para a subsistência da família. Após o crescimento dos filhos (principalmente homens), nova diluição do poder de decisão ocorre. As discussões das decisões passam a ser colocadas para a família como um todo, pois qualquer nova iniciativa poderá ameaçar a sobrevivência da unidade doméstica, do sistema de produção, até da unidade de produção como um todo.

Constata-se que a administração das unidades de produção desses bairros é, ao mesmo tempo, a direção da vida familiar. Os objetivos de ambos confundem-se, sendo os objetivos a subsistência e reprodução familiar. Isso é conseguido através do trabalho de organização e de execução das práticas do sistema de produção, fazendo de cada membro um co-responsável pelo conjunto de atividades da exploração. Co-responsabilidade que atinge um caminho mais complexo, dadas as ligações de parentesco, que ultrapassam também as propriedades e englobam os bairros.

Com efeito, a família é a executora das atividades e, como tal, decide, principalmente com base no total produzido. Discute-se o que deve ser destinado a cada recurso que precisará ser adquirido, sempre assegurando o principal para a sobrevivência familiar. Nos dois bairros, os produtores gastam 7% a 8% do que produziram com mão-de-obra contratada, 15% com os insumos e o

restante é para o gasto na unidade doméstica, em aspectos da melhoria de qualidade de vida.

Algumas decisões tomadas pelos produtores são vitais para a continuação da exploração agrícola e sobrevivência da família. E dessas necessidades os produtores de Cardoso e Dourado dos Lopes criaram alternativas que são formas de complementação ao seu sistema de produção. Dentre essas alternativas, ocorreram os casos da associação dos pequenos produtores e as experiências em "agricultura alternativa". Decisões sobre como se organizar, como "lutar contra os atravessadores" compradores de fumo, café e arroz ou vendedores de insumos em geral, trouxeram a união de um grupo que, pelo seu amadurecimento, desembocou na criação de uma associação.

Por outro lado, decisões sobre como reduzir sua dependência do meio externo nas aquisições de sementes híbridas e de adubos, assim como decisões para continuar produzindo sem diminuir, constantemente, o orçamento destinado à família levaram à busca de experiências com "agricultura alternativa". Essas ações não foram tuteladas por instituições, mas surgiram como resposta a decisão de continuar produzindo, apesar de serem considerados tradicionais, irracionais.

Aliada a essas alternativas que ainda não são comuns a todos os produtores dos dois bairros, está a prática de meia, freqüentemente usada para aumentar as produções de todos os produtores. Essa prática tem sido cada vez mais usada pelos produtores (principalmente em propriedades circunvizinhas dos

bairros), como a alternativa de conseguir o aumento do seu principal recurso: a terra. Busca-se suprir a deficiência de um fator restrito, devido às sucessivas divisões de terra por qual passaram os bairros e pelo aumento do valor, não devidamente seguido pelos preços dos produtos agropecuários.

Em ambos os bairros, essa prática é realizada conforme a capacidade da força de trabalho familiar. Os produtores sabem que a área destinada à meação está diretamente relacionada ao número de pessoas ativas da família, dando em média, mais ou menos, um membro ativo por um alqueire de terra. Em Dourado dos Lopes essa prática visa apenas aos produtos de importância no consumo das famílias, que sendo em sua maioria compostas de jovens, pais e crianças, a cada ano aumentam mais seu consumo. As decisões de se plantar mais feijão e milho, são evidenciadas no consumo dos alimentos. O primeiro entra diariamente da dieta alimentar, o segundo entra na dieta dos animais, fonte de proteína animal para a família.

Já em Cardoso, a prática de parceria agrícola é realizada principalmente para as produções de mercado, como o fumo, o boi e o café. É destinada a completar o orçamento da unidade de produção e como alternativa encontrada para que os homens, a ponto de constituir família, possam começar a ganhar seu próprio sustento. Neste caso particular, a meia é feita só em terras paternas.

Ao pai cabe decidir quanta terra ele destina à parceria, de forma que não comprometa a renda geral da unidade de produção. A ele também compete, muitas vezes, dar a opinião final sobre as iniciativas dos filhos com relação às culturas a serem plantadas.

De certa forma é preciso ter um "aceite" do pai, principalmente se o filho quiser inovar em alguma prática, tais como plantar um fumo novo ou outra variedade de café. Nesse processo de parceria entre familiares, cabe ao filho, junto do fumo ou café, plantar culturas (milho e feijão) que serão destinadas à família. E cabe a ele, também, a partir do primeiro ano, sustentar suas próprias culturas, sem dependência financeira paterna. De qualquer forma, abre-se, assim, a possibilidade dele vir a formar poupança para, futuramente, fazer sua casa e, inclusive, adquirir uma parcela de terra.

Em Cardoso e Dourado dos Lopes, observou-se que os produtores, enquanto agentes que tomam as decisões, em todos os níveis da unidade de produção e as executam com sua família, estão conseguindo alcançar seus objetivos. Dessa forma, integram trabalho, produto e consumo, traduzindo-os em certas decisões que são tomadas (e executadas) de forma coerente, assegurando a manutenção da posse da terra e a sobrevivência familiar.

Para os produtores rurais os objetivos só não seriam alcançados no caso de alguma doença na família, dado aos custos dos remédios, médicos e hospital desequilibrando o orçamento familiar, colocando em ameaça a reprodução do sistema como um todo. Neste sentido, para eles, além dos custos acima e, o comprometimento da força de trabalho familiar, seria preciso também contratar mais pessoas nas épocas de maior necessidade, aumentando ainda o déficit do orçamento da propriedade.

Apesar de afirmarem não haver excedentes monetários, os sistemas de produção desenvolvidos estão possibilitando algum

"investimento" nas propriedades. A cada ano, os produtores conseguem sobras que são aplicadas na propriedade; também aplicam na melhoria da qualidade de vida, tais como as modificações na casa, o concretar do terreiro, a aquisição da luz (e a partir dela, comprar geladeira, televisão, a picadeira de forragens elétrica [Dourado dos Lopes]), refazer e aumentar algum cafezal, construção/ampliação da casinha de fumo (Cardoso), adquirir um meio de locomoção (carro ou moto). Além disso pode-se em certos casos, adquirir-se mais *"um tantinho, uma quartinha de terra"*.

A aquisição de terra é um objetivo também importante para os produtores de Dourado pois a maioria deles são pais de famílias novas e querem legar a cada filho um mínimo de terra. Objetivo que, mesmo não sendo evidenciado através dos discursos, parece estar sendo alcançado até o momento.

Ao realizar os objetivos, através de um sistema de práticas, resultado de um processo contínuo entre decisões e ações, os produtores têm desenvolvido um sistema de produção conferindo-lhe uma lógica própria condicionada por um ambiente físico, social, político e econômico.

A apreensão da racionalidade a partir da reconstrução do sistema de práticas nos dois bairros também possibilitou clarificar as diversidades existentes que surgiram ao longo de sua evolução, ocasionadas pelas diferentes maneiras de utilização agrícola das terras, caracterizando o espaço rural. Pode-se revelar como e por que as explorações com situações iniciais aparentemente idênticas não tiveram a mesma evolução. De forma geral traduzem as diferentes

trajetórias que teve o sistema de produção inicial, desenvolvido pelos avós dos atuais produtores.

4.3. As diferentes trajetórias: uma análise das variações dos sistemas de produção

Nas conversas com os produtores, pode-se observar que a mudança é uma constante em seu dia a dia. Em primeiro lugar, porque seu meio ambiente está constantemente em mutação, e eles precisam adaptar seu sistema de produção às condições climáticas que os rodeiam. Em segundo, lugar porque a entrada de recursos no seu sistema não é uniforme, de ano para ano ela pode variar. Em terceiro, lugar pelas próprias influências dos filhos (e outros parentes) que tendem experimentar práticas novas de acordo com seu próprio conhecimento, seu modo particular de ver a realidade.

As variações, apreendidas em ambos os bairros, coexistem com a forma de organização da produção que foi denominada de principal, devido ao fato da maioria dos produtores a desenvolvê-la em suas propriedades. Para cada bairro existe um sistema principal, que foi descrito até aqui obedecendo particularidades também já observadas. Ao analisar as variações, podem-se identificar as lógicas que regem sua evolução (no tempo e espaço) e compreender que o aproveitamento dessas diversidades também foi resultado de mudanças no ambiente sócio-econômico, político e natural pelo qual

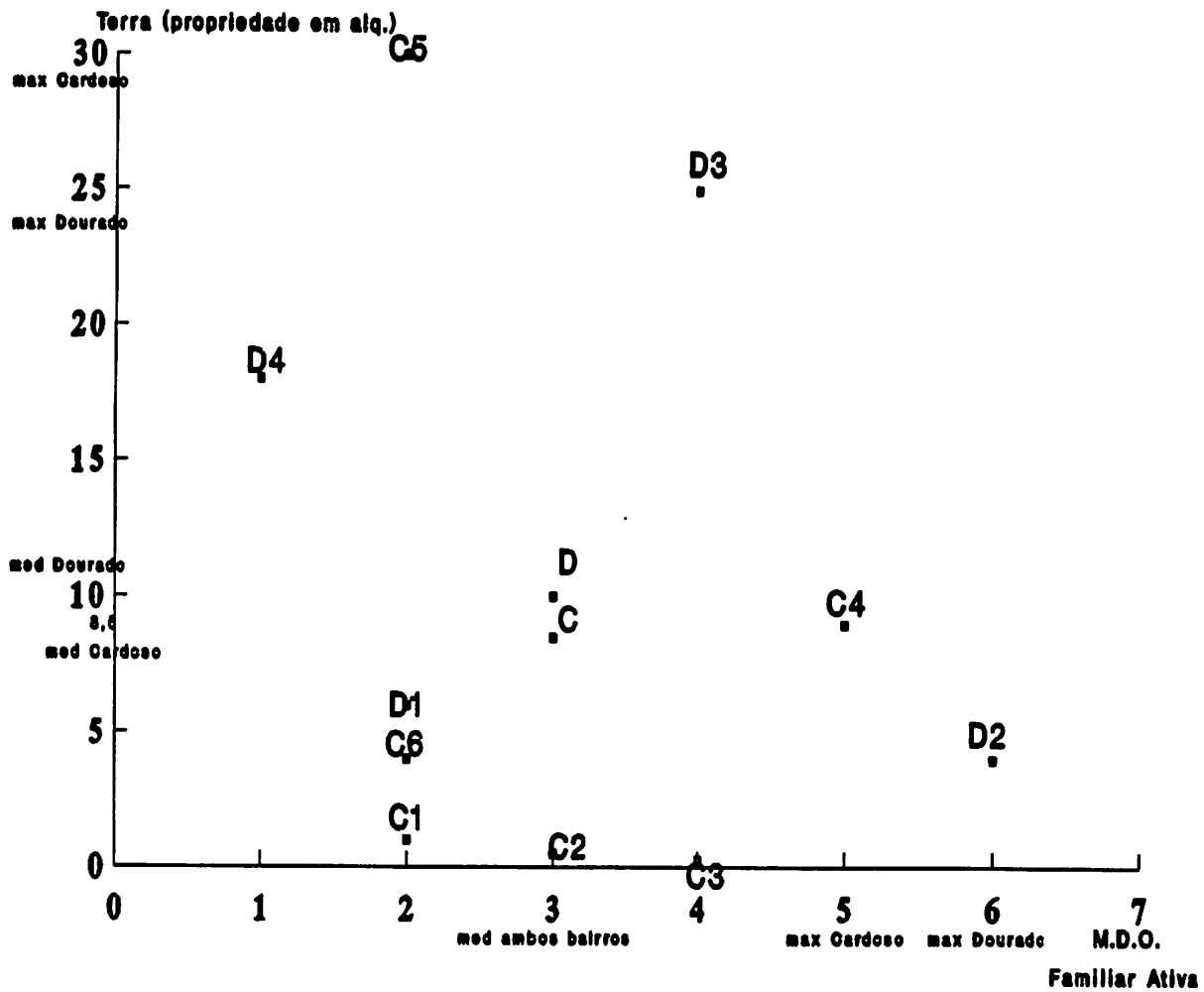
passaram os bairros.

Caracterizando as variações, as diferentes trajetórias, é possível compreender o encadeamento das decisões e ações do produtor para construir seu sistema de produção, a fim de cumprir seus objetivos a partir dos meios a seu alcance. Ou seja, compreende-se que os produtores não têm a mesma maneira de produzir, mesmo pertencendo às mesmas famílias, apesar de se inserir em um ambiente semelhante e terem passado por um processo histórico comum. O conhecimento de outras realidades, conforme CAPPILON & SEBILLOTE (1980) possibilitaria um estudo de cenários futuros fazendo surgir oportunamente a seguinte interrogação: serão estas trajetórias, essas variações, retratos de etapas e mecanismos de uma evolução das práticas do sistema predominante, utilizado como base para a maioria das unidades de produção de cada bairro?

A Figura 7 mostra onde estariam localizadas as variações, observadas em ambos os bairros, em relação ao sistema predominante. Relação esta representada pelas variáveis mão-de-obra familiar ativa e a terra (em alqueires), considerados fatores principais para os pequenos produtores.

4.3.1. Variações do sistema no bairro de Cardoso

Para o bairro de Cardoso, conforme a Figura 7, podemos ressaltar seis variações ao sistema que se procurou até aqui retratar.



Onde:

C é o sistema "predominante" em Cardoso e

C₁, ..., C₆ as variações observadas no bairro

D é o sistema "predominante" em Dourado dos Lopes e

D₁, ..., D₄ as variações encontradas no bairro

FONTE: Pesquisa de campo (1991).

FIGURA 7 - Variações ao sistema de produção analisado, suas relações em relação à terra e m.d.o. familiar ativa.

O caso C₁ é o de um sistema de produção em decadência. Representa um grupo de três famílias com idades avançadas e com reduzida força física. Por não terem filhos não podem produzir como antes. Apesar disso continuam produzindo o que eles acham que dá retorno sem muito gasto e trabalho. Produzem fumo a meia, continuam com milho e feijão, criam comumente galinhas, raramente o porco (alegando ser um animal de cuidados intenso e trabalhosos). Poucas vezes usam o adubo e um entre eles continua a plantar "morro abaixo", porque sendo ele quem mesmo capina suas terras acha mais fácil desta maneira.

Os produtores dessa trajetória afirmam que o fato de não terem filhos foi a razão principal de não terem caminhado como os outros produtores. Possuem somente a terra que lhes foi destinada por herança, conseguindo sobreviver com o que produziam nesta terra. O recurso de produzir fumo a meia deve-se ao fato de não conseguirem cumprir as tarefas finais, de fazer o rolo e cuidar da cura. Todavia o volume da produção não possibilita manter o orçamento doméstico, levando-os a trabalhar como mão-de-obra contratada na colheita do café de seus parentes do bairro.

O caso C₂ é o dos sucessores (filhos herdeiros) sem terras, mas que conduzem unidades de produção nas terras paternas. Cultivam o café e o fumo, porém em menor área, pois muitas vezes são áreas em pousio ou que servem de pastos. Ao filho é permitido construir uma casa no terreno quando este constitui família. Em contrapartida, ele e sua família ajudam ao pai na hora de maior necessidade de mão-de-obra.

Nesta variação, o produto obtido não possibilita ao filho sustentar sua família apenas com as lavouras de fumo e café. Não há garantia de continuidade ao final de cada ano. Sempre com seu orçamento estrangulado, resta apenas ao produtor procurar novas saídas, como o assalariamento de sua família na época da colheita de café, e o seu em épocas que não necessite estar presente na propriedade. Esse agente pode atuar profissionalmente em outras atividades, tais como ajudante de pedreiro ou mesmo como pedreiro, seja na cidade ou nas redondezas do bairro.

A decisão em buscar alternativas de sobrevivência leva ao aparecimento de novas experiências no bairro, como a criação de abelhas, que requer pouco espaço, pouco dispêndio de tempo, pouca mão-de-obra e o custo de sua implantação é baixo, uma vez que o próprio produtor pode fazer as caixas de criação. Essa alternativa foi buscada pelo produtor uma vez que ele pode então permanecer em "sua" propriedade, cuidando de aumentar suas lavouras e principalmente assegurar um orçamento doméstico que não sacrifique sua família.

O C₃ trata-se de dois produtores, com quatro membros familiares ativos cada, que não possuem terra para produzir, apenas uma área onde foram estruturadas a casa e outras instalações. Seu sistema de produção é edificado nas terras de outros produtores, ou seja, eles produzem a meia todas as roças de que necessitam e também as lavouras de fumo e café. No bairro, eles cumprem um papel importante como mão-de-obra que dará suporte aos produtores do caso C₁ e aos produtores que ainda não têm sua mão-de-obra familiar

(masculina) apta para lidar com a finalização da cultura do fumo. Com todos esses produtores eles produzem a meia. Apesar de não possuírem terras, observou-se que a qualidade de vida de suas famílias tem melhorado; eles também possuem luz, terreiro de cimento, etc.

O C₄ é um caso especial dentro do bairro de Cardoso. Trata-se de um produtor que, após a década de 70, diferenciou-se dos demais devido à incorporação de tecnologias agrícolas levadas pelo serviço de assistência técnica como parte do processo de modernização da agricultura. A produção total está além da média do bairro, com volumes de 190 sacas de café e 300 arrobas de fumo, oportunizadas pelo recurso ao crédito rural. Esse produtor cultiva café, milho e fumo à meia, em suas terras e em terras de outros. É um produtor que está se capitalizando bastante, chegando a contratar durante as colheitas muita mão-de-obra, inclusive em sua maioria de fora do bairro.

A decisão de sempre buscar crédito é vista com certa desconfiança pelos outros produtores, pois já ocasionou a ele perda significativa de terras e só agora está conseguindo se refazer. Conforme alguns produtores, sua permanência em fazer sempre crédito rural o levará à ruína, pois ele torna-se dependente do banco, não mais decide sozinho, suas decisões estão atreladas aos técnicos do banco e da EMATER. E citam o exemplo ocorrido no decorrer da pesquisa, de que ele perdeu 190.000 cruzeiros, de um dia para o outro, isso devido à venda antecipada de sua produção de café para saldar a dívida com o banco. Desfazendo-se de todo o café de uma

hora para outra, restou apenas o fumo (ainda verde) para garantir novas entradas ao orçamento da unidade de produção, fazendo com que ele buscasse novo crédito.

É um produtor em que seu processo de decisão e ação tenderia a uma crescente complexidade: quanto mais ele aumenta sua produção mais ele precisa de mão-de-obra (contratada), ficando por sua conta a direção e as decisões. Esta complexidade se desfaz quando ele começa a perder parcelas de terra, retornando, novamente, para as suas mãos e de sua família suas decisões e ações de todo processo produtivo.

Finalizando, os casos C₅ e C₆ tratam de dois produtores de gado no bairro. O caso C₅ é de um casal de irmãos produtores que possuem apenas gado, vivem da venda do leite e de negocinhos com gado. Suas terras são pastos nativos e de braquiária. Seu sistema de produção foi montado para que eles pudessem tocá-lo sozinhos, pois são ambos solteiros. Cultivam apenas o suficiente para sua sobrevivência e não possuem nem café, nem fumo.

Já o C₆ trata-se de um sucessor que possui terras compradas a suas próprias custas com produções em terras paternas, e que começa a desenvolver um sistema de produção onde mesclam-se as culturas tradicionais do bairro e uma criação de gado diferente da tradicional, do pasto e sal.

Por possuir pouca terra, este produtor organizou sua unidade de produção de forma que ela pudesse conter pastos de braquiárias, nativos e além das culturas tradicionais, uma área de forrageira com cana e capim. Este produtor tenta conciliar café,

fumo com a criação (doma) de animais para carro e/ou arado, que ele vende ou aluga, ou seja, um recurso a mais para aumentar seu orçamento.

Sempre "lidando" com animais ele constatou que chegando a época da seca seus animais caíam de produção, enfraqueciam muito para uma época de grande necessidade de transporte das colheitas do bairro. Somava-se a isto a grande procura por esses animais na região, e o baixo suporte que suas pastagens tinham, não podendo ele adquirir mais de uma boiada por vez. Em suas viagens para adquirir animais novos, não domados, ele conheceu a braquiária e a implementou na sua propriedade, longe das áreas de culturas. Continuou com um pouco de pasto nativo, pois ainda pratica o sistema de pousio de seus ancestrais, porém em áreas menores e em menos tempo (2 ou 3 anos). Também agora, junto da cana e do capim aparecem a trituradeira de forragem (elétrica) e o cocho para o trato das boiadas.

Sua intenção é ter sempre em sua propriedade duas boiadas, uma quase domada, nos serviços que ele aluga para o outros produtores, e outra recém comprada ou começando a doma. É um serviço, de acordo com ele, lucrativo. Por lidar constantemente com os animais ele sabe quando pode vender a boiada bem domada (bem mansa) e sabe, principalmente, seu valor, que muitas vezes é o dobro das boiadas não domadas. O que lhe possibilita sempre estar guardando ou investindo a outra parte do dinheiro na propriedade. Suas culturas, de café, fumo, milho, feijão são também praticadas, e contrariamente ao bairro, são elas que vêm como complemento ao

gado. Por ser sua família ainda nova, as lavouras são sempre praticadas a meia com seus irmãos ou pai, em suas terras ou nas deles.

Essas trajetórias relatadas aqui podem estar mostrando os vários caminhos que os produtores têm e terão para continuar produzindo. Entre os produtores desse bairro e de Dourado dos Lopes observam-se as mesmas preocupações, na procura de "algo" que viria complementar o orçamento da unidade de produção. As observações evidenciam que o assalariamento é um denominador comum aos dois bairros e é praticado por produtores com famílias mais numerosas, que possuem pouca quantidade de terra (comparativamente ao número de membros da família).

4.3.2. As variações do sistema no bairro de Dourado dos Lopes

Para o bairro de Dourado dos Lopes podemos evidenciar, pela Figura 7, quatro variações ao sistema que se procurou até aqui descrever.

O caso D₁ trata do produtor (com uma família bastante jovem) que possui suas terras também fora do bairro. Nestas terras ele concilia no mesmo espaço três culturas: café, feijão e banana. O cultivo da banana oportunizou-se devido à fertilidade de suas terras, da necessidade de melhor aproveitar sua área e, principalmente, aumentar a renda mensal, que antes era basicamente da

produção de leite.

Ao plantar duas culturas que exigem tratos, como o feijão e o café, o produtor optou por uma cultura não exigente em mão-de-obra. Tendo um capão de bananas nesta mesma área, ele apenas o distribuiu nas linhas do café, homogeneizando a cultura. Devido à fertilidade desta área, ele também consegue cultivar a banana maçã, diferentemente dos produtores do seu bairro que só estão conseguindo produzir (e começando a sua produção) a banana prata. Por cultivar estas duas variedades, ele consegue produzir o ano todo, pois quando uma está madura, a outra está verde. Chega a retirar em meses ruins 250 kg de bananas e em bons mais de 500 kg de bananas. Possivelmente, a banana prata tende cada vez mais se tornar um produto importante para o bairro, visto que em outros bairros circunvizinhos ela já é um produto que vem fornecendo recursos ao sistema ali desenvolvido (tornando a cidade de São João da Mata uma cidade também conhecida como um grande entreposto de distribuição de bananas no eixo São Paulo-Belo Horizonte).

Este produtor, diferentemente dos outros, possui um intenso comércio com S.J. da Mata. Um comércio de pequenas coisas, excedentes em geral. Em suas conversas, observa-se uma preocupação com este seu mercado consumidor, formado em sua maioria por donas-de-casa. Esta preocupação o leva a cuidar inclusive de uma apresentação de seus produtos como no caso de frangos caipiras, que procura vender novos, mais pesados e principalmente com a pele bem amarela. Inclusive, começa já na escolha do galo a ser deixado no terreiro e nos ovos a serem chocados (os mais pesados).

O caso D₂ é de um produtor que possui pouca terra para toda a sua família trabalhar. Após esta dedicar-se ao plantio das culturas para sua subsistência, o pai e os filhos, passam a dedicar-se à fabricação de rapadura, no único engenho do bairro. Essa fabricação começa com a cana cultivada na própria propriedade, depois passa para os canaviais das pessoas do bairro e redondezas. Para esses, a produção é a meia, dividindo-se pela metade a produção de rapadura com o dono do canavial. O engenho praticamente funciona mesmo na época da seca, quando o produtor está mais desocupado, principalmente porque seu cafezal é pouco e ainda novo. Após o final da produção de rapadura, a propriedade não utilizará toda a mão-de-obra disponível, restando a alguns membros o assalariamento na construção de casas, ou em alguma oficina em S.J. da Mata.

O caso D₃ é de um produtor que possui mais terras e capital que outros proprietários do bairro. É um agricultor que usou bastante o crédito rural e a assistência técnica local, cercando suas terras, comprando mais terras, adquirindo matrizes holandesas puro-por-cruza... Moldando nas décadas de 70/80 seu sistema de produção.

Mas, como comenta ele, quando observou que começava a perder o controle do seu processo produtivo: "a EMATER tava começando dar muitos parpites", e principalmente, quando começou a perder o controle sobre suas dívidas, largou o banco e a assistência para "tocar a propriedade sozinho".

É um produtor que, hoje, além do arroz, café, milho,

feijão, já quase especializou seu gado na produção de leite, com um cruzamento constante com animais da raça Holandês. Todavia, por achar que a mortalidade dos bezerros estava aumentando e os gastos em remédios também, ele optou por introduzir o Gir, como solução para os seus problemas. Ele mantém constantemente 16 vacas em lactação o ano todo, conseguindo isso através de uma alimentação "adequada", que inclui sempre algum tipo de concentrado e também da compra e venda constante de animais.

Sua produção de leite entregue ao laticínio de S.J. da Mata era de 60 litros/ordenha da manhã (na época da pesquisa). Sendo que o leite da tarde é para confecção de queijos que também são para venda. Quem cuida dos animais é basicamente sua esposa, que trata, ordenha, enfim, realiza esta produção. Sua preocupação em diminuir custos de seu sistema de produção é demonstrada na compra coletiva de insumos, na formulação de "ração" e adubos na própria propriedade e por fim na procura de novas formas de produzir como uso de adubação verde, experimento de adubos diferentes nas culturas, etc.

E, para terminar, o caso D₄ é um caso especial. É um produtor que possui terras (18 alqueires) e de idade muito avançada, não podendo mais dedicar-se a agricultura, só a criações de porco e aves. Possuindo bastante terras, ele as arrenda para seus filhos e genros, quando se trata da cultura de milho e feijão. Estes pagam a ele com 1/3 da produção. E quando se trata do cultivo na várzea, seja para arroz, milho e feijão, ele dá à meia. Esta atitude vem dele ser ainda um produtor, um dono de terras que

precisa pagar impostos e ter principalmente uma renda própria para seu sustento e de seus animais. A concessão de se plantar em suas terras está ligada ao seu interesse, principalmente à cultura de milho e de arroz. Uma para consumo interno, a outra para o mercado.

Mesmo não produzindo, este produtor continua ativo e participando de uma ou outra atividade na propriedade, principalmente na venda dos produtos feita por ele mesmo. Devido ao fato de suas necessidades serem poucas, ele é de certa forma o engordador de porco do bairro; sua ceva conta sempre com 3 ou 4 porcos que são comprados fora do bairro, engordados e depois vendidos para o bairro.

De maneira geral, essas variações (como as de Cardoso) mostram o que os produtores estão procurando fazer para assegurar sua sobrevivência e de sua família. Cada uma delas aparece de necessidades particulares, mas que sempre retêm o mesmo objetivo. Muitas vêm de produtores mais jovens, com famílias novas, ou ainda sem, mas que querem sempre um pouco mais que os seus pais tiveram, buscando melhorar sempre a qualidade de vida de suas famílias.

4.3.3. As variações das trajetórias e as transformações das práticas e dos sistemas de produção

As variações observadas nos bairros de Cardoso e Dourado dos Lopes evidenciam transformações em algumas práticas agrícolas

e administrativas, que surgem de condições específicas de cada bairro, da história de vida de diferentes produtores. São transformações que ora podem representar essas práticas como alternativas a serem seguidas, ora representam claramente cenários futuros dos sistemas de produção estudados.

Através do aproveitamento de condições específicas próprias, alguns produtores têm desenvolvido novos processos produtivos, novas práticas que são incorporadas face às mudanças do meio em que a unidade produtiva esta inserida.

Os produtores ao se depararem com problemas de falta de mão-de-obra ativa nas suas unidades de produção optam pela transformação de práticas, como forma de manutenção do seu grupo familiar.

Um agricultor ao ter conhecimento de que sua terra possui fertilidade diferente das demais, e por isso possibilita a produção de bananas (principalmente a variedade maçã), o faz explorar, numa mesma área três culturas, café, feijão e banana, otimizando o trabalho familiar, assim como o uso de sua terra e os insumos requisitados pelo café. Este novo cultivo, fornece ao agricultor uma outra fonte de renda mensal, que não só o leite.

Ou ainda, pelo conhecimento prático dos potenciais e problemas do cultivo do café, do fumo e da criação animal, fazem que outro produtor opte pela criação animal, dado que esta requisita menos esforço de trabalho. O fato de estar inserido em um mercado ativo de compra, doma e venda de boiadas-de-carro, possibilita a observação da crescente procura por esses animais e

a decisão de aumentar sua produção de boiadas domadas. Sua vivência junto às práticas desta criação no bairro que se baseiam em uma criação extensiva, faz com que este agricultor opte por utilizar uma pastagem artificial e pelo trato dos animais, buscando assegurar uma oferta, quase constante de animais, adequada às suas necessidades de renda monetária.

Contudo, existem variações em ambos os bairros que mostram mudanças nas práticas agrícolas e administrativas, devido ao fato do produtor estar idoso e não possuir descendentes para dar prosseguimento a suas produções. São variações que evidenciam a "decadência" do principal recurso dos sistemas: a mão-de-obra familiar. Vinculada à sua "decadência" estaria também o declínio da própria unidade de produção e do processo administrativo, que antes possibilitava a existência do sistema de produção.

Essas variações, entretanto, elucidam práticas administrativas semelhantes com o intuito de assegurar a sobrevivência do produtor. Nos bairros, alguns produtores idosos além de permitirem que em suas terras haja produções por parceria, também vendem sua força de trabalho para completar o orçamento de sua unidade de produção.

Há, também, a trajetória do produtor integrado ao sistema baseado na assistência técnica e no crédito rural. Ora indo muito bem, capitalizando-se, comprando terras, contratando mão-de-obra, adquirindo mais insumos... e não mais conseguindo controlar sozinho todo o processo produtivo, perdendo aos poucos o controle sobre seu sistema. Ora vendendo terras e afastando-se do crédito e da

assistência técnica, voltando a ter controle sobre seu sistema, e sua família retornando a ser a grande executora de suas decisões.

Não querendo a instabilidade de quem depende de bancos e da assistência técnica estatal, outros produtores optam por continuar a manter o controle de seus sistemas de produção, a propriedade da terra e não ter que, de repente, assalariarem-se totalmente como bóias-frias, ajudantes de pedreiro ou de mecânico.

As variações das trajetórias existentes nos bairros de Cardoso e Dourado possibilitam aos produtores conhecer e compartilhar diferentes modos de gerir uma propriedade. Para eles, tais não mostram cenários futuros concretos, mas conforme alguns relataram, comprovam a possibilidade do uso de novas práticas em seus sistemas de produção.

Essas práticas, enquanto formas de assegurar a sobrevivência da família e a propriedade da terra, permitem aos produtores antever caminhos que poderão ser seguidos ou evitados. Mas, como eles mesmos afirmam, nunca poderão ser imitadas totalmente pois variam conforme condições específicas de cada produtor.

Todavia, por morarem nestas terras, desde o começo do século (ou até antes), e por formarem uma comunidade, os produtores de ambos os bairros têm procurado, cada vez mais, soluções conjuntas. Soluções que surgem das suas próprias experiências de quem sempre viveu em contato com a natureza. De seus conhecimentos denominados empíricos que os levam a conhecer melhor do que ninguém seus recursos, a potencialidade de sua força de trabalho familiar, de quem sabe que isso ou aquilo é necessário porque é ele mesmo

quem o faz.

Soluções também que estão sendo compartilhadas por outros pequenos produtores de outros bairros do município, e até de municípios circunvizinhos. Soluções que os têm conduzido a uma união tal que, ao término da pesquisa de campo, o grupo da associação tinha em uma de suas atividades a exportação de café para a Europa. Café que será vendido diretamente dos produtores daqui para o torrefador de lá, tudo garantido por uma entidade internacional que tem como fim fomentar pequenos produtores de café do terceiro mundo. Mas que os deixam apreensivos, frente a um novo problema: a "papelocracia" brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho representa uma alternativa de compreensão da administração rural presente nas unidades de produção rural. Os estudos em administração rural, ao desconsiderar a heterogeneidade da realidade agrícola brasileira e ao adaptar teorias produzidas para organizações urbano-industriais, têm colocado à margem formas consideradas mais "tradicionais" e "irracionais" de produção, entre elas, a pequena produção rural.

A base empírica da pesquisa foi constituída pelos sistemas de produção dos bairros rurais de Cardoso e Dourado dos Lopes, no município de Poço Fundo (MG). Procurou-se compreender o processo de evolução e mudanças dos sistemas de produção atuais, compostos de práticas agrícolas remanescentes dos sistemas denominados de antigos e demais práticas inerentes ao processo de transformação da agricultura.

O processo de reconstrução dos sistemas antigos e de suas transformações foi efetivado através de histórias de vida das populações de ambos os bairros. Essa reconstrução possibilitou a

identificação das práticas agrícolas e práticas administrativas e permitiu a apreensão da evolução dessas práticas dentro de um contexto mais amplo, ou seja, permitiu associar a realidade interna das unidades de produção dos bairros com os processos sociais marcados por um ambiente político, social, econômico e geo-ecológico.

As diferentes bases geo-ecológicas e realidades agropecuárias dos bairros estudados favorecem a observação de formas diferentes de intervenção na realidade por parte da população, com os sistemas de produção diferenciando-se em muitos aspectos. Os sistemas de produção antigos em Cardoso são resultado de um conjunto de práticas em que a produção de subsistência, da cana, do fumo e café e a criação de gado se combinaram em uma região de relevo montanhoso, acidentado. Enquanto que os sistemas de Dourado dos Lopes foram formados em uma região de muitas várzes e eram baseados na produção de arroz e também de cana, culturas de subsistência e gado.

As transformações sócio-econômicas conduziram a processos de ruptura com mecanismos semelhantes para as duas realidades. Os fundamentos desta transformação são constituídos pela transposição do capitalismo no campo, com o Estado como grande elemento dessa difusão. Apesar das diferentes origens e diferentes características dos sistemas, houve traços semelhantes na transformação ocorrida nos dois bairros, como a crescente presença das lavouras comerciais de café, registrando de forma nascente o processo de mudanças.

A permanência de características dos sistemas antigos

associados aos sistemas atuais evidencia um confronto de racionalidades. Este confronto presente nas práticas verificadas nos dois bairros é resultado da ação do Estado, da Igreja e dos produtores rurais. E constitui-se em um elemento básico para a observação dos limites teóricos da interpretação de processos administrativos na pequena produção.

Constataram, de um lado, pressões e processos socio-econômicos que conduziram os produtores rurais para uma situação em que prevalece a decisão sobre a ação, a prática administrativa sobre a prática agrícola, a racionalidade formal sobre a material, a separação entre a unidade de produção e a unidade familiar. Situação originada da integração ao complexo agro-industrial, fato observado pelas suas interferências no sistema de comercialização do café, no sistema de produção e comercialização do fumo, na dependência inerente de sementes e adubos e nas exigências de especialização dos rebanhos, situação que também evidencia a interferência do Estado, como se pode perceber pelo papel das organizações governamentais nos processos de transformações e nas políticas agrícolas.

Por outro lado, observam-se práticas e concepções que estão presentes nas análises e comentários dos produtores envolvendo uma integração entre decisão e ações, práticas agrícolas e administrativas, agentes e organizações, famílias e propriedades rurais. Esta integração favoreceu a recuperação de conhecimentos do passado como defesa cultural, perceptível pelas práticas de resgate das variedades puras de milho, da tentativa de produção de novos

animais para tração, dos mecanismos de divisão sexual e familiar do trabalho.

A observação da realidade e a reconstrução histórica efetuada permitiram a identificação de processos administrativos marcados por um confronto de racionalidades. Analisar este confronto implica apreender processos administrativos sob uma ótica não constante de teorias e tendências teóricas.

Constata-se, na evolução dos sistemas antigos para os sistemas atuais, um campo de observação que resulta na indissociabilidade entre família e propriedade, trabalho-produto e consumo, decisões e ações. Em Cardoso, apesar do aumento da cultura de café e da dobradinha com o fumo, comprova-se sempre a preocupação em primeiro lugar com as culturas das roças, o milho e o feijão, produtos principais para a sobrevivência das famílias. Em Dourado, mesmo com a introdução do café, verificam-se as mesmas preocupações, com as roças sempre ocupando as terras melhores das propriedades. Para os produtores de ambos os bairros é a pessoa que trabalha na execução das diversas tarefas quem deve ter o poder de decidir, porque a decisão deve ser baseada no conhecimento da realidade agrícola e na prática cotidiana.

A apreensão da indissociabilidade é uma constatação na pequena produção enquanto caso limite de especificidade de processos administrativos, o que seria o *locus* do polo extremo das limitações da transformação de teorias da Ciência das Organizações voltadas à compreensão da realidade urbano-industrial para a realidade rural.

A análise da realidade permitiu, finalmente, identificar elementos essenciais para definir trajetórias das unidades de produção de ambos os bairros; verificar que os sistemas de produção se transformam de acordo com os objetivos dos produtores e conforme os resultados almejados pelo sistema família-unidade de produção e apreender que a racionalidade administrativa está presente nas diferentes trajetórias.

O estudo das trajetórias representa uma comprovação da complexidade das organizações rurais e permite aplicações em realidades distintas como forma de compreensão em vista de intervenções, visando transformações ou permanência de processos administrativos associados a transformações de processos de produção.

As intervenções que visam a transformação da agricultura regional não podem ser resumidas às técnicas, nem a formulações de práticas administrativas, sem que se considere os tipos de trajetórias das unidades de produção.

Assim, a produção científica deveria aprofundar as reflexões sobre as especificidades dos processos racionais em organizações rurais. As discussões teóricas com base em estudos de sistemas de produção diversificados, em suas diferentes trajetórias e no processo decisão-ação, parecem ser algumas das vertentes desta perspectiva de estudos para a Ciência das Organizações.

RESUMO

Esta pesquisa compreende um estudo de Administração Rural a partir da identificação sistemática de decisões e ações enquanto categorias elementares à Ciência das Organizações. Elas estão presentes em um processo único onde decidir e agir constituem parte de um todo, que permite revelá-las como fatores de impulsionamento dos sistemas de produção e como frutos de uma sucessão de práticas agropecuárias e administrativas marcadas pela realidade sócio-econômica, política e inclusive geo-ecológica, em que estão inseridos os produtores, as suas famílias e as unidades de produção.

Trata-se da apreensão da racionalidade administrativa presente em organizações, fundamentada no trabalho familiar, localizadas nos bairros rurais de Cardoso e Dourado dos Lopes no município de Poço Fundo (sul de Minas Gerais). Buscou-se identificar lógicas dos sistemas de produção, marcados pela associação da cafeicultura com diversas atividades agropecuárias.

A partir de histórias de vida de pequenos produtores

agrícolas, reconstruídas em 21 entrevistas semi-estruturadas, constatou-se a organização de sistemas de produção em função do ambiente que os circunscrevem. As racionalidades desenvolvidas no sentido de ajustamento dos recursos (humanos, materiais e ambientais) através de sistemas de produção envolvem, necessariamente, orientações baseadas na visão da propriedade como um todo e de um completo sistema de interrelações que vão determinar as produções agropecuárias.

Constatou-se que a gestão das unidades de produção misturava-se com a organização da vida familiar. Os objetivos da produção e da família confundem-se e se conciliam no fim comum que é a subsistência e reprodução familiar. Verificou-se, igualmente, as bases de novas formas de produção pela harmonização de conhecimentos adquiridos através das gerações passadas e, novos conhecimentos que provém de modernização capitalista no campo ao movimento das comunidades eclesiais de base. Trata-se de uma situação de confronto e adaptação de conhecimentos que tem resultado em testes de novas experiências que vão da formação de uma associação de pequenos produtores até experiências em agricultura alternativa.

Através de um saber contínuo de observação e análise pode-se concluir pela validade do processo de reconstrução de práticas agrícolas e administrativas como condição para compreensão de processos administrativos em unidades de pequena produção rural. Os pequenos produtores são atores conscientes que selecionam seus próprios critérios de decisão e ação, construindo um modelo que está representado pelo sistema de produção analisado e pelas

diferentes trajetórias observadas.

As trajetórias aparecem como resultado de condições específicas de cada produtor em cada bairro. A estruturação de trajetórias permite validar a aplicação desse método como condição preliminar para intervenções visando transformações da agricultura ou de processos administrativos em unidades de produção de uma dada região.

SUMMARY

This research aims at studying rural administration by means of systematic identification of decisions and actions, which are considered as elementary categories of the Science of the Organizations. Decisions and actions are components of the same procedure. This factor allows to show them as factors of production systems propulsion, as well as a result of a succession of agricultural and administrative practices marked by the social, economical and political reality in which producers, their families and production units are inserted.

This is concerned to the apprehension of the administration rationality, which is present in organisations which are based on familiar labour and located in the rural communities of Cardoso and Dourado dos Lopes in the county of Poço Fundo (southern Minas Gerais state). We try to identify farming systems logics, which are marked by association of coffee with other cattle raising and agricultural activities.

From the life history of small farmers reconstructed by

means of 21 semi-structured interviews, it was verified that farming systems organisation was deeply connected to environment they are placed on. Rationalities which are developed as resources adjustments __ either human, material or environmental ones __ by means of farming systems necessarily involve orientations which are based on the idea of the farm as a whole and a complex systems of inter-relations that will determine the agricultural and cattle raising production.

It was verified that farm administration is mixed up with the organisation of the family's life. Production and family goals are mixed up and harmonized on the final goal of reproduction and maintenance of the family. It was also verified the basis for new ways of production by means of the harmonization of the past generations knowledgement and new information the ranges from the capitalist modernization in the agriculture to the religious movements as the "Comunidades Eclesiais de Base __ (CEBs)". This is a situation of confrontation and adjustment that results on the selection of new experiences that involve aspects such as the constitution of a farmers association as well as experiments in alternative agriculture.

Through a continuous knowledgement of observation and analysis it is possible to conclude for the validity of the reconstruction process of administrative and agricultural practices as a condition for understanding the administrative procedures in small rural production units. The small farmers are conscious sectors that select their own decisions and actions criteria, and

establish a specific model of production. This model is represented by the analysis of the farming system and the different observed trajectories.

The trajectories appear as a result of especific conditions of each producer in each community. The trajectories organization makes it possible to validate the application of this method, as a preliminar condition for interventions which aim at transformations in both agricultural and administrative procedures on the production units of a specific region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADANT, P. **Formação dos pequenos e médios produtores para gerência de empresas agrícolas.** Brasília, EMBRATER, 1987. 26p.
2. ALENCAR, E. & MOURA FILHO, J.A. **Unidade de produção agrícola e administração rural. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, 14(157):25-9, 1988.**
3. ALTIERE, M.A. **Agroecologia; as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro, P.T.A./FASE, 1989. 290p.
4. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Economia mineira - 1989; diagnóstico e perspectivas.** Belo Horizonte, 1989. v.3, t.1-2, 335p.

5. BARNARD, C.S. **Farm planning and control**. 2.ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1979. 549p.
6. BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**; tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1985. 247p.
7. BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo, Hucitec/Ed. Polis, 1987. 141p.
8. BROSSIER, J.; CHIA, E. & MARSHALL, E. **Quella gestion de tresorerie pour les agriculteurs**. **Annales des Minas**, Paris, (12):41-55, Sept. 1988.
9. ———; ———; ——— & PETIT, M. **Recherches en gestion: vers une thorie de la gestion de l'exploitation agrícola**. In: BROSSIER, J.; VISSAC, B. & LE MOIGNE, J.L. **Modelisation systemique et systeme agraire; decision et organization**. Paris, INRA, 1990. p.65-91.
10. BROSSIER, J. & PETIT, M. **Pour une typologie des exploitation agricoles foundee sur les projets e les situations des agricuteurs**. **Economie Rurale**, Paris, 6(122):31-40, 1977.

11. CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** 7.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1987. 284p.
12. CAPILLON, A. **Connaitre la diversité des exploitations: un prealable a la recherche de références techniques régionales.** **Agriscopes-Automne**, Paris, (6):31-40, 1985.
13. ————. **Jugement des pratiques e fonctionnement des exploitations.** In: JOLLIVET, M., ed. **Pour une agriculture diversifiée. Arguments, gestions, recherches.** Paris, L'Harmattan, 1988. p.124-40.
14. ———— & SEBILLOTTE, M. **Élude des systemes de production des exploitations agricoles: une typologie.** In: SERVANT, J. & PINCHINAT, A. **Caribbean seminar on farming systems research methodology.** Point-à-Pitre, F.W.I., 1980. p.85-107.
15. CHIAVENATTO, I. **Teoria geral da administração.** 3.ed. São Paulo, McGraw Hill, 1987. v.2, 605p.
16. CRISTOFINI, B.; DEFFONTAINES, J.P.; RAICHON, C. & DE VERNZUIL, B. **Pratiques d'élevage en Castagniccia. Exploration d'un milieir natural et social en Corse.** **Etudes Rurales**, Paris, Juil/Dec. 1978. p.89-109.

17. DAMAIS, G. **Algumas considerações teóricas sobre el conceito de sistema de produccion.** Héredia, s.ed., 1987. 17p. (Mimeografado).
18. DEFFONTAINNES, J.P. **Analyse du paysage et étude regionale des systèmes de production agrícola.** *Economie Rurale*, Paris, 93:3-13, Sept./Dec. 1973.
19. ——— & RAICHON, C. **Système de pratiques et terroir. Moyens d'analyse d'une agriculture régionale.** *Economie Rurale*, Paris, 142:30, Juin 1981.
20. DUFUMIER, M. **Systèmes de production et developpement agricole dans le "Tiers-Monde".** *Les Cahiers de la Recherche - Developpement*, Paris, (6):31-8, 1985.
21. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS. **Plano municipal de assistência técnica e extensão rural; período programático 91/92.** Poço Fundo, 1991. 21p. (Mimeografado).
22. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estruturação operacional; modelo, estratégia e diretrizes de trabalho.** Brasília, 1975.

23. ESCOSTEGUY, C. Política agrícola; o caso da pesquisa agropecuária e da extensão rural. *Boletim CRIAC*, Ijuí, 3(43):-42-63, out./nov. 1985.
24. ETGES, V.E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.** São Paulo, USP, 1989. 246p. (Tese MS).
25. FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1973. 345p.
26. FRANCIS, C.A. Biological efficiencies in multiple-cropping systems. *Advances in Agronomy*, San Diego, 42:1-37, 1989.
27. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário; Minas Gerais.** Rio de Janeiro, 1970.
28. ————. **Censo Agropecuário; Minas Gerais.** Rio de Janeiro, 1980.
29. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico; Minas Gerais.** (VII recenseamento geral do Brasil; 1960). Rio de Janeiro, 1963.

30. ————. **Censo Demográfico; Minas Gerais (IX recenseamento geral do Brasil, 1980).** Rio de Janeiro, 1982.
31. ————. **Sinopse estatística do município de Gimirim.** Rio de Janeiro, 1948. p.10-34.
32. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais & Grupo de Cooperação Técnica Alemã. **Sul de Minas; um potencial para interiorização do desenvolvimento - Análise.** Belo Horizonte, 1978. 312p.
33. GARCIA JR., A.R. **O sul: caminho do roçado; estratégias da reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo, Marco Zero, 1989. 285p.
34. GODELIER, M. **Rationalité & Irrationalité en économie.** Paris, PCM, 1983. 2v.
35. LANDAIS, E.; DEFFONTAINES, J.P. & ABENOIT, M. **Les pratiques des agriculteurs point de vue sur un courant nouveau de la recherche agromonique.** In: BROSSIER, J.; VISSAC, B. & LE MOIGNE, J.L. **Modelisation systemique et systeme agraire; decision et organisation.** Paris, INRA, 1990. p.31-64.

36. LIMA, J.B. **Decisão e ação: categorias elementares para o estudo das organizações rurais.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 13, São Paulo, 1989. **Anais...** Belo Horizonte, MGSP editores, 1989. v.2. p.1239-44.
37. ———. **Objeto da administração rural.** Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 12(9):251-7, set./out. 1982.
38. ———. **Situações administrativas e a complexidade dos processos de decisão-ação.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 15, Belo Horizonte, 19~~8~~⁹1. **Anais...** Belo Horizonte, MGSP editores, 1991. v.5. p.3~~2~~³-41.
39. LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital; produção familiar e acumulação.** Campinas, UNICAMP, 1989. 231p.
40. LUKÁCS, G. "Prefácio". In: HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana.** 2.ed. Barcelona, Península, 1987. 418p.
41. MAINWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil; 1916-1985.** São Paulo, Brasiliense, 1989. 300p.

42. MALASSIS, L. Quelques reflexions sur l'étude des systemes sociaux de production agricole. **Journies Recherche Developpement**, Mont Pellie, Sept./82. 8p.(Mimeografado).
43. MENDES, A.G. & MORAES, J.R. Características gerais do setor agrícola na região sul de Minas. In: NABUCO, M.R. **Ensaaios econômicos, Cedeplar-4**, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1990. p.155-70.
44. MOURA, M.M. **Os sitiantes e a herança**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1973. 87p. (Tese MS).
45. MOURA FILHO, J.A. Breves notas críticas sobre administração rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, 1(1):1-8, jan./jul. 1989.
46. MUELLER, G. Estado e classes sociais na agricultura. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 12(2):95-110, ago. 1982.
47. NABUCO, M.R. Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura. In: NABUCO, M.R. **Ensaaios econômicos - Cedeplar 4**, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1990. p.185-202.

48. NABUCO, M.R. & LEMOS, M.B. A rota do capital agrícola em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, Diamantina, 1986. **Anais...** Belo Horizonte, Cedeplar-/UFMG, 1986. p.183-98.
49. NASCIMENTO, K.T. A revolução conceptual da administração: implicações para a formulação dos papéis e funções de um executivo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 6(2):1-15, abr./jun. 1972.
50. NEVES, D.P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências sociais - hoje**, 1985. Rio de Janeiro, Ampres/Ed. Cortez, 1985. p.220-41.
51. OLIVEIRA, R.F. da C. **A economia do sul de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, UFMG/FCE, 1989. 42p.
52. PILLOT, D. L'analyse der milier: diagnostic pour l'action. La lettre du **Reseau Recherche-Developpement**, nº 6, Paris, 1986.
53. PINTO, J.B. Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento. **Cadernos ANPEP**, Rio de Janeiro, jun. 1982. p.23-35.

54. PLOEG, I.D. Patterns of farming logic, struturation of labour and impact of externalization. **Sociologia Ruralis**, Montreal, 25(1):5-25, 1985.
55. PRADO JR., L. **Evolução política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1980. 250p.
56. PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO. **Uma administração pelo progresso**; Messias de Oliveira. Poço Fundo, 1986. 20p.
57. ————. **Dois anos na administração**; Zé Carioca. Poço Fundo, s.d., 10p.
58. ————. **Pesquisa agrícola do município**; (dados do IBGE). Poço Fundo 1989/1990. 30p. (Mimeografado).
59. RAMOS, A.G. **Administração e estratégia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, FGV, 1966. 435p.
60. SANTOS, M.M. & AGUIAR, B.A. **Projeto piloto de administração rural**; tentativa de resposta ao desafio da tecnologia gerencial. Belo Horizonte, EMATER-MG, 1979. 25p. (Mimeografado).
61. SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 247p.

62. SIMON, H.A. **Comportamento administrativo; estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas.** Rio de Janeiro, FGV, 1965. 311p.
63. SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 162p.
64. TEPICHT, J. A natureza da economia camponesa. In: COLIN, A. **Marxisme e agriculture; le paysan polonais.** Paris, 1973. 40p.
65. TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais; pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987. 173p.
66. VESSURI, H.M.C. **Câmbio técnico y la organizacion social de la produccion agrícola. Estudios Rurales Latinoamericanos,** Chile, 5(2):121-40, mayo/ago 1982.
67. WEBER, M. **Economia y sociedad: espazo de sociologia comprensiva.** 2.ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1964. 648p.
68. WILKISON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo, Hucitec, 1986. 219p.

69. YOUNG, S. **Administração; um enfoque sistêmico.** São Paulo,
Pioneira, 1977. 418p.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

QUADRO 6 - Tabela com exemplo de tempo gasto por pessoa, por tarefa em Cardoso.

Tarefas	Unidades
Adubar café	1 dia/pessoa/1,2 ha
Arrumar cerca	30 dias/pessoa/ano
Capina fumo	1500 pés/pessoa/dia
Quebra milho	20 a 25 balaios/pessoa/dia
Colheita café (fraco)	1 semana/4 pessoas/1,2 ha
Colheita fumo	45 a 60 kg/pessoa/dia
Pendurar folha	± 2 rolo/pessoa/dia
Destalar	± 1/2 rolo/pessoa/dia

FONTE: Pesquisa de campo, 1991.

APÊNDICE 2

QUADRO 7 - Tabela com exemplos de serviços gastos para algumas culturas em Cardoso.

Tarefas	Unidades
Plantio: milho/feijão/abóbora	21 serviços/alq.
Adubação do café	8 serviços/alq.
Arruar café	24 serv/alq.
Capinas: milho	16 serv/alq.
café	40 serv/alq.
fumo	20 serv/alq.
Colheita: fumo	20 serv/alq.
café	70 serv/alq.

FONTE: Pesquisa de campo, 1991.